



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA**
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL - PROFEPT**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: UM
ESTUDO DE CASO NO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO
ENSINO MÉDIO DO IFRO – CAMPUS PORTO VELHO CALAMA**

EUDES NEVES DA SILVA SANTANA

PORTO VELHO, RO, AGOSTO 2020

EUDES NEVES DA SILVA SANTANA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: UM
ESTUDO DE CASO NO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO
ENSINO MÉDIO DO IFRO – *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, ofertado no *Campus* Calama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Santos de Oliveira
LINHA DE PESQUISA: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

PORTO VELHO, RO, AGOSTO 2020.

FICHA CATALOGRÁFICA

S231e

Santana, Eudes Neves da Silva.

Estágio supervisionado e o trabalho como princípio educativo: um estudo de caso no curso técnico em informática integrado ao ensino médio do IFRO-*Campus* Porto Velho Calama / Eudes Neves da Silva Santana, Porto Velho, Rondônia, 2020.

124. : il.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Santos de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação, Porto Velho, Rondônia, 2020.

1. Ensino. 2. Ensino Integrado. 3. Estágio Supervisionado. 4. Trabalho
5. Cidadania. I. Oliveira, Alexandre Santos de (Orient.). II. Título.

CDD: 370.710981

Bibliotecária Responsável: Roseni S. Rodrigues - CRB 11/916



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ATA 1/2020

Anexo 4 – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

CANDIDATO: Eudes Neves da Silva Santana

DATA DA DEFESA: 20 de agosto de 2020

LOCAL: Porto Velho (defesa virtual via ferramenta Google Meeting)

HORÁRIO DE INÍCIO: 16h:00 HORÁRIO DE TÉRMINO: 17h:30

NOME COMPLETO	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Alexandre Santos de Oliveira	Presidente	IFS
Xênia de Castro Barbosa	Membro	IFRO
Cristina Portugal	Membro	PUC-Rio

TÍTULO DEFINITIVO DO TCC*:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFRO – CAMPUS PORTO VELHO CALAMA

Em sessão pública, após exposição de 40 min, o(a) candidato(a) foi arguido(a) oralmente pelos membros da banca, durante o período de 1h:30min. A banca chegou ao seguinte resultado**:

() APROVADO(A) () REPROVADO(A)

** Recomendações¹:

Não houveram recomendações

¹ O aluno deverá encaminhar à Coordenação do PROFEPT, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da defesa, os exemplares definitivos do TCC, após realizadas as correções sugeridas pela banca.

Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é abaixo assinada pelos membros da banca, na ordem acima relacionada e pelo candidato.

Porto Velho, 20 de agosto de 2020.

Presidente: Dr. Alexandre Santos de Oliveira

Membro 1: Dra. Xênia de Castro Barbosa

Membro 2: Dra. Cristina Portugal

Candidato (a): Eudes Neves da Silva Santana



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Santos Oliveira, Professor(a) - EBTT**, em 20/08/2020, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Xenia de Castro Barbosa, Professor(a) - EBTT**, em 20/08/2020, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Portugal, Usuário Externo**, em 20/08/2020, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EUDES NEVES DA SILVA SANTANA, Usuário Externo**, em 20/08/2020, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0984431** e o código CRC **71D0CD74**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ATA 2/2020

Anexo 5 – Ata de Avaliação do Produto

PRODUTOS(S) EDUCACIONAL(IS) GERADO(S) NO TRABALHO FINAL DE CURSO

CANDIDATO: Eudes Neves da Silva Santana

DATA DA DEFESA: 20 de agosto de 2020

LOCAL: via ferramenta Google Meeting

HORÁRIO DE INÍCIO: 15 horas

Declaramos que o Produto Educacional "**Cartilha Estágio Supervisionado**" foi julgado, validado e aprovado para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Rondônia.

Porto Velho, 20 de agosto de 2020.

Presidente: Dr. Alexandre Santos de Oliveira

Membro 1: Dra. Xênia de Castro Barbosa

Membro 2: Dra. Cristina Portugal

Candidato: Eudes Neves da Silva Santana



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Portugal, Usuário Externo**, em 20/08/2020, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Santos Oliveira, Professor(a) - EBTT**, em 20/08/2020, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Xenia de Castro Barbosa, Professor(a) - EBTT**, em 20/08/2020, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EUDES NEVES DA SILVA SANTANA, Usuário Externo**, em 20/08/2020, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0984648** e o código CRC **3830F99A**.



Referência: Processo nº 23243.011083/2020-67

SEI nº 0984648

DEDICATÓRIA

A toda minha família: meus pais João e Romilda, meus irmãos e, em especial, minha esposa Wandelúcia e nossas filhas Mália Cristina e Maria Gabriela.

Ao meu orientador professor Dr. Alexandre Santos de Oliveira, pela confiança, ensinamentos, cobranças, paciência, incentivo e amizade, sem as quais o trabalho não teria sido realizado.

Aos amigos e amigas de jornada da vida, aos colegas do ProfEPT e aos participantes da pesquisa que contribuíram sobremaneira para que o trabalho fosse realizado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida, pela saúde e força para conciliar estudos, trabalho, dedicação à família e ânimo para as corridas de rua – meu espaço de meditação e libertação, sem deixar a peteca cair.

Ao professor Dr. Alexandre Santos de Oliveira, pela orientação, competência, apoio, profissionalismo e dedicação tão importantes para que este trabalho fosse realizado. No meio de suas muitas atribuições, quantas vezes abdicou até mesmo de seus finais de semana para repassar suas orientações. Obrigado por acreditar em mim, pelos tantos elogios e incentivos e, também, pelas cobranças, importantes para que chegássemos até aqui.

Aos demais membros da banca examinadora – professora Dra. Xênia de Castro Barbosa e professora Dra. Cristina Portugal, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com este trabalho.

Aos professores e professoras do ProfEPT no IFRO *Campus* Porto Velho Calama e nos outros institutos, nas matérias compartilhadas. Especialmente a Edilberto, Lediane, Sandra, Jânia, Josélia e Antonio Junior.

A todos os colegas de turma do ProfEPT *Campus* Porto Velho Calama, em especial a Juliana, pela parceria, por dividirmos nossas produções, atividades e por sempre me incentivar e colaborar com o trabalho realizado. A Tayana, pelo apoio, companheirismo e ajuda nas muitas dificuldades que passamos. De igual forma ao Fabrício e Jacson, pela colaboração.

Ao CENSIPAM em Porto Velho, especialmente ao Dr. Cristiano Torres do Amaral e ao Luan Gouvêa pela colaboração.

Aos participantes da pesquisa, pela contribuição com a realização do trabalho e a produção do produto educacional.

A Carla Vanessa e Leda Maria pela colaboração e carinho dedicado às figurinhas Mábia Cristina e Maria Gabriela.

A toda minha família pela compreensão. A minha esposa pelo apoio, carinho e dedicação a nosso lar. As minhas filhas Mábia Cristina (sete anos) e Maria Gabriela (dois anos), por todas as vezes que vocês iam ajudar o papai com a "tarefa da escola" (e na verdade bagunçavam tudo o que eu estava fazendo).

Aos amigos e amigas que torcem por mim. Aos colegas de trabalho e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse realizado e concluído.

O meu muito obrigado.

EPIGRAFE

"A ressonância mórfica tende a reforçar qualquer padrão repetitivo, seja ele bom ou mal (..).

"Por isso, cada um de nós é mais responsável do que imagina. Pois nossas ações podem influenciar os outros e serem repetidas".

Rupert Sheldrake.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Demonstrativo com a descrição dos similares analisados na pesquisa.....	31
Quadro 2. Classificação usada na análise de dados da pesquisa.....	32
Quadro 3. Média de notas obtidas pela cartilha no processo de avaliação.....	39
Quadro 4. Registro de algumas observações constantes no processo de avaliação subjetiva da cartilha.....	39
Quadro 5. Demonstrativo do sumário da cartilha.....	41

LISTA DE IMAGENS E FIGURAS

Imagem 1. Registro fotográfico do mural de organização da análise.....	35
Imagem 2. Imagens agrupadas do protótipo, com parte da capa e do sumário da cartilha.....	35
Imagem 3. Imagens agrupadas do protótipo, com a parte de conteúdo da cartilha.....	36
Figura 1. Gráfico com perfil de avaliadores do processo de validação da cartilha.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLs	Arranjos Produtivos Locais
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CIEEC	Coordenação de Integração Empresa, Escola e Comunidade
COVID-19	<i>Corona Vírus Disease</i> (Doença do Coronavírus)
DCNEPTNM	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio
IFs	Institutos Federais
IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFRO – *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA

RESUMO

A presente pesquisa, conduzida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, tem como finalidade apresentar os resultados do estudo que objetivou compreender como as diferentes partes operacionalizam o estágio supervisionado na educação profissional e tecnológica e de que modo uma cartilha poderia orientar o processo de execução desta atividade, a partir da concepção do trabalho como princípio educativo. Foi desenvolvida com uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, com a construção do produto pautada nos eixos conceitual, pedagógico e comunicacional. Como resultados, apresentamos a Cartilha Estágio Supervisionado, sob a forma de produto educacional, voltado ao atendimento dos educandos, no qual nos concentramos em produzir um material educativo que contenha uma concepção de formação humana integral, de caráter emancipatório, em contraposição a visão do cidadão produtivo no ensino médio, conforme retratado por Frigotto e Ciavatta (2003). Apresentamos também um Plano de Estágio para a Educação Profissional, como proposta para discussões futuras sobre a temática. No que diz respeito à cartilha é produto dirigido primordialmente a atender as necessidades dos educandos, com esclarecimentos sobre estágio, as partes envolvidas, os objetivos, como funciona, direitos e deveres dos estagiários, ambiente de trabalho, relação entre estágio e trabalho e compreensão de trabalho como princípio educativo. O produto educacional cartilha foi testado e validado com as partes envolvidas no processo de estágio supervisionado por meio de formulário específico de avaliação e aprimoramento baseado na concepção metodológica descrita por Ruiz (et al. 2014), conjugado com orientações de Chisté Leite (2018), tendo obtido retorno positivo dos avaliadores no tocante a design e comunicação visual, comunicação escrita e compreensão textual, a convergência entre estas, bem como no tocante a utilidade, contribuição e criticidade do material, demonstrando que tem potencialidades para promoção de melhorias no processo de estágio supervisionado.

Palavras-Chave: Ensino. Ensino Integrado. Estágio Supervisionado. Trabalho. Cidadania.

SUPERVISED INTERNSHIP AND WORK AS AN EDUCATIONAL PRINCIPLE: A
CASE STUDY IN THE COMPUTER TECHNICAL COURSE INTEGRATED TO THE
HIGH SCHOOL OF IFRO - CAMPUS PORTO VELHO CALAMA

ABSTRACT

This research, conducted in the Professional Master's Program in Professional and Technological Education - ProfEPT, aims to present the results of the study that had the objective to understand how the different parts operationalize the supervised internship in professional and technological education and how a booklet could guide the process of carrying out this activity, from the conception of work as an educational principle. It was developed with a qualitative methodological approach, with the construction of the product based on the conceptual, pedagogical and communicational axes. As a result, we present the Supervised Internship Booklet, in the form of an educational product, directed to serve students, in which we focus on producing educational material that contains a concept of integral human formation, with an emancipatory character, in contrast to the productive citizen's view in high school, as portrayed by Frigotto and Ciavatta (2003). We also present an Internship Plan for Professional Education, as a proposal for future discussions on the topic. In regard to the booklet, it is a product that aims primarily to meet the needs of students, with enlightenment about internship, the parties involved, the objectives, how it works, rights and duties of interns, work environment, relationship between internship and work and understanding of work as an educational principle. The educational product booklet was tested and validated with the parties involved in the supervised internship process using a specific evaluation and improvement form based on the methodological conception described by Ruiz (et al. 2014), in conjunction with guidelines by Chisté Leite (2018), obtaining positive feedback from the evaluators regarding design and visual communication, written communication and textual understanding, the convergence between them, as well as regarding the usefulness, contribution and criticality of the material, demonstrating that it has the potential to promote improvements in the internship process supervised.

Keywords: Teaching. Integrated Teaching. Supervised internship. Job. Citizenship.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1. Estágio Supervisionado e os processos de ensino e aprendizagem.....	20
2.2. Currículo, Educação e Trabalho.....	23
2.3. Estágio e trabalho como princípio educativo.....	26
2.4. O estágio e as novas configurações do trabalho.....	28
2.5. Estágio, trabalho e cidadania.....	29
3. METODOLOGIA	30
3.1. Etapas e fases da pesquisa.....	31
3.1.2. <i>Cópus</i> teórico.....	31
3.1.2.1. Leitura exploratória.....	32
3.1.2.2. Leitura analítica.....	32
3.1.2.3. Leitura interpretativa.....	32
3.1.3. Pesquisa documental.....	32
3.2. Pesquisa de campo.....	32
3.3. Análise de similares.....	33
3.4. Análise de dados.....	33
3.4.1. Aproximação.....	33
3.4.2. Compreensão.....	34
3.4.3. Apropriação.....	35
3.5. Desenvolvimento do Produto Educacional.....	35
3.5.1. O eixo conceitual.....	35
3.5.2. O eixo pedagógico.....	36
3.5.3. O eixo comunicacional.....	36
3.5.4. Avaliação do protótipo.....	37
3.5.4.1. Ajustes e finalização do protótipo.....	42
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	55

APÊNDICE A (ENCARTE DO PRODUTO – CARTILHA ESTÁGIO SUPERVISIONADO)	58
APÊNDICE B (ENCARTE DE PRODUTO – PLANO DE ESTÁGIO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL)	82
APÊNDICE C (FORMULÁRIOS).....	109
APÊNDICE D (TABELAS USADAS NA PARTE METODOLÓGICA)	119
APÊNDICE E (TABELAS COM OS RESULTADOS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO)	121
APÊNDICE F (TERMO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO PELA COMUNIDADE)	124

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta a temática do estágio supervisionado norteado pela concepção de trabalho como princípio educativo. O ponto de partida do pesquisador para a temática decorreu do ambiente laboral, por atuar como supervisor de estágio para acadêmicos do curso de Direito que estagiam no Ministério Público Federal em Porto Velho.

A experiência profissional nos apresenta êxitos e fracassos com relação ao processo de ensino aprendizagem de estagiários sob supervisão, levando ao questionamento dentre outros, dos seguintes pontos:

a) Quando não atingidos os objetivos do processo de ensino aprendizagem há culpa? Se sim, seria culpa do supervisor de estágio, do estagiário ou de ambos?

b) Havia necessidade de mudanças? Quais seriam? Como deveriam ser feitas para que o processo de ensino aprendizagem fosse mais efetivo do ponto de vista da formação do educando?

c) Que medidas poderiam ser adotadas para aprimorar a relação de ensino aprendizagem?

Nessa perspectiva, sem resposta a tais questionamentos, verificou-se no ProfEPT uma oportunidade de diálogo para aprimorar o conhecimento, uma vez que o programa, cujo enfoque é a Educação Profissional e Tecnológica – EPT, promove a compreensão dos processos educativos, formais e não formais relacionados ao mundo do trabalho e à produção de conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar, com vistas a integração dos campos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia (BRASIL, 2016).

E, como o IFRO trabalha com estágio supervisionado enquanto instituição de ensino e também enfrenta problemas na execução desse processo de ensino aprendizagem, objetivando adequação às linhas de pesquisa do ProfEPT, a partir de conversas na instituição e com o orientador, decidimos trabalhar em um estudo de caso de natureza qualitativa no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO *Campus* Porto Velho Calama.

Assim, diante da importância de que a EPT relacione escola e trabalho, de maneira a proporcionar a formação do aluno não apenas para o desempenho de uma determinada função no mercado de trabalho, a instituição de ensino deve aproveitar-se das contradições do capital para buscar promover uma formação que assegure e garanta o pleno desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais, formando um trabalhador capaz de ampla participação na vida cidadã e profissional (CIAVATTA, 2005).

Todavia, a despeito da compreensão de que o estágio supervisionado é um componente curricular relevante para a EPT e para a inserção do aluno no mercado de trabalho, com potencial para colaborar com a superação das dificuldades enfrentadas pelos jovens em um

ambiente laboral cada vez mais competitivo e excludente, na maioria dos documentos que o disciplinam, notadamente no Projeto Pedagógico de Curso – PPC, este é apresentado como um complemento do curso, um local em que a teoria aprendida é colocada em prática.

Tal compreensão acaba prejudicando, em nosso entender, o processo de ensino aprendizagem e implica em não conceber o trabalho como princípio educativo, estando a instituição de ensino dessa forma deixando de aproveitar as contradições do capital para preconizar uma formação humana integral e corroborando com a visão de que formação técnica é voltada para atender as necessidades do mercado ao apresentar no PPC um perfil de formação eminentemente tecnicista.

Nesse contexto, nos últimos anos o Estado brasileiro tem voltado sua atenção oficialmente para a temática do estágio supervisionado, como pode ser observado no projeto realizado pelo MEC em parceria com a UNESCO, no qual restaram elaborados três produtos voltados especificamente a questão, visando fornecer elementos para aprimoramento desta atividade nos componentes formativos dos cursos ofertados pelo sistema educacional (BRASIL, 2013).

Então, a partir da definição de que trabalharíamos com estágio supervisionado sob a perspectiva do trabalho como princípio educativo, propomos o seguinte problema de pesquisa: como as diferentes partes que operacionalizam o estágio supervisionado na EPT compreendem o trabalho e de que modo uma cartilha poderia evidenciar aos participantes a ênfase no trabalho como princípio educativo, de maneira a orientar o processo de execução do estágio supervisionado?

Nessa perspectiva, lançamos a hipótese de que com o diagnóstico e compreensão do processo de funcionamento do estágio supervisionado, considerando a realidade das partes envolvidas nesta atividade, a relação entre os atores desse contexto se dá de forma fragmentada, gerando no aluno/estagiário dificuldades de compreensão na relação educação e trabalho. Também consideramos que é possível que não exista um alinhamento entre a teoria, a prática e a legislação que regulamenta a atividade de estágio supervisionado, o que prejudica o aluno no desempenho de suas atividades enquanto estagiário.

Portanto, o desenvolvimento de um produto com caráter informativo claro e linguagem acessível sobre o estágio supervisionado, tende a facilitar o processo de execução deste componente curricular e principalmente auxilia a participação dos estudantes nesta atividade tornando-o um ato educativo e significativo.

Assim, traçamos então o objetivo geral de compreender como as diferentes partes operacionalizam o estágio supervisionado na educação profissional e tecnológica e de que modo

uma cartilha poderia orientar o processo de execução desta atividade, a partir da concepção do trabalho como princípio educativo. E como objetivos específicos nos propusemos a:

1º) diagnosticar o processo de estágio supervisionado na relação entre estagiários, CIEEC, o professor orientador de estágio, os estagiários e o supervisor da concedente;

2º) analisar os dados levantados na legislação e nas normativas vigentes sobre estágio à luz do referencial teórico que fundamenta o presente trabalho;

3º) testar um protótipo da cartilha visando identificar as potencialidades de melhoria no processo de estágio supervisionado.

Logo, para consecução dos objetivos propostos, buscamos suporte em um referencial teórico consistente, com uma abordagem que engloba o estágio supervisionado e os processos de ensino aprendizagem, passando por uma análise sobre currículo, educação e trabalho, na perspectiva do trabalho integrado ao currículo, dialogando então com estágio e trabalho como princípio educativo, estágio e novas configurações do trabalho e, por fim, com estágio, trabalho e cidadania para, ao fim, produzirmos o produto educacional sob forma de cartilha denominada Cartilha Estágio Supervisionado, pautada na concepção de trabalho como princípio educativo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Estágio Supervisionado e os processos de ensino e aprendizagem

A análise realizada na Constituição Federal de 1.988, na LDBEN (Lei. 9.394/96)e, na Lei de Estágio (Lei 11.788/2008), demonstram que nos últimos 30 (trinta) anos o Brasil se cercou de um moderno arcabouço legislativo (não sem contradições), visando assegurar os direitos de educandos a uma formação voltada para a vida cidadã e para o trabalho - ao menos no plano teórico.

Nessa perspectiva, objetivando dar concretude aos mandamentos constitucionais e as demais normativas acima citadas, sobre educação e trabalho, a Lei de Estágio dispõe sobre direitos e deveres dos envolvidos na relação de estágio: estagiários, instituição de ensino e concedente, visando disciplinar esse importante componente curricular no processo formativo de educandos.

Logo, a Lei de Estágio o define como sendo ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

No entanto, apesar dos avanços legislativos, o estágio supervisionado tem sido, muitas vezes, relegado ao papel de atividade complementar, desprovido de planejamento, acompanhamento, supervisão e avaliação de resultados, cuja importância é dada apenas ao cumprimento de carga horária, não se mostrando integrado à proposta pedagógica, observando pouco as exigências legais e normativas, o que acaba distanciando-o de uma atividade curricular teórico-prática de aprendizagem (SANTOS, 2009).

Então, o estágio supervisionado é visto como um complemento, uma atividade na qual a teoria aprendida é colocada em prática, implicando no não reconhecimento deste importante componente curricular como uma atividade de ensino e aprendizagem efetivamente integrada ao currículo.

Assim, no intuito colaborar com uma mudança na percepção, considerando que no aspecto didático pedagógico, ensinar e aprender constituem dimensões de uma dinâmica que objetiva a construção do conhecimento e que “o processo de aprender (...) é um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais criador” (FREIRE, 2009, p. 24), trabalhamos com a premissa de que quanto mais ampla for a compreensão da dinâmica do processo de estágio, maior contribuição se dará para a formação de um profissional mais crítico, reflexivo e criativo, capaz de intervir ativamente não somente no ambiente de trabalho mas na vida em sociedade.

Além disso, na perspectiva de ensinar e aprender com relação ao estágio supervisionado, destaca-se que este é retratado por diversos autores como uma atividade curricular teórico-prática de aprendizagem, que pode constituir-se em uma interessante conexão do estudante com o mundo do trabalho (BURIOLLA, 2001), (ROESCH, 2015), (KULCSAR, 1991).

Nesse contexto, Buriolla defende que “o estágio é o locus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica, e por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente” (BURIOLLA, 2001, p.13), o que demonstra a importância de um alinhamento conceitual e prático entre os atores envolvidos na concepção e execução do estágio supervisionado: a instituição de ensino, o estudante e a concedente, para que seja possível a formação integral do aluno e sua preparação para a vida cidadã e para o trabalho.

Outrossim, para Roesch (2015), o estágio foi criado objetivando um intercâmbio entre os estudantes e as empresas, criando a possibilidade de que possa haver o aperfeiçoamento dos estudantes como futuros profissionais. A aproximação entre o setor produtivo e a instituição de ensino, com a adoção de conteúdo prático pelos currículos dos cursos, resultou em benefícios

para os três atores envolvidos no processo: estudantes, instituições de ensino e o meio produtivo (ROESCH, 2015).

Essa perspectiva abordada por Roesch (2015) é corroborada pelos objetivos institucionais dos Institutos Federais, que alinhado aos Arranjos Produtivos Locais - APLs, busca a oferta de uma educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, promovendo uma formação visando a qualificação dos educandos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Nessa linha, Kulcsar (1991), concebe “os Estágios Supervisionados uma parte importante da relação trabalho-escola, teoria-prática, e eles podem representar, em certa medida, o elo de articulação orgânica com a própria realidade” (KULCSAR, 1991, p. 64), o que reforça a defesa da necessidade de alinhamento conceitual e prático entre os atores envolvidos na concepção e execução do estágio supervisionado, uma vez que é importante a vivência do estágio como ambiente de aprendizagem, em uma sintonia escola/mundo do trabalho.

No entanto, apesar dessa compreensão, o estágio é muitas vezes retratado como a parte prática do curso, reforçando a dualidade estrutural entre ensino técnico e propedêutico. Essa perspectiva de parte prática é rechaçada pelas autoras acima mencionadas, bem como por Pimenta (2012), Pimenta e Lima (2004) que indicam objetivamente que o estágio perpassa esta leitura rasa de “parte prática” para se constituir numa atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade.

Assim, essa intervenção é o que possivelmente causa a visão focada na prática, mas se a atividade de estágio não abarcar as etapas teóricas e de fundamentação que a antecedem e/ou acompanham simultaneamente a intervenção na realidade, pode se frustrar a compreensão do trabalho como ato educativo.

Nessa perspectiva, Roesch (2015) considera que, no estágio, além de aplicar no campo prático os conhecimentos teóricos aprendidos no decorrer do curso, busca-se também avaliar a possibilidade de sugerir mudanças no mundo do trabalho, aprofundando uma área de interesse e testando a habilidade de negociação do estagiário, fomentando seu crescimento pessoal.

Pela mesma razão, a aprendizagem social, profissional e cultural vai além de se capacitar teoricamente o aluno para o desempenho da profissão. Busca-se através dessa integração entre social, profissional e cultural, fazer com que o aluno deixe de ser apenas um mero objeto de ensino para tornar-se um profissional realmente comprometido com sua prática profissional e social (ROESCH, 2015).

Com efeito, Roesch afirma ainda que “o conhecimento é algo que se constrói e o aluno, ao levantar situações problemáticas nas organizações, propor sistemas, avaliar planos ou programas, bem como testar modelos e instrumentos, está também ajudando a construir conhecimento” (ROESCH, 2015, p. 5). O aluno então é visto como agente ativo na aprendizagem, na problematização e na busca por soluções dos diversos problemas tanto a nível de escola quanto nas empresas, o que contribui para a aproximação entre a escola e o mundo do trabalho, por meio do principal agente dessa relação concreta, o aluno/estagiário.

2.2. Currículo, Educação e Trabalho

Certamente para que a EPT possa viabilizar uma formação ao educando que esteja alinhada aos arranjos produtivos locais e que o prepare para a vida cidadã e o trabalho, o currículo deve estar direcionado a tais objetivos. Além de direcionamento, é preciso que este seja contextualizado com o ser e a realidade da vivência em sociedade.

Portanto, deve o currículo atuar como o norteador do diálogo do ser com o mundo que o circunda nas dimensões do saber e do fazer, de possibilitar ao educando compreender o que faz, o porquê, para quem e para que faz, se apropriando conscientemente de sua participação no processo educativo e principalmente no produtivo.

Nessa linha de pensamento, trazemos uma abordagem sobre o currículo com base em Sacristán (2000) para quem o termo currículo vem do termo latim *currere*, que faz referência à carreira, um percurso a ser atingido. Sendo a escolaridade um caminho, o currículo poderia ser classificado como o recheio, o conteúdo e o passe que levam ao progresso do indivíduo pela escolaridade (SACRISTÁN 2000).

No entanto, essa descrição de currículo apresentada é uma definição radical (de raiz), sendo que numa acepção ampla currículo se apresenta como um termo de difícil definição, uma vez que traduz uma série de modos e maneiras de organização da prática educativa no âmbito da organização escolar institucionalizada. O currículo é uma prática dialética e reflexiva, que ao mesmo tempo se projeta e emana a partir do ensino (SACRISTÁN, 2000).

Nessa concepção, é uma prática, expressão da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, devendo ser compreendido como a cultura real que surge de vários processos, que vão além de um objeto delimitado e estático que se pode planejar e depois implantar. Noutras palavras, currículo não é só o que consta formalizado nos documentos diretivos do sistema de ensino, mas uma multiplicidade de fatores e vivências experimentadas no cotidiano do processo educativo (SACRISTÁN, 2000).

Prosseguindo, Sacristán defende que as definições para o termo currículo normalmente lembram estereótipos conceituais simplistas, que não abrangem aspectos diversos da prática

que a própria teoria do currículo em sua materialização representa. Nota-se que os currículos são as expressões do equilíbrio de interesses e forças histórico-sociais que em um determinado momento gravitam sobre o sistema educacional (SACRISTÁN, 2000).

Assim, o currículo deve ser compreendido como uma construção social, um projeto, uma prática plural desde seu fomento até sua incidência na sala de aula. Sendo a cultura escolar muito mais abrangente do que conteúdos propostos em um papel, currículo seria então uma análise do que encontramos dentro do ambiente escolar (SACRISTÁN, 2000).

Nesta perspectiva, no âmbito do estágio supervisionado na EPT é preciso considerar que esse ambiente escolar ganha ainda mais amplitude, uma vez que a dinâmica do processo de estágio implica, como em nenhum outro componente curricular, em uma inter-relação direta e imediata entre os atores envolvidos no ato educativo: os estudantes, as instituições de ensino e as empresas e/ou organizações públicas e privadas nas quais é efetivado.

Por conseguinte, sendo o currículo uma práxis, uma construção social, não deve ser analisado dissociado do contexto social em que é construído. A realidade no caso da práxis curricular fomenta as experiências, apresentando significado e permitindo interações simbólicas das mais diversas matizes sociais daqueles que participam da efetividade da construção curricular (SACRISTÁN, 2000).

Sob o mesmo ponto de vista, pensar o currículo como uma práxis, é se atentar à dinâmica do processo de construção curricular, em que as interações políticas, culturais e administrativas no seu caráter empírico expressam “a bagagem de ideias e significado que lhe dão forma e que modelam em sucessivos passos de transformação” (SACRISTÁN, 2000, p. 21), posição respaldada pela legislação brasileira que preconiza a integração aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 2008).

Nesse diapasão, o currículo ao modelar professores e educandos, também é modelado num processo dialógico de interação e transformação constante, sendo “que a única teoria que possa dar conta desses processos tenha de ser do tipo crítico, pondo em evidência as realidades que o condicionam” (SACRISTÁN, 2000, p. 21), razão pela qual a mera prescrição de conteúdo, por si só, não é suficiente para aprimorar um processo educativo e promover uma formação emancipadora dos educandos.

Então Sacristán (2000) apresenta o currículo como processo, com interações diversas, incidindo sobre aspectos distintos, sendo que podemos ter a conceituação de um currículo prescrito, de um currículo apresentado aos professores, de um moldado pelos professores, de

um currículo em ação, do currículo realizado e do avaliado, nessa cadeia de interações estabelecidas entre os agentes e os fatores de determinação curricular.

Nesse particular, compreendemos que há uma intersecção da abordagem apresentada por Sacristán (2000) com os ensinamentos de Silva (2005), para quem o currículo é uma existência com vários significados, que ultrapassam a concepção das teorias tradicionais, sendo então compreendido pelo autor como lugar e espaço de discernimento, que possibilita uma viagem e uma trajetória capaz de imprimir a identidade do aluno ao estabelecer uma relação de poder (SILVA, 2005).

A partir desta perspectiva, as trocas de informações entre professores e alunos implicam em não apenas reproduzir o currículo, mas vivenciá-lo, pois ele é plural e por isso será preciso sabedoria para dirimir os conflitos que serão gestados no espaço de ensino aprendizagem, especialmente se considerarmos a possibilidade de divergência entre as instâncias de poder que “ditam o currículo” e as que o vivenciam, se estes últimos se apropriam do mesmo a partir de uma vertente emancipatória (SILVA, 2005).

Então, como o currículo se apresenta norteando a instituição escolar e os elementos nele contidos encerram os objetivos visados, é preciso que a EPT compreenda a dimensão do currículo não apenas como grade curricular ou prescrição formal de conteúdo, mas como um espaço de poder no qual se reproduz a ideologia dominante, também pode se constituir em espaço de construção, libertação e autonomia dos indivíduos participantes da relação de ensino aprendizagem e formação.

Conquanto currículo seja muito mais amplo que a mera prescrição de conteúdo, especialmente em disciplinas compartmentadas, é inegável, a partir dessa perspectiva, que o estágio curricular supervisionado apresentado contextualizado na acepção do currículo prescrito, contribuiria significativamente para a compreensão e vivência deste componente curricular nas outras dimensões curriculares descritas por Sacristán (2000) e, para a compreensão, por parte do educando, do trabalho como princípio educativo.

Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNM indicam que a contextualização garante estratégias favoráveis à construção de significações. Um plano de curso elaborado em consonância com o território e o contexto no qual a instituição está inserida e com a realidade do estudante e do mundo do trabalho possibilita, sem dúvidas, a realização de aprendizagens que façam sentido para o educando (BRASIL, 2012).

Prosseguem as Diretrizes Curriculares acima mencionadas explicitando que a contextualização é de fundamental importância para o próprio processo de aprendizagem,

integrando efetivamente a teoria à vivência da prática profissional, corroborando para uma formação que implique novas possibilidades para o trabalhador.

Logo, atuar criticamente, tomar decisões, ser autônomo, criativo e responsável são aprendizagens que extrapolam o espaço de trabalho e podem ser ampliadas para todas as esferas sociais em que o sujeito age como cidadão. Assim, é possível afirmar que essa educação estará, acima de tudo, tornando possível a formação de um cidadão socialmente mais atuante (BRASIL, 2012).

2.3. Estágio e trabalho como princípio educativo

Evidentemente o estágio supervisionado como ato educativo deve constituir-se em uma atividade teórico-prática. Prática na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade e, teórica, na medida em que essa relação entre teoria e prática é consciente (VÁSQUEZ, 2009), enfocando o trabalho como princípio educativo (CIAVATTA, 2005).

Assim, dentro dessa concepção assume grande importância iniciativas que tenham por objetivo superar a fragmentação do ensino no qual ocorre a separação dos conteúdos destinados à formação propedêutica e aqueles relacionados à formação profissional.

Nesse sentido é importante buscar a abordagem que enfoca o trabalho como princípio educativo, no intuito de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, possibilitando incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, com a formação de trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (CIAVATTA, 2005).

No nosso entender, a EPTNM deve assumir papel relevante na integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, fundamentando-se na concepção de trabalho como princípio educativo, objetivando garantir ao cidadão trabalhador a oportunidade de exercer sua cidadania com dignidade e justiça social (CORDÃO, 2013).

Desse modo, no tocante ao ensino médio integrado, integrar é um desafio e um objetivo a ser alcançado, pois no Parecer que trata das DCNPEPTNM menciona-se que “a formação geral do estudante deve se tornar inseparável da formação profissional e vice-versa, em todos os campos onde se dá essa preparação para o trabalho (...)” (BRASIL, 2012, p. 29), demonstrando a necessidade de superar a dualidade estrutural que historicamente tem marcado a condução da educação profissionalizante no Brasil.

Dessarte, o ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas capacidades físicas e intelectuais (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

Com efeito, historicamente o trabalho “é a condição básica e fundamental e criou o próprio homem” (ENGELS, 2004, p.11), uma vez que é por meio do trabalho que o homem constrói, modifica e transforma o mundo. Nessa perspectiva, como o homem emerge da natureza e como o intercuro entre o gênero humano e o ambiente natural é mediado pelo trabalho, o homem altera a natureza com seu trabalho e cria bens de uso para sua fruição. Quer dizer que se externa, se objetiva no produto do seu trabalho (MARX, 2004).

Todavia, com o desenvolvimento da propriedade privada, com o industrialismo, as relações estabelecidas fizeram com que o produtor (o trabalhador) veja o produto do seu trabalho não como resultado de uma necessidade, mas como algo que lhe é alheio, estranho (MARX, 2004).

Nesse contexto, pode se dizer que o homem perdeu o sentido de pertencimento ao trabalho, passando a ser apenas um portador de capacidades funcionais para ocupar um posto de trabalho, com tarefas previamente descritas (ZARIFIAN, 2003).

Então, a formação integral é defendida por Marx, que prega a unidade absoluta entre teoria e prática como chave de transformação social. A formação omnilateral, que integra a formação prática e a formação intelectual, se opõe a formação unilateral, que retira a oportunidade de manifestação plena e total do cada indivíduo, por ter como seu principal objetivo o desenvolvimento completo, multilateral e humanizado (RIBEIRO; SOBRAL; JATAÍ, 2016).

Assim, a despeito da compreensão do trabalho como fenômeno constitutivo da condição humana, sob a organização capitalista este assume características que lhe conferem atributos contrários à sua natureza, quando se mostra estruturado apenas para a produção de riquezas ao capital, alijando o trabalhador dos fins, métodos e resultados de seu trabalho, implicando numa completa dissociação entre homem e trabalho (ZARIFIAN, 2003).

Por conseguinte, a partir desta perspectiva, a EPT brasileira assume como missão caminhar no sentido de superar a clássica divisão entre teoria e prática, historicamente consagrada, pela divisão social do trabalho entre os trabalhadores comprometidos com a ação de executar e aqueles comprometidos com a ação de pensar e dirigir ou planejar e controlar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à sociedade (BRASIL, 2012). E, por isso, traz como um de seus norteadores o trabalho como princípio educativo, com o objetivo de assegurar a integração entre ciência, tecnologia e cultura.

Nesse sentido, o currículo de quaisquer dos cursos da modalidade de EPT deve ser construído a partir de dois eixos norteadores essenciais: o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. Estes dois princípios devem estar presentes em toda a

Educação Básica e, de modo especial na EPTNM, em todas as suas formas de oferta e de organização (BRASIL, 2012).

Logo, verificamos que, partindo da compreensão de que a dualidade estrutural do ensino surgiu em decorrência da divisão social e técnica do trabalho, Grabowski (2006) sugere que o ensino profissional e tecnológico use esse novo modelo de relação entre educação e trabalho a seu favor na busca pela superação gradativa deste contexto dual.

Assim, a proposição de trabalho como princípio educativo considera que todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois este é a base da própria existência humana, sendo que os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem a sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é então agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas (SAVIANI, 1986).

2.4. O estágio e as novas configurações do trabalho

Nesse particular, é necessário verificar como se situa atualmente a compreensão do trabalho, pois a evolução das ciências e das tecnologias acirraram as contradições do mundo do trabalho, tendo o pós fordismo provocado o esfacelamento da classe operária, causando uma nova reestruturação produtiva (HOBSBAWM, 1995).

Assim, passamos a vivenciar uma sociedade influenciada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, definida como uma sociedade em que todas as esferas da vida pública estão cobertas por processos informatizados e por algum tipo de inteligência artificial, que terá relação com computadores de gerações subsequentes (SCHAFF, 1990).

Com ênfase nesta problemática, Schaff considera que com o desaparecimento do trabalho abstrato no contexto da sociedade informática, a tendência é também do desaparecimento da classe trabalhadora, com a ciência assumindo o papel de força produtiva, sendo que mesmo hoje (1990) a força de trabalho se modifica e desaparece no seu sentido social, uma vez que a tendência é que, na nova estrutura de classes da sociedade, é que a classe trabalhadora também desapareça (SCHAFF, 1990).

Todavia, não concordamos com tal prognóstico, pois apoiado na concepção marxista de trabalho é possível defender a tese da centralidade do trabalho, já que o processo de trabalho é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos da natureza para atender as necessidades humanas, é a condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza (MARX, 1999).

É nesse contexto que Antunes (1999b) defende que a sociedade informática continua sendo uma sociedade produtora de mercadorias. Assim, o trabalho abstrato ocupa um papel

decisivo na criação de valores de troca, sendo que a sociedade é, ao fim e ao cabo, regida pela lógica de mercado que implica na produção e no consumo de mercadorias, sem os quais a mais-valia não se realizaria (ANTUNES, 1999b).

Então, Antunes (1999b) afirma que a ciência encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações capital e trabalho, a qual não pode superar, significando que antes da ciência está uma organização social, o capitalismo, o que faz da ciência um meio de produção para, então como força produtiva, concentrar e centralizar cada vez mais o capital.

Assim sendo então não há substituição do trabalho pela ciência, mas uma maior interrelação, comunicação entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e as de serviço, entre as atividades laborativas e as de concepção, entre produção e conhecimento científico que permeiam o mundo do capital e seu sistema produtivo (ANTUNES, 1999b).

Sob essa perspectiva, ainda que na configuração do pós industrialismo, o trabalho humano é produtor de valores historicamente criados nas sociedades capitalistas, que levam a emancipação por meio das relações estabelecidas no meio social. O trabalho é, portanto, elemento primordial na estrutura constitutiva do ser social, sendo possível afirmar que o trabalho se institui como princípio educativo (GONZALEZ, 2007).

Nessa conjuntura, Saviani (2007), acredita que a base em que se funda a estrutura do ensino fundamental é o princípio educativo do trabalho, uma vez que o modo como está organizada a sociedade atual serve como fundamento e referência para organização da escola. Pontua também o papel fundamental da escola de nível médio e o papel para recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho, afirmando que o princípio educativo do trabalho é compatível com o regime capitalista e é inerente a organização da escola (SAVIANI, 2007).

Assim, apoiando-se na concepção marxista de educação e trabalho, é preciso considerar que “qualquer formação que perca de vista a superação do modelo de produção capitalista afasta-se da perspectiva omnilateral, e ainda que, de algum modo, consiga aliar trabalho produtivo e instrução, conserva o caráter unilateral” (RIBEIRO; SOBRAL; JATAÍ, 2016, p. 5). Dessa forma, não basta que seja percebida, no novo contexto de flexibilização e complexificação do trabalho, uma oportunidade para superar a dualidade estrutural, mas sim que os modelos formativos estabeleçam como princípio norteador o uso das contradições do capital como ferramentas para sua efetiva superação através da educação.

2.5. Estágio, trabalho e cidadania

A cidadania surge como elemento primordial para que a EPT possa proporcionar uma formação integral. Em sentido amplo, cidadania importa o reconhecimento do indivíduo como

integrante da sociedade estatal, como também do princípio de que o funcionamento do Estado esteja submetido à vontade popular. Assim importa reconhecer a conexão da cidadania com a soberania popular, os direitos políticos, a dignidade da pessoa humana e a educação, base e meta essencial do regime democrático (SILVA, 2014).

Naturalmente a educação para a cidadania possibilita um olhar crítico da realidade e contribui com a edificação de uma sociedade melhor, pois a “educação para a cidadania é toda uma visão de como se deve pensar, planejar e desenvolver a escolarização sob o ponto de vista de que assim se contribui para a construção e a melhoria da sociedade” (SACRISTÁN, 2002, p.148), nos transmitindo a concepção de que a educação para a cidadania é um caminho no qual a formação do indivíduo está centrada na sua autonomia intelectual.

Assim, com base nestas premissas o estágio deve ser um período de desenvolvimento de habilidades e para formação de cidadãos conscientes de seu papel social. O processo de conscientização inicia-se com o descobrir da realidade, tornando-se completo quando existe unidade dinâmica e dialética entre a prática do descobrir da realidade e a prática da transformação da realidade (PICONEZ, 1991).

Constatamos então que assim é importante a compreensão de como se dá a articulação entre a teoria e a prática, especialmente sob a perspectiva da unidade indissolúvel, em que a distinção entre teoria e prática se dá no seio de uma unidade indissolúvel que pressupõe uma relação autônoma e dependente de um termo em relação ao outro (CANDAU, 1995).

Por conseguinte, o ensino integrado então seria orientado na perspectiva de unidade da relação entre teoria e prática, em que a teoria nega a prática imediata para revelá-la como *práxis* social e a prática nega a teoria como um saber autônomo, como um puro movimento de ideias, sendo a teoria e a prática concebida como dois elementos indissolúveis da *práxis*, definida assim como atividade teórico-prática (CANDAU, 1995).

Logo, concluímos que, como os estudantes do ensino médio integrado serão os futuros profissionais a ocuparem espaços produtivos no mercado de trabalho e, não obstante este tenha passado e esteja passando por transformações, ainda atende ao modo capitalista de produção, ainda guarda a marca do estranhamento do trabalho, é preciso que essa nova geração encontre no trabalho um sentido (ANTUNES, 1999).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, foi operacionalizada mediante um estudo de caso no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO - *Campus* Porto Velho Calama.

Nesse passo, tendo em vista que o estudo investigativo deve refletir a necessidade de encontrar um método adequado para detectar as ligações, articulações, as implicações e a complexidade de um determinado contexto, para facilitar a compreensão sobre um problema, delimitando intervenções qualitativas (MORIN, 2001), a pesquisa foi realizada tendo como base referencial teórico, análise documental, entrevistas, bem como análise de similares.

É importante destacar que a pesquisa qualitativa é uma metodologia de pesquisa que se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou noutro dizer, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994).

Da mesma forma, no ensinar de Ludke e André (1986) o estudo de caso qualitativo ou naturalístico demonstra grande potencial para um melhor conhecimento e compreensão dos problemas da escola “ao retratar o cotidiano escolar, (...) oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 24), permitindo que o pesquisador tenha elementos para, a luz da teoria e legislação existente sobre a temática e, considerando a dinâmica vivenciada na prática, propor alternativas que promovam a reflexão, quiçá melhorias, no processo investigado.

O estudo de caso é, na concepção de Chizzotti (2008), uma pesquisa que coleta e registra dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência ou avaliá-la analiticamente, no intuito de tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

3.1. Etapas e fases da pesquisa

Apresentadas as considerações gerais sobre a pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso, destacamos os momentos da pesquisa que são relacionados aos objetivos traçados: o *córpus* teórico, o levantamento e a leitura dos dados para construção do material didático, a saber o produto educacional sob a forma de cartilha.

3.1.2. *Córpus* teórico

O tratamento do *córpus* teórico envolveu uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, com a pesquisa bibliográfica alicerçada sobre estágio, currículo e trabalho, com leitura crítica de caráter interpretativo, objetivando construção de um referencial teórico consistente que pudesse nortear o desenvolvimento da pesquisa a partir de premissas teóricas ordenadas criticamente e compreendeu três momentos distintos: leitura exploratória, leitura analítica e leitura interpretativa dos textos.

3.1.2.1 Leitura exploratória

Ao nos referirmos à leitura exploratória como etapa da pesquisa bibliográfica, estamos considerando que este procedimento de leitura tem a finalidade de proporcionar uma visão geral e aproximativa acerca de determinado fato, oportunizando uma compreensão mais clara sobre o problema a ser pesquisado (GIL, 1999).

3.1.2.2. Leitura Analítica

Nessa parte debruçamo-nos sobre o material envolvendo estágio, currículo e trabalho, sendo que esta etapa da pesquisa teve como objetivo processar o entendimento dos significados, o que exige um esforço analítico, levado a termo através de operações de comparação, diferenciação, síntese e julgamento (LAKATOS e MARCONI, 1991).

3.1.2.3. Leitura interpretativa

Prosseguindo, se na leitura analítica a intenção é entender o que o autor tem a dizer, aqui os critérios a serem observados são as relações entre as ideias dos autores e os problemas da investigação. Assim, esta etapa requereu uma percepção clara da relação entre as questões propostas pelos autores, os problemas que foram sendo identificados pelo pesquisador, bem como as margens e proximidades entre as soluções que os autores apresentam e as respostas que o pesquisador procura (OLIVEIRA, 2013).

3.1.3. Pesquisa documental

Consideramos que a pesquisa documental se constitui numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, tanto complementando as informações obtidas por meio de outras técnicas quanto revelando novos aspectos de um tema ou problema (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

Nesse contexto, os documentos selecionados para a pesquisa foram: a Lei do Estágio - Lei 10.788/2008, o Regulamento do IFRO sobre Estágio - Resolução 79/2016, bem como o PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e os relatórios de estágio que constam como obrigatórios na Lei 10.788/2008 e são usados na instituição para materializar o processo de estágio.

3.2. Pesquisa de campo

Logo, em continuidade, para aprimorar a compreensão dinâmica de funcionamento do processo de estágio supervisionado na instituição foram realizadas entrevistas, por meio de um procedimento de entrevista semiestruturada, com uma estagiária, com a instituição de ensino, por meio de uma representante da CIEEC e com a concedente CENSIPAM, por meio de um supervisor de estágio.

Os questionários que nortearam esta fase da pesquisa estão no apêndice C. O diálogo verbal foi gravado e posteriormente transcrito para um suporte escrito, passando por diferentes

processos de leitura e análise visando contribuir para a elucidação do problema investigado e construção do material didático que ora apresentamos como produto.

3.3. Análise de similares

Ainda, na perspectiva de construirmos o produto sob a forma de cartilha, realizamos um processo de análise de similares, selecionando quatro similares, sendo três relacionados a estágio supervisionado e um que aborda a temática de trabalho como princípio educativo. Os similares selecionados estão descritos no quadro abaixo.

Quadro 1. Demonstrativo com a descrição dos similares analisados na pesquisa.

ANÁLISE DE SIMILARES			
Similar 1 – Manual do Estágio – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - Pró-reitoria de Extensão - 2013. Apesar de nominado Manual, apresenta-se com o formato de cartilha, como as disponíveis noutros IFs. (BRASIL, 2013)	SIMILAR 2 - Cartilha de Estágio dos Cursos Técnicos da Modalidade Subsequente e Integrado do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Governador Mangabeira – 2015. (BRASIL, 2015)	SIMILAR 3 - Cartilha de Estágio Supervisionado Obrigatório Curso Técnico em Enfermagem - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Belo Horizonte - 2017. (BRASIL, 2017)	SIMILAR 4 - <u>Cartilha</u> Juventudes. Produto do PROFEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Anápolis – 2019. (BRASIL, 2019)

Fonte: Elaboração própria, 2020.

3.4. Análise de dados

A partir da reunião de todos os elementos constitutivos da pesquisa conforme descrito nos itens imediatamente acima, passamos à fase de análise dos dados para produção do material didático, como elemento concretizador de todo o trabalho realizado.

3.4.1. Aproximação

Denominamos aproximação o primeiro momento de leitura dos dados, com observação de ideias e conceitos mais recorrentes, com os temas centrais sobre estágio, currículo e trabalho (OLIVEIRA, 2013).

Assim, nessa fase inicial, já com um *córpus* teórico consolidado, procedemos a seleção de quarenta e duas sínteses de conteúdo do referencial teórico, que são premissas selecionadas a partir do conteúdo dos itens 2.1 a 2.5 da pesquisa.

Nesse contexto, para tal seleção escoramo-nos em uma Análise Textual Discursiva (ATD) que é uma metodologia de análise de dados e informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos. Importa destacar que a ATD é composta por três momentos: desmontagem de textos, estabelecimento de relações e captação do novo emergente (MORAES; GALIAZZI, 2013).

3.4.2. Compreensão

A fase de compreensão nos permitiu ampliação do horizonte investigativo. Após a fase de desmontagem de texto para processar a seleção das sínteses de conteúdo do referencial teórico, efetivada na aproximação, na compreensão trabalhamos na perspectiva do estabelecimento de relações, quando ocorre o processo de categorização (MORAES e GALIAZZI, 2013).

Nesse contexto, sob uma perspectiva pragmática, visando dispor de maneira lógica sequencial os dados categorizados da pesquisa iniciamos a construção de uma tabela, disposta fisicamente em um mural de cartolinas, na qual expusemos de maneira ordenada o problema de pesquisa, o objetivo geral e a hipótese.

Após a disposição física nas cartolinas, da estrutura acima mencionada, lançamos em tabela à frente desta um quadro que parte da síntese de conteúdos e passa pela análise de todos os elementos selecionados pela pesquisa: o documental, a entrevista com os participantes e a avaliação dos quatro similares selecionados, conforme as tabelas constantes no Apêndice D.

Assim, a partir das sínteses de conteúdo do referencial teórico, em um total de quarenta e dois enunciados, sendo cada item desta síntese exposto, confrontado e dialogado com o contido na legislação federal e do IFRO sobre estágio, no PPC do curso, nos relatórios de estágio, no conteúdo das entrevistas realizadas e nos similares escolhidos.

Nessa lógica, o objetivo deste processo era verificar se e como as sínteses de conteúdos dialogavam com os demais elementos da pesquisa, se encontravam concordância, discordância ou ausência para, ao final, como resultante, podermos gerar os requisitos e parâmetros visando a construção do material didático, conforme ficará mais evidente adiante. Então, para tal análise criamos quatro classificações, identificadas em tabela aposta no mural de cartolinas por cores.

Quadro 2. Classificação usada na análise de dados da pesquisa.

Classificação	Cor de identificação	Significados/Compreensões
Que atende	Azul claro	Quando o contido no instrumento avaliado (legislação, por exemplo), estava de acordo com o teor da síntese de conteúdo avaliada.
Não atende, perspectiva para atender	Verde	Quando o contido no instrumento avaliado não atendia, mas havia perspectiva para atender se houvesse uma adequada contextualização curricular, sem necessidade de buscar uma mudança legislativa, por exemplo.
Não atende	Roxo	Quando não estava de acordo ou havia ausência de menção no instrumento avaliado.
Não mensurado	Amarelo	Quando havia dúvidas se o comando da síntese de conteúdo avaliada era aplicável ou não ao contexto avaliado.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Destaca-se que o não atendimento ao comando de sínteses de conteúdo do referencial teórico poderia se dar tanto sob uma perspectiva negativa expressa - menção contrária ao

contido na síntese, quanto sob uma perspectiva negativa implícita - ausência de menção no instrumento avaliado (legislação, PPC, relatórios, entrevistas, similares).

Com as categorias definidas e descritas a partir dos elementos que as constituem, foram estabelecidas relações entre elas para construção de um metatexto com argumentos gerais, que leve à compreensão do todo (BRANCHER; CANTERLE; MACHADO, 2019).

3.4.3. Apropriação

O momento da apropriação é uma etapa em que objetivamos buscar as interconexões possíveis a partir dos resultados obtidos nos momentos de aproximação e compreensão, buscando idealizar a construção do protótipo do material didático (OLIVEIRA, 2013).

Nesse contexto, para a consecução do material didático adotamos os ensinamentos de Kaplun (2002, 2003) para quem o material precisa estar conectado em três eixos para análise, produção e avaliação: (1) o conceitual, que trabalha o conteúdo, a organização e a seleção dos conteúdos; (2) o pedagógico, que faz a análise dos destinos da mensagem; e (3) o comunicacional, que promove a comunicação entre o material e aquele que o utiliza (KAPLUN, 2002, 2003).

3.5. Desenvolvimento do Produto Educacional

3.5.1. O eixo conceitual

O eixo conceitual é construído a partir de uma análise do perfil dos usuários, considerando quem serão os principais destinatários do produto educacional, de maneira que o conteúdo transmitido lhe seja direcionado e compreende requisitos e parâmetros gerados como resultantes do processo de análise e tratamento dos dados.

Nessa perspectiva, optamos por direcionar o material ao estudante que não tem nenhum conhecimento sobre o processo de estágio supervisionado e que está iniciando ou prestes a iniciar a vivência efetiva desse processo junto a instituição de ensino e às concedentes, apresentando, em geral, um perfil de jovens entre dezesseis a vinte anos, como regra. Então, o eixo conceitual nos leva à seguinte questão: requisitos e parâmetros - o que deve ter/ser a cartilha, o produto?

A resposta a esta questão nos leva então à captação do emergente, quando as compreensões obtidas são comunicadas e validadas. A comunicação é feita a partir da produção do metatexto, construído por meio das categorias resultantes da análise, o que lançamos nos requisitos e parâmetros e que orientou ao fim o conteúdo do protótipo. A validação pode ser feita a partir de intervenções empíricas ou de argumentos retirados dos textos que compõem o referencial teórico (BRANCHER; CANTERLE; MACHADO, 2019).

Processamos então, nos requisitos e parâmetros, a escolha das ideias centrais a serem contempladas no material educativo conjugando a compreensão dos autores do referencial teórico sobre estágio e trabalho, tendo a perspectiva do trabalho como princípio educativo, com a necessidade do sujeitos a quem se destina o material, considerando o que sabem, pensam, querem, imaginam e ignoram sobre o tema e quais das suas necessidades poderiam ser respondidas pelo material (KAPLUN, 2002, 2003).

3.5.2. O eixo pedagógico

Logo, após o fechamento do eixo conceitual, passamos à parte do eixo pedagógico, em que foram levados em consideração questões de design instrucional, com geração de alternativas e escolha da alternativa. O design instrucional é compreendido como o planejamento do ensino-aprendizagem, incluindo atividades, estratégias, sistemas de avaliação, métodos e materiais instrucionais (FILATRO; PICONEZ, 2004).

Além disso, no processo de avaliação e desenvolvimento do protótipo e do produto foi utilizada a Ferramenta de Auxílio à Escolha da Alternativa de Projeto (FEAP), contextualizando princípios de avaliação de produtos apresentados por Santos (2005), Baxter (2011), bem como os ensinamentos de Ferroli e Librelotto (2016), no intuito de apresentar um produto em que haja sintonia entre texto e imagens.

Nesse contexto, esse eixo é construído considerando os sujeitos destinatários e o nível de compreensão sobre a temática, promovendo uma introdução de modo gradual e acessível de conceitos utilizados por teóricos da área com atividades que permitam a aplicação e apropriação desses conceitos. O itinerário pedagógico objetiva estabelecermos onde o destinatário está em relação ao eixo conceitual proposto com a intenção de construirmos uma nova percepção sobre o tema (KAPLUN, 2002, 2003).

3.5.3. O eixo comunicacional

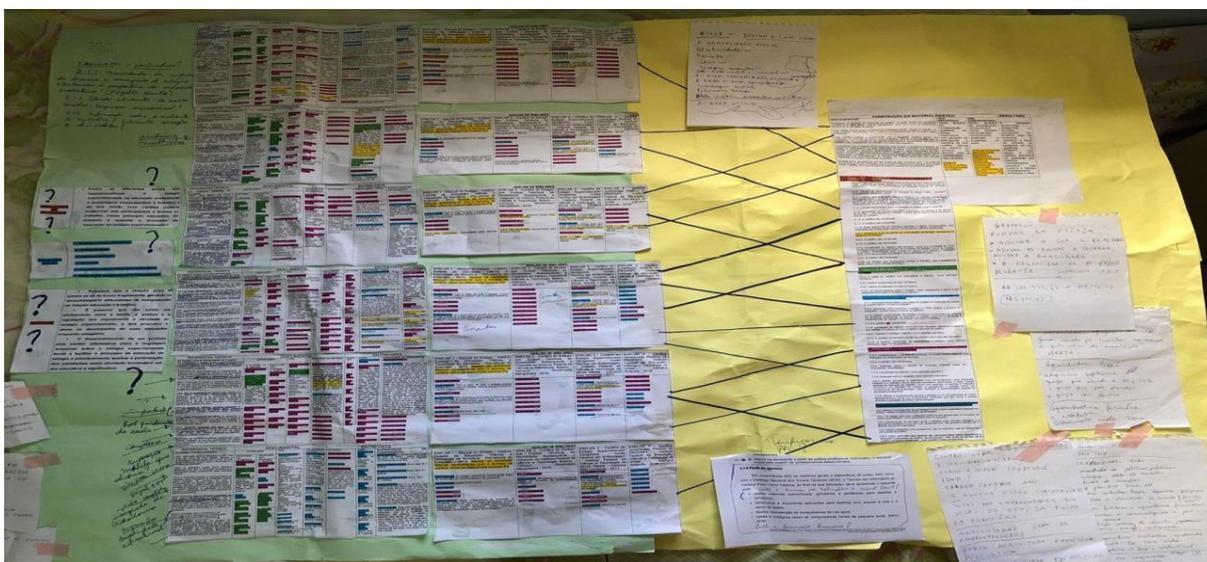
O desafio posto pelo eixo comunicacional é romper moldes para que a mensagem educativa não seja equivalente a um sermão impresso ou a uma chatice audiovisual, tudo isso sempre girando em torno do nosso eixo pedagógico (KAPLUN, 2002, 2003).

Nessa perspectiva, trabalhamos em todo material. É assim que no item dez da cartilha, por exemplo, buscamos ampliar a percepção da participação de um estagiário no processo de estágio supervisionado construindo uma interação hipotética de um curso técnico de informática com um APL de fruticultura e apresentando uma das vertentes de compreensão do trabalho como princípio educativo a partir de um exemplo didático e dialógico com a realidade concreta e não a partir de conceitos teóricos *a priori* estabelecidos.

Logo, para concretização desta etapa formulamos um roteiro de validação de produto educacional, com questões fechadas e algumas abertas, tendo por base uma estrutura com guia de perguntas a partir de cinco componentes: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança da ação, conforme ensinamentos de Ruiz (et. al. 2014).

Nos valemos ainda dos ensinamentos de Chisté Leite (2018), conjugando critérios metodológicos descritos por esta autora com o objetivo de aperfeiçoamento e construção do produto sob a forma de cartilha. A imagem abaixo demonstra como, na prática, estruturamos todo o processo.

Imagem 1. Registro fotográfico do mural de organização da análise.



Fonte: Elaboração própria, 2020. Foto de Eudes Santana.

3.5.4. Avaliação do protótipo

O protótipo foi gerado para a finalidade de, após avaliação, ser apresentado como produto da pesquisa. Iniciou-se passando pelo processo de criação gráfica, sendo remetido ao profissional designer o texto, as imagens, a lista com os requisitos e parâmetros e os similares usados na pesquisa.

Imagem 2. Imagens agrupadas do protótipo, com parte da capa e do sumário da cartilha.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Para a avaliação do protótipo e consequente validação do mesmo como produto educacional, com a suspensão das atividades presenciais no IFRO, em decorrência da pandemia da Covid-19, diante da impossibilidade de encontros presenciais, optamos por encaminhar o formulário de validação com as imagens das páginas do protótipo da cartilha por *e-mail* via formulário disponível no *google forms* para análise e avaliação.

Nessa perspectiva, no intuito de ampliar o universo de avaliação, o protótipo foi enviado aos participantes da entrevista, a alguns egressos da instituição, a estagiários do curso de informática que estavam em processo de estágio no CENSIPAM (suspensão, em decorrência da pandemia), a CIEEC e a Coordenação do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO Campus Porto Velho Calama, objetivando captar percepções para aprovação ou aprimoramento do trabalho e sua finalização como produto educacional.

Logo, acreditamos que pela estrutura do roteiro de validação de produto educacional, com questões fechadas e algumas abertas, tendo por base uma estrutura com guia de perguntas a partir de cinco componentes: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança da ação, conforme ensinamentos de Ruiz (et. al. 2014), não há prejuízo no processo, especialmente porque Ruiz (et al. 2014) nos fornecem suporte para esta avaliação, uma vez que consideram que a validação de materiais educativos possa ocorrer por meio de entrevistas individuais, coletivas ou grupos de discussão.

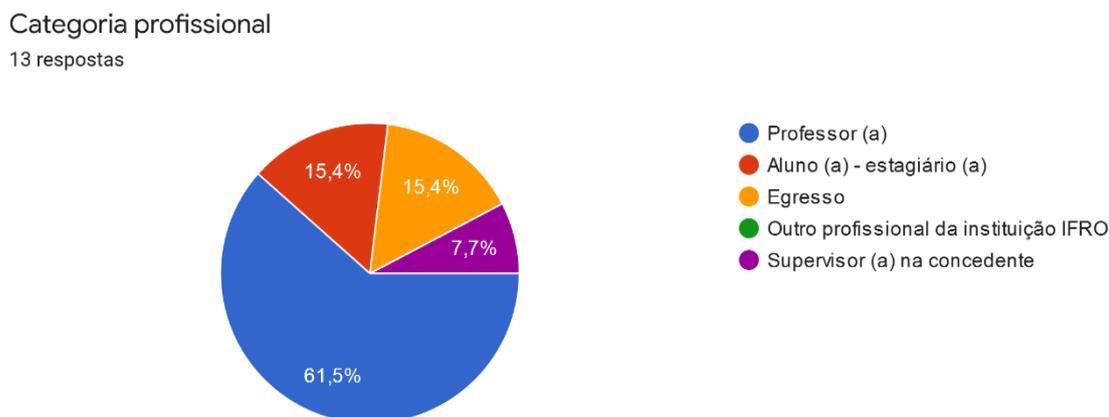
As questões objetivas do formulário de validação foram agrupadas em quatro seções principais: 1) seção design e comunicação visual (questões 1 a 4); 2) seção comunicação escrita e compreensão textual (questões 5, 7 a 9); 3) seção de convergência, promove a ligação entre as seções 1 e 2 (questão 6); 4) seção utilidade, contribuição e criticidade do material (questões 10 a 15), contemplando as diretrizes metodológicas dos eixos conceitual, pedagógico e comunicacional.

Nesse contexto, apresentamos no Apêndice E a tabela completa com avaliação constando as notas atribuídas pelos avaliadores, item por item, tendo como base o universo de avaliadores e também considerando especificamente como avaliadores os estagiários e egressos do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.

Já as questões subjetivas de nº. 16 (dezesesseis) a 22 (vinte e duas) foram pensadas como espaço para contribuição aberta e apoio as questões de todas as seções, enquanto a de nº. 23 (vinte e três), visando confirmar a utilidade ou não do material em outro componente curricular:

Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa. Avaliaram efetivamente o material 13 (treze) pessoas¹, conforme o perfil demonstrado no gráfico abaixo.

Figura 1. Gráfico com perfil de avaliadores do processo de validação da cartilha.



Fonte: Elaboração própria gerada via *Google Forms*, 2020.

Assim, sintetizando a avaliação, no tocante a seção de design e comunicação visual podemos destacar que os avaliadores registraram a atratividade da cartilha, o formato e as imagens como as partes mais representativas, sendo que nestes quesitos a média das notas atribuídas variaram entre 90,7 (noventa, vírgula sete) a 95,3 (noventa e cinco vírgula três) em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), demonstrando a satisfação com o material elaborado e a boa aceitação da cartilha quanto a este componente.

No mesmo sentido, considerando a seção de comunicação escrita e compreensão textual, as questões inerentes ao texto e sua compreensão, mensagem central da cartilha, palavras e termos utilizados e quantidade de informações presentes na cartilha estas foram bem avaliadas, sendo atribuídas como médias, notas entre 94,6 (noventa e quatro, vírgula seis) e 96,9 (noventa e seis vírgula nove) consagrando uma excelente receptividade ao material neste componente.

Já com relação a seção de convergência, que promove a ligação entre a seção de design e comunicação visual com a seção de comunicação escrita e compreensão textual, com o questionamento da relação entre o texto verbal e o visual, a avaliação indicou como média nota de 96,1 (noventa e seis vírgula um) comprovando a visão de que o material é compreendido como conectado entre os eixos de design e conteúdo.

Por fim, com relação ao processo de avaliação do eixo de utilidade, contribuição e criticidade do material, com questões sobre a utilidade do material, o enquadramento ao perfil,

1. Dos professores que avaliaram, dois fizeram avaliação representando posição da CIEEC, sendo a ocupante anterior da função e o ocupante atual.

recomendação para outras pessoas e contribuição do material para o processo educacional as notas atribuídas, em média, variaram entre 92,3 (noventa e dois vírgula três) a 98,4 (noventa e oito vírgula quatro), demonstrando que a cartilha cumpriu sua finalidade no tocante a este componente.

Nesse contexto, a avaliação da cartilha foi bastante positiva, demonstrando que foi considerada como estando em condições de cumprir os objetivos para os quais foi concebida.

Quadro 3. Média de Notas obtidas pela cartilha no processo de avaliação.

MÉDIA DE NOTAS OBTIDAS PELA CARTILHA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO	
Média global de notas da cartilha - somatório das notas de todas as seções, considerando o universo total de avaliadores, dividido pelo número de seções.	94,4
Média global de notas da cartilha - somatório das notas de todas as seções, considerando somente estagiários e egressos como avaliadores, dividido pelo número de seções.	91,4

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Já com relação as questões subjetivas apresentamos algumas considerações tecidas pelos avaliadores nas questões de apoio aos eixos acima mencionados, conforme abaixo.

Quadro 4. Registro de algumas observações constantes no processo de avaliação subjetiva da cartilha.

Questões	Registro de algumas avaliações abertas realizadas pelos participantes
16. O que chama mais a atenção na Cartilha? Por quê?	1) Grande importância para os que estão começando; 2) Explicação objetiva dos processos relacionados às atividades de estágio; 3) Ela é bem didática; 4) Design gráfico é muito bom; 5) A escolha do formato e da linguagem utilizada, clara e concisa; 6) A forma dinâmica que o assunto foi abordado; 7) As informações sobre o ambiente de trabalho porque é bom instruir o futuro estagiário de como funciona esse ambiente para que aprendam a se portar adequadamente; 8) As etapas de informação para iniciar o estágio. É a dúvida maior dos alunos; 9) A sua praticidade; 10) A materialização das informações, pois os alunos são os que mais sofrem com a falta de difusão e dificuldade no acesso dessas informações; 11) Sugiro ampliação para utilização nos demais cursos técnicos.
17. O que menos gostou? Por quê?	1) Não verificado; 2) Não se aplica, está bem instruída; 3) Gostei de tudo.
19. Quais as dificuldades que você observou na cartilha?	1) Nada muito difícil de entender; 2) O tamanho da fonte pode não favorecer a leitura de estudantes com baixa visão, assim seria interessante disponibilizá-la também em alto contraste ou em fonte maior ² ; 3) Nenhuma dificuldade.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

No mesmo contexto do quadro acima, as questões nº 20 (vinte), 21 (vinte e uma) e 22 (vinte e duas) do formulário de validação apresentaram respostas positivas quanto a contextualização do material.

2. Com relação a esta observação os autores apresentam modelo com página inteira dispondo de fonte maior que ainda pode ser ampliada por meio de lupa/zoom sem desconfigurar o material. Só não foi enviado para o teste em razão da quantidade de imagens a serem remetidos no formulário de validação.

Já com relação a utilidade do material para utilização no componente curricular Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa, objeto de avaliação na questão nº 23 (vinte e três) do formulário, todos os avaliadores que lecionam ou lecionaram este componente curricular, em um número de 6 (seis), responderam afirmativamente a questão, demonstrando a utilidade da cartilha também para utilização como material didático neste componente curricular.

3.5.4.1. Ajustes e finalização do protótipo

No plano das avaliações objetivas, conforme restou demonstrado na exposição acima e nas tabelas constantes do Apêndice E a aceitação, a compreensão e a avaliação do material foram boas. O mesmo ocorreu no plano das questões subjetivas. No entanto, nestas surgiram alguns pontos que foram contemplados na revisão e outros desconsiderados.

Algumas sugestões foram desconsideradas por estarem fora do contexto do estudo, como por exemplo, a de uso de EPIs pelos estagiários dos cursos de Eletrotécnica/Edificações, considerando que o público alvo primordial da cartilha não é este, embora possa ser usada também para orientações gerais a estagiários destes cursos. Mas também acatamos algumas das sugestões propostas visando melhor adequação do material, como por exemplo, nos itens nº 4 (quatro) e 6 (seis) da cartilha.

No item nº 4 (quatro) trocamos a redação de “*como funciona o estágio no IFRO Campus Calama*” para “*como funciona o acesso a estágio no IFRO Campus Calama*”, pois a primeira redação deixava em aberto como se fosse todo o processo de estágio. No entanto, retratamos na cartilha somente a fase de acesso a estágio, pois a pesquisa identificou que a maior dificuldade do estagiário era nesta fase de conhecimento, com obtenção das primeiras informações sobre o acesso a estágio e, a partir desse momento, com o apoio da CIEEC e, principalmente do professor orientador, ele conseguia desenvolver a atividade sem maiores dificuldades.

Ademais, eventual auxílio para a compreensão do processo retratado no item nº 4 (quatro) pode ser complementado por meio de consulta ao item nº 13 (treze) da cartilha, nas sugestões de sites para consulta, em que indicamos a cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego que dispõe de informações sobre a fase durante e pós estágio em forma de perguntas e respostas didáticas, que pode ser consultada para auxiliar o educando em caso de dúvidas e também a página do IFRO na rede mundial de computadores que dispõe de informações sobre estágio.

No mesmo item nº 4 (quatro), atendendo sugestão de avaliadores, inserimos a carga horária do estágio obrigatório, que não estava contemplada na versão do protótipo avaliado.

Já com relação ao item nº 6 (seis), tínhamos descrito sobre a importância de o estagiário realizar anotações diárias para elaboração dos relatórios, mas foi sugerido que deveria constar

também o procedimento de registrar com fotos as atividades realizadas, bem como a ida do estagiário ao professor orientador semanalmente para informar e pegar orientações quanto ao relatório que o aluno deverá escrever, sendo tais informações acrescidas ao protótipo na versão final da cartilha.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado mais evidente da presente pesquisa destacamos o produto educacional que denominamos Cartilha Estágio Supervisionado e que trazemos como Apêndice A deste artigo. Referida cartilha está organizada em texto e imagens que dialogam com este texto, foi construída a partir de consideração dos pressupostos teórico metodológicos dos eixos conceitual, pedagógico e comunicacional, com a estrutura conforme demonstrada no quadro abaixo.

Quadro 5. Demonstrativo do sumário da cartilha.

1.	O que é estágio?	8.	Qual cenário da profissão no âmbito local e regional?
2.	Quais as partes em uma relação de estágio?	9.	Estágio e trabalho
3.	Quais os objetivos do estágio?	10.	Trabalho como princípio educativo? Tem um exemplo?
4.	Como funciona o acesso a estágio no IFRO – Campus Calama?	11.	Estagiários (as) do IFRO - Destaques!
5.	Quais meus direitos e deveres como estagiário (a)?	12.	Fale conosco
6.	Estou estagiando. E agora?	13.	Sugestões de sites para consulta
7.	Como funciona o ambiente de trabalho?	®	REFERÊNCIAS

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Nosso objetivo foi a construção de uma cartilha que não apenas reproduza a legislação sobre o que é estágio, mas que tenha a compreensão deste importante componente curricular como efetivamente integrado ao currículo e seja norteada pela concepção do trabalho como princípio educativo, além de contextualizada com o mundo do trabalho contemporâneo e o meio social, cultural e tecnológico local, sendo então que o *cópus* teórico selecionado na pesquisa foi primordial para tanto, uma vez que nos forneceu o suporte necessário para embasar as premissas transpostas para a cartilha de maneira bastante objetiva e compreensível.

Nesse contexto, um dos desafios postos é conciliar o diálogo entre o *cópus* teórico e as percepções e demandas apresentadas ao pesquisador pelos atores participantes do processo de estágio supervisionado, de maneira a produzir um material educativo que, sem se descuidar das amarras legislativas regentes da atividade e da documentação que viabiliza o processo, possa representar um elemento de diálogo e intervenção na realidade, sob uma perspectiva educacional emancipatória.

Assim, considerar o trabalho enquanto princípio educativo afasta uma visão estreita de trabalho para colocá-lo no centro do processo de ensino aprendizagem, considerando a perspectiva de que o ser humano se constrói culturalmente, socialmente no e pelo trabalho. Portanto, a EPT deixa de ser vista como reprodutora dos processos fabris para ser vista como instrumento de educação emancipadora do cidadão.

Logo, o ensino deve buscar oportunizar o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas da produção e não apenas treinamento em técnicas produtivas, ou seja, o trabalhador deve ter o domínio dos fundamentos científicos do processo de trabalho moderno e não ser mero executor de tarefas a serem realizadas (SAVIANI, 2007).

Então é preciso compreender que, na relação entre o *córpus* teórico e a empiria, mediado pelas normativas legais regentes, se faz necessário a apresentação de um material didático que redesenhe a compreensão sobre estágio, contextualizando-o no currículo de maneira a afastar a visão de que se trata de componente complementar, que é a parte prática (apenas) do curso, que atende aos interesses do capital, para concebê-lo como elemento de formação humana integral do educando.

É que a pesquisa deixa evidente que atualmente o conceito de estágio vigente na instituição é o mesmo da legislação federal, que claramente privilegia um conceito que atende aos interesses do mercado de trabalho, ao focar no cidadão produtivo (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). No mesmo caminho verificamos o Regulamento de Estágio do IFRO que traz a mesma concepção da legislação federal, repetida acriticamente no PPC, sem ampliar o conceito por meio do espaço de contextualização curricular para apresentá-lo integrado ao currículo e como elemento de formação humana integral.

Assim, destacamos que a única descrição mais consentânea com o estágio sob uma perspectiva de formação integral é encontrada na página do IFRO na rede mundial de computadores, mas que acaba se auto anulando ao afirmar que estágio é um complemento do aprendizado, pois apresenta estágio como um ato educativo desenvolvido no ambiente produtivo que visa à preparação para o trabalho e para a cidadania plena, tendo a função de propiciar ao estagiário o aprendizado social, profissional e cultural, tendo como resultado uma reflexão real e inovadora dos cenários socioeconômicos, sendo um complemento do aprendizado (BRASIL, 2020).

Nessa perspectiva, no intuito de conciliar as premissas teóricas, as aspirações e percepções constatadas durante as entrevistas, sem contrariar as normas regentes da temática estágio supervisionado, cabe destacar que a opção pela cartilha se justifica por se tratar de um

instrumento didático que possibilita a abordagem da linguagem em um processo de adaptação do conteúdo científico a diferentes públicos (MALCHER, 2013).

Dessa maneira é interessante sua veiculação pois *“a utilização de cartilhas como material de divulgação, torna a temática atrativa e promove a integração do conhecimento científico, divulgando novos conhecimentos à comunidade em geral, sendo de suma importância para o desenvolvimento científico e social”* (MALCHER, 2013, p. 62), o que vai de encontro aos objetivos da pesquisa que é fornecer um material didático a um público heterogêneo, tanto no aspecto etário, quanto no aspecto socioeconômico e cultural, com premissas críticas que tomem a concepção de trabalho como princípio educativo em toda sua plenitude.

Por conseguinte, apresentamos a cartilha procurando contemplar elementos voltados a uma perspectiva educacional de formação integral do aluno/estagiário, visando promover melhorias no fluxo de comunicação entre os atores envolvidos no processo de concepção e execução do estágio supervisionado na EPT, bem como oferecer um suporte prático para auxiliar a CIEEC e suporte didático para auxiliar os professores orientadores de estágio e também professores do componente curricular Orientação Para a Prática Profissional e Pesquisa.

Então, podemos afirmar que como resultado a pesquisa possibilitou uma melhor compreensão da realidade do estágio supervisionado no âmbito da instituição de ensino, e nos levou ao produto educacional *“Cartilha Estágio Supervisionado³”*.

No entanto, para além do produto educacional sob a forma de cartilha podemos constatar também que há muitas lacunas institucionais no tocante ao tratamento curricular dispensado pelo ambiente escolar ao estágio supervisionado, não somente no IFRO, mas em várias instituições congêneres.

Logo, diante da quantidade de informações que reunimos e tratamos na pesquisa e da constatação dos limites do aparato legislativo no tocante à normatização das relações sociais e também como maneira de questionar a perpetuação dos silêncios inerentes às normatizações e práticas que promovem a interlocução entre as demandas por uma formação humana integral, com uma vertente emancipatória, frente a uma perspectiva formativa que atenda aos interesses do capital, optamos por apresentar também um produto denominado *“Plano de Estágio para a*

3. A instituição de ensino receberá mídia digital contendo: matriz para impressão de cartilhas; cartilha para utilização em formato eletrônico conforme consta no apêndice A e cartilha para utilização em formato eletrônico a alunos com baixa visão, com formatação e fonte de página inteira.

Educação Profissional” que apresenta uma proposta de intervenção no PPC, com a inserção de um Plano de Estágio em referido instrumento, como apresentado no Apêndice B deste artigo.

Assim, sob esta ótica, acreditamos que há necessidade de mudanças no PPC do curso e em todos os instrumentos regentes da temática estágio supervisionado na instituição para que este componente seja apresentado como integrado efetivamente ao currículo e com uma perspectiva de formação para a vida cidadã e para o trabalho, norteado pela concepção de trabalho como princípio educativo.

Conquanto não tenhamos realizado testes ou avaliação com relação ao Plano de Estágio para a Educação Profissional denominamo-lo como produto educacional por ser resultado da pesquisa e apresentado como uma proposta que representa oportunidades para discussões futuras sobre o componente estágio supervisionado na EPT.

Nesse contexto, o produto está pautado em uma perspectiva que, para além da contextualização curricular, compreende que o estágio supervisionado deve se apresentar como um componente capaz de contribuir com a promoção de uma formação do educando para a vida cidadã e para o trabalho, ou seja, numa perspectiva emancipatória e, a partir dos elementos já identificados e apresentados no plano, podemos acionar o interesse da instituição de ensino não somente em promover uma ação sobre o currículo prescrito, mas principalmente que esta ação seja vivenciada e experimentada no processo formativo em todas as dimensões curriculares descritas por Sacristán (2000).

Por fim, destacamos que temos a compreensão de que a construção do produto pautado em uma perspectiva crítica, com viés progressista, interligado as novas necessidades do mundo do trabalho e ao contexto sociocultural local e regional, pode impulsionar um processo de mudanças institucionais não somente no IFRO, mas na EPT de uma maneira geral, visando unidade entre educação e mundo do trabalho com uma ressignificação da compreensão do componente curricular estágio supervisionado não somente no plano formal, mas em todas as dimensões curriculares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o presente estudo não tenha condições de abarcar toda a realidade singular que envolve a questão estágio, currículo e trabalho, tendo como norte a concepção de trabalho como princípio educativo, os objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível compreender como as diferentes partes envolvidas no processo operacionalizam o estágio supervisionado na EPT e, a partir desta compreensão, construímos um material didático contendo informações sobre estágio e trabalho e voltado ao atendimento do educando.

Nesse contexto, o problema de pesquisa foi solucionado na perspectiva de apresentar uma cartilha que consiga evidenciar aos participantes da relação de estágio a ênfase no trabalho como princípio educativo, com o afastamento de uma visão de estágio como instrumento de formação do cidadão produtivo para apresentá-lo como componente de formação integral do educando.

Certamente a base teórica foi importante para que os resultados apresentados pudessem ser alcançados, uma vez que nos permitiu afastar concepções de estágio e trabalho voltados ao atendimento exclusivo das necessidades do mercado de trabalho para apresentar compreensões sobre a questão devidamente contextualizadas com os objetivos institucionais dos Institutos Federais, os Arranjos Produtivos Locais e com o contexto socioeconômico e cultural da região amazônica.

Ainda que tenhamos enfrentado dificuldades, sendo necessário proceder a reorientação do trabalho à medida que a pesquisa se desenvolvia, como por exemplo, captar as contribuições do professor orientador de estágio somente após o desenvolvimento do protótipo, não mediante entrevista, mas por meio do processo de avaliação do protótipo, foi possível elaborar o material voltado ao atendimento dos educandos com os elementos captados de informações a partir da relação tripartite: instituição de ensino (CIEEC), estagiário, supervisor na concedente.

Nessas circunstâncias, é preciso destacar que houve agendamento de entrevista com professor orientador no intuito de que o mesmo pudesse sinalizar com melhorias no protótipo. No entanto, desmarcada a mesma pelo professor, restou impossibilitado novo agendamento diante da suspensão das atividades presenciais no IFRO em decorrência da pandemia de Covid-19, sendo então tal contribuição captada somente no processo de avaliação do protótipo.

Então, o método empregado no desenvolvimento da pesquisa foi eficiente no sentido de que, mesmo a despeito da necessidade de ajustes no decorrer da pesquisa, permitiu identificar as lacunas no processo de estágio supervisionado e desenvolver um material educativo, avaliado, inclusive pelos professores do curso técnico, como representativo das necessidades dos educandos e capaz de contribuir com o processo de ensino aprendizagem na EPT.

Sob esta vertente, conseguimos comprovar a hipótese de que a compreensão do estágio supervisionado entre as partes se dá de forma fragmentada, gerando no aluno/estagiário dificuldades de compreensão na relação educação e trabalho, bem como a não existência de um alinhamento conceitual entre a teoria, a prática e a legislação que regulamenta a atividade de estágio supervisionado.

Assim, em que pese também outras dificuldades encontradas na execução da pesquisa, como período muito curto de estágio – menos de três meses, documentos institucionais que não

apresentam uma orientação didático pedagógica para a execução do estágio supervisionado, ausência no PPC do curso de um suporte conceitual de estágio voltado a perspectiva de uma formação humana integral, bem como a interrupção de atividades presenciais em decorrência da pandemia de Covid-19, houve superação destas a partir do suporte contido no referencial teórico, das contribuições trazidas pelos participantes atores da pesquisa e pela análise e aproveitamento de dados da parte documental e dos similares selecionados, para produzir o produto educacional Cartilha Estágio Supervisionado.

Dessa forma a cartilha contribui para o processo de execução do estágio supervisionado na EPT ao apresentar um material que visa atender a linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando que a instituição possa apresentar aos educandos o componente curricular estágio supervisionado a partir de uma perspectiva educacional que contempla a integralidade do ser humano e pautada numa perspectiva de ensino com caráter emancipatório.

Ainda, conforme demonstramos na presente pesquisa e já destacamos acima, a cartilha que concebemos poderá ser utilizada como material didático de apoio para os professores do componente curricular Orientação Para a Prática Profissional e Pesquisa, maximizando assim sua utilidade dentro da EPT.

Logo, mesmo que a cartilha não seja, por si só, instrumento capaz de promover uma mudança institucional no tratamento curricular dispensado ao estágio supervisionado, deixa evidente tal necessidade, aponta caminhos, está amparada em um sólido referencial teórico sobre estágio e trabalho e se apresenta com uma linguagem escrita e visual de fácil compreensão para o aluno, o que se coaduna com uma visão da EPT como instrumento de formação integral do educando.

Nesse contexto, os elementos da pesquisa nos possibilitaram ainda a apresentação do Plano de Estágio para a Educação Profissional em que sinalizamos como oportunidade para estudos futuros, a promoção de mudanças no PPC do Curso, com uma adequada contextualização curricular e inserção de um Plano de Estágio para o componente curricular Estágio Supervisionado.

Enfim, concebemos a Cartilha Estágio Supervisionado e o Plano de Estágio para a Educação Profissional trabalhando sob a perspectiva da interdisciplinaridade, com foco na orientação da formação integral e significativa do educando, tendo como base a concepção de trabalho como princípio educativo, alinhados com a linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, a qual estamos vinculados no ProfEPT.

REFERÊNCIAS.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

BAXTER, Mike. **Projeto de Produto**. 3. ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2011.

BRANCHER, Vantoir Roberto; CANTERLE, Lisiane Darlene; MACHADO, Fernanda de Camargo. **Metodologia (s) da Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica: dilemas e provocações contemporâneas**. Curitiba: Brasil Publishing, 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 15 de mar. de 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Bahiano. **Cartilha de Estágio dos Cursos Técnicos da Modalidade Subsequente e Integrado, 2015**. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/gmb/files/2016/12/4-Cartilha-de-Orientacao.pdf>. Acesso em 19 de nov. de 2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES. **Resolução do Conselho Superior nº 161/2016, de 16 de setembro de 2016, que cria o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT e institui seu Regulamento**. Disponível em: <https://profepit.ifes.edu.br/doc>. Acesso em 25 de out. de 2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Cartilha Juventudes, 2019**. Disponível em: <https://200.130.18.160/bitstream/capes/552627/2/Cartilha%20Juventudes%20-%20Produto%20Educativo%20-%20Mestrado%20ProfEPT%20-%20Lucas%20Manoel%20Andrade.pdf>. Acesso em 23 de jan. de 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. **Cartilha Estágio Supervisionado, 2017**. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/extensao/pronatec/documentos/cartilha-enfermagem>. Acesso em 22 de nov. de 2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. **Resolução Nº 79/CONSUP/IFRO/2016, de 27 de Dezembro de 2016 do IFRO que trata sobre o estágio supervisionado no IFRO.** Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/images/Pro-reitorias/Proex/Regulamento_de_Est%C3%A1gio/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA_79_2016_-_Regulamento_de_Est%C3%A1gio_do_IFRO_-_SEI.pdf. Acesso em 15 de set. de 2018.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. **Resolução nº 18/REIT - CEPEX/IFRO, DE 23 DE JUNHO DE 2017 - Projeto Pedagógico do Curso em Informática Integrado ao Ensino Médio - Campus Porto Velho Calama.** Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/images/Campi/Calama/Documentos/Cursos/Informatica/ppc-informatica-integrado-2017.pdf>. Acesso em 27 de set. de 2018.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Manual de Estágio do IFRO, 2013.** Disponível em: <https://www.ifro.edu.br/site/wp-content/uploads/2010/07/MANUAL-DE-EST%C3%81GIO-IFRO-07-02-2013.pdf>. Acesso em 26 de nov. de 2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. **Estágio, 2020.** Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/estagio-nav>. Acesso em 23 de mai. de 2020.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 15 de set. de 2018.

_____. **Lei 11.788/2008 de 25 de setembro de 2008.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em 15 de set. 2018.

_____. **Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em 9 de jun. de 2019.

_____. Ministério da Educação/SETEC. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Aprovado em 09 de maio de 2012. Publicado no D.O.U em 04/09/2012, seção 1 pág. 98.

_____. Ministério da Educação. **Projeto CNE/UNESCO.** Produto 1, 2 e 3 Estágio Supervisionado, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/projeto-cneunesco>. Acesso em 15 de set. de 2018.

BURIOLLA, Marta AliceFeiten. **Estágio Supervisionado.** São Paulo: Cortez, 2001.

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CHISTÉ LEITE, Priscila de Souza. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos**. Investigação Qualitativa em Educação//Investigación Cualitativa em Educación//Volume 1, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/download/1656/1609>. Acesso em 29 de nov. de 2018.

CHIZOTTI, Ant nio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. RJ. Vozes, 2008.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

CORDÃO, Francisco Aparecido. **Desafios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional**. Boletim Técnico Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p. 26-47, maio/ago. 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**/Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora) - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In Antunes, Ricardo (ORG.) A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. SP: Expressão Popular, 2004.

FERROLI, Paulo Cesar Machado; LIBRELOTTO, Lisiane Ilha. **Geração de alternativas no design: uso da ferramenta FEAP**. Estudos em Design | Revista (online). Rio de Janeiro: v. 24 | n. 1 [2016], p. 197 – 214 | ISSN 1983-196X

FILATRO, Andrea; PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. **Design Instrucional Contextualizado**. Artigo disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/pdf/049-TC-B2.pdf>. Acesso em 19 de nov. de 2019;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários   prática educativa**. 39^a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?**. *Trab. educ. saúde* [online]. 2003, vol.1, n.1, pp.45-60. ISSN 1981-7746.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZALEZ, Jorge Luis Cammarano. **Apontamentos para Investigação das Relações entre Trabalho e Educação**. www.estudosdotrabalho.org /2007.

GRABOWSKI, Gabriel. Ensino médio integrado à educação profissional. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Boletim 07, mai/jun. 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAPLÚN, Gabriel. (2002). **Contenidos, itinerarios y juegos: tresejes para el análisis y la construcción de mensajes educativos**. *VI Congreso de ALAIC – Asociación Latino americana de Investigadores de la Comunicación Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, junio 2002 - Grupo de Trabajo: Comunicación y Educación*. 01-18.

_____, Gabriel. (2003). **Materiais educativos: experiência de aprendizado**. *Revista Comunicação & Educação*, 271, 46-60.

KULCSAR, Rosa. O Estágio Supervisionado como atividade integradora. In: PICONNEZ, Stela C. Bertholo (Coord). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli Eliza Dalmazo. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.

MALCHER, Maria Ataíde; COSTA, Luciana Miranda; LOPES, Suzana Cunha. **Comunicação da Ciência: diversas concepções de uma mesma complexidade**. *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v. 12, n. 23, p. 59-84, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Livro 1. v. 1 e 2.

_____, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2. Ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

OLIVEIRA, Alexandre Santos de. **Identidade cultural e ensino do design no Amazonas**/Alexandre Santos de Oliveira; orientadora: Rita Maria de Souza Couto; co-orientador: Washington Dias Lessa. – 2013. 187 f.: il.(color.); 30 cm. Tese (doutorado)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Design, 2013.

PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. (Coord). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores. Unidade, Teoria e Prática**. 11ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, Ellen Cristine dos Santos; SOBRAL, Karine Martins; JATAÍ, Renata Pimentel. **Omnilateralidade, politecnia, escola unitária e educação tecnológica: uma análise Marxista**. I JOINGG – Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. UFCE, 2016.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos, de conclusão, dissertações e estudos de caso** / Sylvia Maria Azevedo Roesch; colaboração Grace Vieira Becker, Maria Ivone de Mello. - 3. ed. - 9. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2015.

RUIZ, Luciana; Motta, Luis; Bruno, Daniela; Demonte, Flávia; Tufro, Lucila. (2014). *Producción de materiales de comunicación y educación popular*. Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa - 3ª ed. - Porto Alegre: ArtMed, 2000.

_____, José Gimeno. **Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Eliane Regina Acácio dos. **A realidade do estágio supervisionado no ensino profissionalizante de nível médio: um estudo sobre o curso de técnico agrícola da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste-RO.** Brasília, [s.n], 2009. Dissertação de mestrado. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4217/1/2009_ElianeReginaAcacioSantos.pdf. Acesso em 29 de set. de 2018.

SANTOS, Flávio Anthero Nunes Vianna dos. **MD3E (Método de Desdobramento em 3 Etapas): uma proposta de método aberto de projeto para uso no ensino de Design Industrial.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Engenharia de Produção e Sistemas, UFSC, Florianópolis, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **O nó do ensino de 2º grau.** *Bimestre*, n. 1. São Paulo: MEC/INEP – Cenafor, 1986.

_____, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** In: Revista Brasileira de Educação. jan. /abr. 2007, v. 12, n. 34, p. 152-180.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática: as conseqüências sociais da Segunda revolução industrial.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

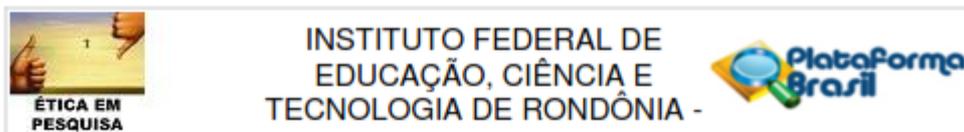
SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** - 2. ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis.** 1ª ed.-Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO; Sao Paulo: Expressão Popular, 2009.

ZARIFIAN, Philippe. **O Modelo da Competência, trajetória histórica, desafios atuais e propostas.** Tradução de Eric Roland René Heneault, São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFRO - CAMPUS PORTO VELHO CALAMA

Pesquisador: EUDES NEVES DA SILVA SANTANA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 05850818.3.1001.5653

Instituição Proponente: Instituto Federal de Rondônia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.246.705

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa que será efetivada através de método qualitativo a partir de estudo de caso, com base bibliográfica e documental, e de coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e de aplicação de questionários para validação de uma cartilha (produto final da pesquisa) de explicação das relações entre as partes envolvidas. Os estagiários serão escolhidos por meio de amostragem formando um grupo de até 5 participantes entre os estudantes do curso Técnico em Informática dos 2º e 3º anos, por serem os que estão em fase de estágio, desde que todos estagiem na mesma concedente, e ainda participarão desta pesquisa um servidor da CIEEC/IFRO Calama, um colaborador da concedente (supervisor de estágio) e o orientador de estágio (professor do Instituto), para os quais também serão aplicadas entrevistas e questionários.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo Primário da pesquisa é "Melhorar, por meio de uma cartilha que tenha a compreensão do trabalho como princípio educativo, o fluxo de comunicação entre as partes envolvidas na concepção e execução do estágio supervisionado na educação profissional e tecnológica, visando contribuir para uma formação integral do aluno/estagiário".

Endereço: Avenida Tiradentes, 3009
Bairro: Setor Industrial
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (09)2182-9611 **CEP:** 76.821-001
E-mail: cepi@ifro.edu.br



Continuação do Parecer: 3.246.705

Os objetivos secundários do projeto são:

- 1ª) diagnosticar o processo de estágio supervisionado na relação entre estagiários, CIEEC, o professor orientador de estágio, os estagiários e o supervisor da concedente;
- 2ª) analisar os dados levantados na legislação e nas normativas vigentes sobre estágio à luz do referencial teórico que fundamenta o presente trabalho;
- 3ª) testar um protótipo da cartilha visando identificar as potencialidades de melhoria no processo de estágio supervisionado.

Os objetivos estão claros e exequíveis, levando em consideração a metodologia

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A análise dos riscos/benefícios demonstrou-se favorável aos participantes da pesquisa

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A abordagem do presente projeto no contexto da educação profissional é relevante e de extrema necessidade uma vez que um dos grandes desafios do IFRO é consolidar parcerias externas, e mensurar como e se este processo está sendo eficaz poderá ser um instrumento a mais para fomentar o início de um controle de qualidade de integração entre os Instituto e as empresas.

O pesquisador atendeu à pendência do parecer anterior ao apresentar os critérios de exclusão dos participantes da pesquisa

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os documentos obrigatórios.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não havendo mais pendências o protocolo de pesquisa em questão encontra-se apto para execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

O(a) pesquisador(a) deverá encaminhar ao CEP-IFRO relatório final na ocasião de conclusão da pesquisa. Reforçamos que qualquer alteração, ainda que mínima, no protocolo aprovado deverá ser submetida à análise desse CEP. Somente após aprovação do CEP as alterações poderão ser colocadas em prática.

Endereço: Avenida Tiradentes, 3009

Bairro: Setor Industrial

UF: RO

Telefone: (08)2182-9611

Município: PORTO VELHO

CEP: 76.821-001

E-mail: cepi@ifro.edu.br



**ÉTICA EM
PESQUISA**

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -**



Continuação do Parecer: 3.246.705

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1267847.pdf	31/03/2019 20:02:49		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	cartaresposta.docx	31/03/2019 20:01:38	EUDES NEVES DA SILVA SANTANA	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3221489.pdf	31/03/2019 19:57:03	EUDES NEVES DA SILVA SANTANA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	31/03/2019 19:56:30	EUDES NEVES DA SILVA SANTANA	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	10/03/2019 17:04:50	EUDES NEVES DA SILVA SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALETCLE.docx	10/03/2019 16:59:35	EUDES NEVES DA SILVA SANTANA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 05 de Abril de 2019

**Assinado por:
Marcio Rodrigues Miranda
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida Tiradentes, 3009
Bairro: Setor Industrial **CEP:** 76.821-001
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (08)2182-9611 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Campus Porto Velho Calama

Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação

Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Apêndice A - Encarte do Produto Educacional

Cartilha Estágio Supervisionado

Autor: Eudes Neves da Silva Santana

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Santos de Oliveira

1. DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A) INTRODUÇÃO

O produto educacional que ora apresentamos como resultado da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, por meio de um estudo de caso no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO, *Campus Porto Velho Calama*, é uma cartilha em formato impresso e eletrônico denominada Cartilha Estágio Supervisionado.

A cartilha é voltada primordialmente para o atendimento a educandos de Cursos Técnicos em Informática a nível de Ensino Médio, mas pela estrutura de sua constituição acreditamos que pode ser utilizada em outros cursos técnicos de nível médio e também subsequentes, uma vez que contém informações gerais sobre estágio e trabalho que são aplicáveis a todos os cursos de nível médio da educação profissionalizante na EPT.

Nesse contexto, acreditamos ainda que a cartilha pode ser utilizada por docentes orientadores de estágio do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e por docentes do componente curricular Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa de cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio, uma vez que traz noções gerais sobre estágio e trabalho que se coadunam com os objetivos e ementários deste componente curricular, descritos nos PPCs dos cursos integrados (Informática, Química, Eletrotécnica e Edificações) e subsequentes (Manutenção e Suporte em Informática, Eletrotécnica e Edificações).

Em particular, corrobora com tal perspectiva a avaliação realizada pelos profissionais que lecionam ou lecionaram o componente curricular Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa, em que 100% destes avaliaram que a mesma pode ser utilizada em referido componente curricular para orientação a educandos quanto ao processo de ensino aprendizagem do componente curricular estágio supervisionado.

Cabe destacar que nossa opção pela cartilha, além da visão transmitida por Malcher (2013) e referenciada no artigo que apresenta os resultados da pesquisa, se soma a parte da visão de que os produtos educacionais impressos, eletrônicos ou digitais devem ser produzidos com tratamento técnico profissional, revelando a importância da qualidade, estudo e pesquisa na elaboração do material para a cartilha visando uma comunicação mais atraente aos olhos dos seus leitores (KUNSCH, 2003).

Nessa perspectiva, consideramos que a cartilha é uma ótima ferramenta pedagógica para informar e fornecer base de conhecimentos sobre qualquer assunto em uma linguagem menos formal e, assim mais familiar aos alunos. Trabalhamos então com a finalidade de apresentar o tema de forma resumida, ilustrativa e acessível aos diferentes públicos que trabalharão com o material (ALFONSIN, 2011), sendo o objetivo atendimento às necessidades do educando que busca esclarecimentos sobre a atividade de estágio supervisionado.

Logo, a cartilha foi produzida com uma linguagem simples, de fácil entendimento e compreensão, procurando conciliar o texto escrito com o visual, estruturado principalmente para atendimento ao público do ensino médio, especialmente dos cursos técnicos na área de Informática, na Educação Profissional e Tecnológica.

B) OBJETIVOS

Construído a partir de uma ampla pesquisa sobre estágio, currículo e trabalho o produto educacional tem como objetivo contribuir com o processo de execução do estágio supervisionado na Educação Profissional e Tecnológica, pautado na compreensão do trabalho

como princípio educativo, principalmente porque em um mundo em constante mutação a EPT tem por desafio proporcionar a formação de educandos (as) para a vida cidadã e para o trabalho.

Assim, considerar o trabalho como princípio educativo em um componente curricular de suma importância para a relação educação e trabalho é medida que se impõe naturalmente e visa sacramentar tal componente curricular como um processo de ensino aprendizagem capaz de promover a formação integral do aluno/estagiário.

Portanto a cartilha dirigida ao aluno, mas que perpassa por todos os atores da concepção e execução do estágio supervisionado: estagiário, instituição de ensino e concedente, se propõe a contribuir com a formação de um profissional capaz de atuar e modificar positivamente e consciente a sociedade e o contexto no qual está inserido, tendo como um de seus fundamentos a perspectiva da formação humana integral, superando a tradicional dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual (CIAVATTA, 2005).

Conquanto saibamos que uma simples cartilha não é capaz, por si só, de resolver os problemas enfrentados no tocante a educação e trabalho em uma sociedade marcada pela dualidade estrutural entre trabalho manual/trabalho intelectual, acreditamos que esta pode colaborar com o processo educativo sob a perspectiva de uma formação humana, reflexiva histórica, social e crítica.

Logo, buscamos contribuir com a construção didático pedagógica de um material que facilite a compreensão pelo educando da relação educação e trabalho, procurando auxiliar o processo de execução do estágio supervisionado no intuito de promover uma participação efetiva dos estudantes nesta atividade tornando-o um ato educativo e significativo.

Nessa perspectiva, importa destacar também que, além do objetivo de contribuição para os alunos, procuramos trazer uma contribuição para a missão dos professores que se dedicam a temática do estágio supervisionado e, ao fim e ao cabo, para os supervisores de estágio nas concedentes, em razão da perspectiva da instituição de ensino apresentar nas empresas e organizações públicas conveniadas um estagiário mais consciente da importância desse processo de ensino aprendizagem em sua formação educacional e profissional.

C) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados para o planejamento, execução e efetivação da pesquisa, bem como para a consecução e construção do produto educacional que ora apresentamos como Cartilha Estágio Supervisionado estão descritos no item 3 do artigo em que este encarte se encontra referenciado.

Nessa perspectiva, no presente espaço compreendemos como procedimento metodológico a apresentação do produto educacional construído com referências básicas sobre sua constituição. Assim, encontra-se colacionado abaixo em imagens tais como concebida em sua versão eletrônica.

Imagem 1. Capa da Cartilha Estágio Supervisionado.



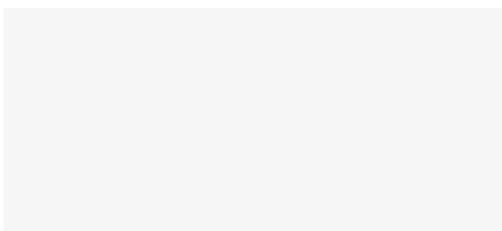
Fonte: Elaboração própria, 2020.

Imagem 2. Páginas da cartilha contendo espaço destinado a ficha catalográfica.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO
Produto: Educacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Autor: Eudes Neves da Silva Santana
Orientação: Prof. Dr. Alexandre Santos de Oliveira.
Revisão ortográfica:
Projeto Gráfico/Diagramação: Bosco Leite
Ilustrações: Freepik

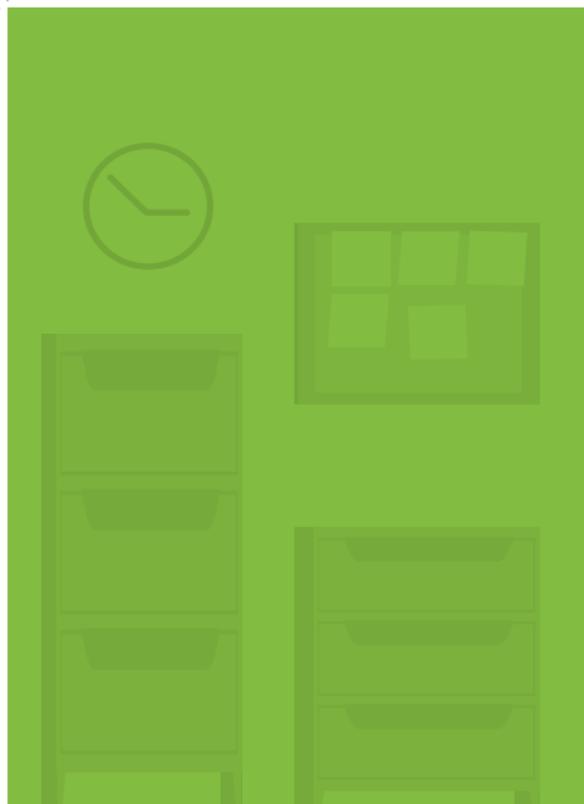


Ficha Catalográfica



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Imagem 3. Páginas contendo o sumário da cartilha.



Sumário

1. O que é estágio?.....	7
2. Quais as partes em uma relação de estágio?.....	8
3. Quais os objetivos do estágio?.....	8
4. Como funciona o acesso a estágio no IFRO- Campus Calama?.....	9
5. Quais meus direitos e deveres como estagiário (a)?.....	10
6. Estou estagiando. E agora?.....	12
7. Como funciona o ambiente de trabalho?.....	13
8. Qual o cenário da profissão no âmbito local e regional?....	16
9. Estágio e trabalho.....	18
10. Trabalho como princípio educativo? Tem um exemplo?....	22
11. Estagiários (as) do IFRO - destaques!.....	26
12. Fale conosco.....	28
13. Sugestões de sites para consulta.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Aqui apresentamos a página nº 6 (seis) da cartilha contendo ilustração e nº 7 (sete) que apresenta o item 1 (um) da cartilha trazendo uma conceituação sobre o que é estágio. Destaca-se que na descrição estamos apresentando o conceito a partir da Lei de estágio, mas com uma perspectiva voltada para a formação humana integral, afastando a ênfase dada a questão da formação profissional e da educação do cidadão produtivo, como bem aborda Frigotto e Ciavatta (2003).

Nessa perspectiva, na cartilha procuramos nos afastar de uma concepção que privilegia uma formação eminentemente tecnicista para apresentar o estágio como um processo de ensino aprendizagem de suma importância para a promoção do desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

No mesmo sentido aproveitamos a produção do material educativo para afastar as compreensões que retratam o estágio supervisionado como um complemento do curso.

Imagem 4. Páginas com ilustração e apresentação do conceito de estágio.

1 O que é estágio?

É um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do (a) aluno (a) por meio de aprendizados constantes no currículo do curso, objetivando o desenvolvimento do (a) estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

O local onde a identidade profissional do (a) aluno (a) é gerada e trabalhada, visando o desenvolvimento de suas potencialidades como ser humano e profissional, devendo ser planejado pelos envolvidos, significando que:

- Prática supervisionada;
- Atividade orientada;
- Procedimento didático-pedagógico;
- Aprendizagem social;
- De responsabilidade das partes;
- Atualização dos conhecimentos;
- Crescimento cultural;
- Inserção no trabalho;
- Vinculado Ao curso/área;
- Atividade programada;
- Aperfeiçoamento;
- Treinamento;
- Situação real da vida e trabalho;
- Desenvolvimento profissional;

ESTÁGIO É

O estágio pode ser:

- OBRIGATÓRIO**
Definido como pré requisito no PPC do curso, para aprovação e obtenção diploma.
- NÃO OBRIGATÓRIO**
Atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

7

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Em prosseguimento, apresentamos as páginas nº 8 (oito) e 9 (nove) da cartilha em que trabalhamos com os itens 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro) da cartilha.

No item 2 (dois) da cartilha apresentamos de maneira bastante sintética quais as partes envolvidas numa relação de estágio, enquanto no item 3 (três) elencamos alguns dos objetivos do estágio, sendo estes meramente exemplificativos e não taxativos, uma vez que podemos elencar vários objetivos a depender da contextualização do estágio no PPC do curso.

Já no item 4 (quatro) trazemos uma apresentação sintética de como funciona o acesso a estágio no IFRO *Campus* Porto Velho Calama, especialmente porque este foi um ponto em que se constatou como uma das maiores dificuldades dos alunos, o acesso as primeiras informações sobre como funciona o acesso a estágio, aparecendo esta questão na pesquisa de campo tanto sob a visão da CIEEC quanto dos estagiários.

Imagem 5. Páginas com apresentação dos itens 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro) da cartilha.



LEMBRETE

É importante destacar que aqui estamos falando no estágio supervisionado obrigatório, aquele que é pré-requisito para aprovação e obtenção de diploma no curso, com carga horária de 192 horas-aula ou 160 horas relógio.

Nessa perspectiva, passamos a apresentação das páginas nº 10 (dez) e 11 (onze) da cartilha, em que apresentamos o item 5 (cinco) com descrição sobre direitos e deveres dos estagiários, a partir da identificação na pesquisa de que esta questão se encontrava ausente do processo de ensino aprendizagem, sendo este um componente ligado ao conceito de formação cidadã dos educandos.

Na apresentação da cartilha esclarecemos que não esgotamos o rol de direitos e deveres, mas pautado na concepção dos eixos pedagógicos e comunicacional, procuramos fazer uma introdução da temática para os educandos de maneira compreensível, visando contribuir com o propósito de promover uma formação que o prepare para a vida cidadã e para o trabalho.

Então, conjugando o conteúdo do item 5 (cinco) com o disposto no item 13 (treze), em que indicamos sugestões de sites eletrônicos para consultas é possível ao educando obter acesso completo ao rol de direitos e deveres, por exemplo, consultando a cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego, que apresenta toda a Lei de Estágio com perguntas e respostas didáticas, de fácil compreensão mesmo para quem não tem formação jurídica ou tem experiência de atuação na administração pública.

Imagem 6. Páginas com apresentação de direitos e deveres dos estagiários.

5 Quais meus direitos e deveres como estagiário?

Na relação de estágio você tem direitos e deveres que são regulados pela Lei do Estágio - Lei nº 11.788/2008

DIREITOS		DEVERES	
Compatibilizar horário de estágio com o das aulas	Ser acompanhado e orientado, na concedente, por supervisor (a) com formação ou experiência	Cumprir o horário e frequência regular ao local de estágio;	Manter sigilo sobre informações e documentos com os quais tenha contato na concedente;
Ter carga horária não superior a 6 horas diárias e 30 horas semanais. Normalmente são 4 horas diárias e 20 horas semanais.	Profissional na área de conhecimento do seu curso técnico;	Cumprir a programação do seu estágio, realizando as tarefas que lhe forem designadas pelo (a) seu (sua) supervisor (a);	Ao final, apresentar Autoavaliação do estágio ao (a) professor (a) orientador (a);
Redução, pelo menos da metade da carga horária do estágio, nos dias de provas na instituição de ensino;	Realizar atividades relacionadas com a área de formação do seu curso técnico;	Obedecer às normas apresentadas pelo (a) professor (a) orientador (a) e pelo (a) supervisor (a) do estágio;	Elaborar e entregar ao (a) professor (a) orientador (a) os Relatórios de Estágio, inclusive o Relatório Final de Estágio, obrigatoriamente assinados pelo (a) supervisor (a) na concedente;
Ter seguro contra acidentes pessoais no estágio, com cobertura de morte acidental ou invalidez parcial ou total;	Receber da CIEEC, atestado de cumprimento de estágio após a conclusão;	Comunicar ao (a) professor (a) orientador (a) problemas enfrentados no estágio;	
		Agir com respeito e ética em relação às regras da instituição de ensino e concedente;	

Aqui apresentamos as páginas nº 12 (doze) e 13 (treze) da cartilha, em que concebemos o item 6 (seis) da cartilha com algumas informações básicas para o educando que está estagiando, como fazer anotações, como uma espécie de agenda diária, registrar com fotos as atividades que realiza no ambiente de trabalho/estágio e dialogar semanalmente ou conforme combinado como seu professor orientador.

Nesse contexto, trazemos a parte inicial do item 7 (sete) da cartilha que é voltado a orientação do estagiário no ambiente de trabalho, sendo que no processo de avaliação a questão foi ressaltada como um ponto forte da cartilha proceder esta abordagem, uma vez que um estagiário que avaliou considerou que é bom instruir os futuros estagiários de como funciona o ambiente de trabalho, pois a maioria nunca teve contato com o mundo do trabalho e com informações como as dispostas na cartilha auxilia os mesmos a se portarem com mais formalidade.

Imagem 7. Página com apresentação de informações sobre como proceder no período de estágio e parte inicial sobre como funciona o ambiente de trabalho.

6 Estou estagiando. E agora?



Fonte: Imagem: https://files.educacao.arizona.gov/asset/document/estagiarios_de_computadores/estagiarios-em-rede-de-computadores

O período de estágio supervisionado é um momento privilegiado no qual você continuará desenvolvendo suas potencialidades, adquirindo um aprendizado social, profissional e cultural.

Durante o estágio você poderá realizar análises e reflexões, fazendo correlação entre as aprendizagens obtidas no ambiente de trabalho com os ensinamentos repassados no ambiente escolar.

Além do cumprimento da carga horária de estágio e da necessidade de preencher a documentação exigida, para que você possa ser aprovado no estágio supervisionado, precisará elaborar e apresentar um relatório final, no qual fará uma avaliação do período que estagiou, com um resumo das atividades realizadas.

IMPORTANTE

-  Faça anotações diárias das suas atividades no trabalho/aprendizagem.
-  Registre com fotos as atividades realizadas.
-  Vá semanalmente ou conforme combinado ao (a) professor (a) orientador (a) para informar e pegar orientações.

12

7 Como funciona o ambiente de trabalho?

Cada ambiente de trabalho funciona com regras próprias, de maneira que é impossível descrever exatamente a realidade que você irá encontrar no seu período de estágio.

Assim, o objetivo aqui é te apresentar algumas noções gerais sobre um ambiente de trabalho e o comportamento esperado de um (a) estagiário (a) nesse ambiente.

O ambiente de trabalho é mais formal que o ambiente da escola, sendo que você não deve comparecer de maneira "despojada", como por exemplo, usando bermuda (se do sexo masculino), chinelo, camisetas extravagantes (de protestos, por exemplo), roupas curtas, decotadas (se do sexo feminino).



Fonte: Imagem: <https://portal.ifv.edu.br/portal/atividade/atividade/estagiarios-em-rede-de-computadores>

13

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Prosseguindo, apresentamos as páginas nº 14 (quatorze) e 15 (quinze) da cartilha que é continuidade das orientações constantes no item 7 (sete) da cartilha sobre o ambiente de trabalho, com informações sobre exigências geralmente exigidas no ambiente de trabalho, bem como noções gerais sobre comportamentos e práticas salutares a serem adotadas durante o período de estágio.

Imagem 8. Página que apresenta continuidade do item 7 (sete) da cartilha, com informações sobre comportamentos bem avaliados no ambiente de trabalho.

Nesse contexto, é um local em que você vai encontrar algumas exigências sobre o seu comportamento e a maneira de se relacionar com as pessoas.

Em geral o ambiente de trabalho irá cobrar que você estagiário (a) seja:

Pontual: cumpra o horário acordado, **sem atrasos.**

Educado: cumprimentando as pessoas: *"bom dia", "boa tarde", "até logo..."*.

Gentil: usando palavras como "com licença" ao passar entre pessoas ou ao pedir a palavra de alguém que esteja falando; *"por favor"*, para pedir algo; *"me desculpe"*, caso cometa algum equívoco; agradeça: homens devem dizer *"obrigado"* e mulheres, *"obrigada"*.

Proativo: ao realizar um atendimento, por exemplo, de um funcionário que está com problemas no computador, chegue até o local e pergunte à pessoa: *"Bom dia, em que posso ajudar?"* *"Boa tarde, o que houve?"* Evite fazer só o que lhe é ordenado, se verificou algum problema, resolva-o ou comunique ao (a) seu (sua) supervisor (a).

Discreto: não se intrometa em conversas dos funcionários da empresa; não alimente fofocas.

Moderado:

não fale muito alto, fazendo algazarra, mas também não se comunique resmungando, baixinho.

Prudente:

não entre nas salas sem antes bater na porta; se o (a) seu (sua) supervisor (a) está ao telefone, não entre na sala para ficar ouvindo a conversa, a não ser que você seja chamado por ele (a).

Paciente:

ao ouvir as pessoas, não as interrompa bruscamente, espere-as relatar o que estão lhe dizendo.

Profissional:

se você for corrigido por seu (sua) supervisor (a) no modo de realizar uma tarefa ou no seu comportamento pessoal, procure assimilar o que lhe foi pedido, sem ficar com "birra" ou "chateado".

É importante ainda que no ambiente de trabalho você estagiário (a):

Saiba atender a um telefonema

em local de trabalho você não atende telefone dizendo *"alô"*, *"oi"*, atende dizendo, por exemplo: *"Bom dia, central de serviços, fala seu nome e pergunta: "em que posso ajudá-lo", "em que posso ser útil?"*

Saiba usar o celular:

no trabalho/estágio não se deve ficar conectado ao celular, se for atendê-lo, fale baixo e se possível saia do local em que você está trabalhando com outras pessoas.

Tenha cuidado com o cafezinho

não tome café ou se alimente nas mesas de trabalho. Se o local não tiver uma copa/cantina, verifique o local onde normalmente se toma café e lanche e faça aí suas refeições.

Em continuidade, prosseguimos com as páginas nº 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) da cartilha em que nos dedicamos a apresentação do item 8 (oito) da cartilha, trazendo um panorama geral sobre o cenário da profissão em âmbito local e regional, alinhando a formação técnica aos objetivos institucionais dos Institutos Federais e procurando demonstrar ao aluno/estagiário, a amplitude de atuação que sua formação profissional pode proporcionar.

Imagem 9. Página que apresenta o item 8 (oito) da cartilha sobre como se apresenta o cenário da profissão no âmbito local e regional.

8 Como se apresenta o cenário da profissão no âmbito local e regional?



Fonte: imagens: <https://imgflip.com/i/340160>

Caro (a) aluno (a) a área de trabalho ligado a cursos de informática e tecnologia da informação é importante para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer país ou região, especialmente no mundo contemporâneo.

Atualmente, com novas tecnologias digitais – como a inteligência artificial, a computação em nuvem e a internet das coisas – há um potencial de alteração profunda na produção, na distribuição e na comercialização de produtos e serviços.

Assim, é certo que serão criadas novas oportunidades de negócios, emprego e renda. Por outro lado, tais mudanças também tem impactos com o risco de eliminação ou transformação de muitos postos de trabalho.

Nessa perspectiva, é evidente que com as novas configurações do mundo do trabalho, a atuação de um profissional da área de informática não se restringe a empresas ou organizações públicas específicas da área de tecnologia da informação (TI).

Assim, você (a) técnico (a) em informática formado (a) no IFRO poderá atuar tanto em empresas e organizações ligadas diretamente à área de TI quanto em empresas e organizações de outras áreas/setores diversos.

Nesse passo, vejamos um exemplo prático: “EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás, empresa pública que lida com assistência técnica e extensão rural a produtores, desenvolveu um aplicativo - o EMATER MOBI, que conecta em tempo real a assistência técnica e produtores rurais, trazendo soluções e resultados para a empresa pública, para os produtores rurais e para a sociedade”.



Fonte: imagens: <https://www.emater.gov.br/portal/ato-emater-mobi-e-a-aplicativo-em-publico-na-campara-pary-reve-ubado-07>

Logo, empresa pública, do setor rural, demandando solução tecnológica ligada diretamente a área de TI. Atualmente, a mesma lógica do exemplo, pode ser aplicada a diversas empresas e ou organizações públicas de variados setores da economia local, regional e nacional.

Já nas páginas nº 18 (dezoito) e 19 (dezenove) da cartilha nos dedicamos a estabelecer uma conexão entre estágio e trabalho, pautado em uma orientação metodológica que permita aos educandos compreender a abordagem que estamos adotando com intuito de transmitir a estes alguns conhecimentos sobre a relação entre educação e trabalho.

Assim, apresentamos o item 9 (nove) da cartilha em que descrevemos sobre a questão de estágio e trabalho, falando sobre a importância do alinhamento conceitual entre os envolvidos: instituição de ensino, estudantes e ambiente de trabalho, com a necessidade de focar o trabalho como princípio educativo visando a superação da dualidade estrutural histórica entre trabalho manual e intelectual.

Trouxemos também considerações sobre a base para a EPT numa perspectiva de formação integral com a educação pautada em trabalho como princípio educativo, pesquisa como princípio pedagógico e indissociabilidade entre educação e prática social.

Imagem 10. Páginas em que iniciamos as considerações sobre estágio e trabalho, trabalhando sob uma perspectiva de formação humana integral.

9 Estágio e trabalho

O estágio é um ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho e a Educação Profissional e Tecnológica - EPT tem a missão de promover a formação do (a) estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

Para tanto, fica evidente que é importante um alinhamento conceitual e prático entre os envolvidos na concepção e execução do estágio supervisionado, quais sejam: a instituição de ensino (IFRO); o (a) estudante; e a concedente.



Fonte imagem: <https://www.google.com.br/search>

18

Assim, temos o sistema educacional estruturado a partir do trabalho, buscando o enfoque no trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual.

O trabalho deve ser encarado como ato de ensino aprendizagem, como instrumento formativo e não apenas como local onde se coloca em prática o aprendido ou dialogado na teoria.

Nessa perspectiva, temos o trabalho funcionando como instrumento de formação de trabalhadores (as) capazes de atuarem como dirigentes e cidadãos (ãs) e não somente como técnicos (as) para atendimento as necessidades do mercado de trabalho. Esta então é a base da EPT:



* Prática sócio-política realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais

Fonte imagem: <https://www.ifro.edu.br/centros-de-convulso/documentos-institucionais/05jdi-2019-2023.pdf>

19

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Por conseguinte, nas páginas nº 20 (vinte) e 21 (vinte e um) da cartilha damos prosseguimento a questão do item 9 (nove) estágio e trabalho, para fazer uma correlação com os objetivos institucionais dos Institutos Federais que alinhados aos Arranjos Produtivos Locais tem por missão formar alunos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Dentro desta perspectiva, inserimos a importância de que o educando seja formado numa perspectiva integral compreendendo, por exemplo, os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU e, por estarmos inseridos na região amazônica, tendo conhecimento sobre direitos e deveres de comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais, tão presentes em nossa vida comunitária e tão ausentes ao mesmo tempo, de nossa realidade educacional.

Então, importa esclarecer que a apresentação tal como se encontra na cartilha não tem objetivo de esgotar a temática e tampouco funcionar como mero expositor de conteúdo. Avaliamos que a questão se encontra alinhada a visão de uma formação humana integral, que dialoga intensamente com a questão estágio e trabalho, no intuito de colaborar com uma formação do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Imagem 11. Páginas em que finalizamos as considerações sobre estágio e trabalho, trabalhando sob uma perspectiva de formação humana integral.

Essa perspectiva é corroborada pelos objetivos institucionais dos Institutos Federais, que alinhado aos Arranjos Produtivos Locais – APLs, buscam a oferta de uma educação que promova formação visando a qualificação dos (das) alunos (as) para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Portanto, você aluno (a) formado (a) na Educação Profissional e Tecnológica, por meio dos Institutos Federais, deve ser um (a) profissional capaz de atuar compreendendo, dentre outros, os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU, quais sejam:



Fonte: imagem: <http://www.agenda2030.org.br/nubri/>

Além disso, por estarmos no contexto social da Amazônia Legal, é importante que você tenha conhecimento e consciência quanto aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, respeitando sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, conforme determina a Constituição Federal.



Fonte: imagem: http://www.mpf.mp.br/gp/midias/pgr/fica_solidariza_projetos_legislativos_de_interesse_de_indigenas_e_comunidades_tradicionais_em_o_ambito_da_casa_de_legislacao_nacional



Fonte: imagem: <https://www.academiadefilosofia.org.br/midias/forra-de-direitos-na-matuxãna-cada-nurabeta-arma-mais-uma-ofertiva-com-12a-pona-17/abril/2018-4>

Prosseguindo, apresentamos a continuidade do item 10 (dez), nas páginas nº 24 (vinte e quatro) e 25 (vinte e cinco) da cartilha em que continuamos a abordagem com descrição sobre o exemplo de trabalho como princípio educativo.

Imagem 13. Páginas em que finalizamos as considerações sobre trabalho como princípio educativo a partir de um exemplo.

No caso, imagine que esse APL descrito, mesmo com atuação de todos os envolvidos e apoio governamental, ainda enfrenta diversos problemas, dentre os quais:

Alguns produtores não conseguem escoar sua produção pois a indústria de processamento para o qual normalmente vendem, está com capacidade de processamento esgotada;

Dentro desta mesma APL há uma indústria de processamento com capacidade de produção ociosa (faltam produtos), mas os produtores nem tem essa informação;

Temos ainda problemas de logística de transporte e pontos de comercialização com produtos excedentes, enquanto outros locais sofrem com falta de produtos para comercialização ao consumidor final.

Então, você (a) aluno (a) do Curso Técnico em Informática do IFRO vai estagiar no CENSIPAM, que está elaborando um estudo das condições meteorológicas da região para auxiliar a orientação da produção neste APL.

Assim, com conhecimento dos problemas deste APL, você cria um aplicativo que conecta os produtores, os processadores, os transportadores e os comerciantes deste APL.



Fonte imagem: <http://utano.trampos.co/14404-guia-de-profissoes-desenvolvedor-a-mobile/>

Parabéns, você acaba de vivenciar o trabalho como princípio educativo. O aplicativo que você desenvolveu não apenas resolveu o problema vivido pelos envolvidos diretamente, como também trouxe impactos positivos para toda a sociedade, como por exemplo:

diminuiu o desperdício de produtos alimentícios;

ao diminuir o desperdício, contribuiu para reduzir os custos do produto ao consumidor final;

possibilitou que mais pontos de comercialização tenham produto em disponibilidade, ampliando a oferta ao consumidor;

pode ter gerado impactos ainda na redução do consumo de combustível, ao otimizar a distribuição, o que igualmente, implica em diminuição de custos.

pode ter gerado impactos nos custos com energia elétrica, também reduzindo custos do produto;

diminuição de custos possibilita que mais pessoas tenham acesso aos produtos, ampliando assim o universo de consumidores.

ATENÇÃO

Mesmo que não seja você, estagiário (a), o criador de um aplicativo como no exemplo, mas participa de um processo assim, com sugestões, com propostas, no auxílio material a quem esteja buscando soluções para problemas enfrentados no cotidiano socioeconômico da região, você está/ estará vivenciando o trabalho como princípio educativo.

Já nas páginas nº 26 (vinte e seis) e 27 (vinte e sete) da cartilha trazemos o item 11 (onze), em que idealizamos um espaço para que a instituição de ensino possa atualizar periodicamente a cartilha inserindo registros sobre a participação de estagiários ou mesmo de egressos que se destaquem no mundo do trabalho.

Nesse particular, a ideia aqui é que a cartilha seja dinâmica, em que a instituição de ensino poderá estimular os estagiários a participarem efetivamente do processo de ensino aprendizagem como uma atividade significativa e de suma importância para seu desenvolvimento humano e profissional.

Assim, o estagiário também pode vislumbrar, ao iniciar o seu período de estágio, a oportunidade de ser apresentado como destaque na cartilha em próximas edições, estimulando-o a participar efetivamente do processo de ensino aprendizagem, como ator capaz de ser visto como integrado ao processo.

Imagem 14. Páginas com apresentação do item 11 (onze) voltado ao registro de casos de destaque do IFRO no processo de estágio supervisionado.

11 ESTAGIÁRIOS (AS) DO IFRO – DESTAQUES!

Caro (a) estagiário (a) este espaço é destinado a registrar a sua história como estagiário (a) ou mesmo profissional formado pela instituição.

A instituição de ensino poderá atualizar periodicamente a cartilha com registros de casos de estagiários (as) ou grupos de estagiários (as) que se destaquem no programa de estágio ou mesmo após, como profissionais formados pela instituição.



Fonte imagem: <https://portal.ifro.edu.br/ultima-noticia/103-estagio-estudantes-do-ifro-se-destacam-no-mundo-do-trabalho>



Fonte imagem: <https://portal.ifro.edu.br/imagens/comunicacao/08-Agosto-2018/17-08-18-vezes-IFRO-IFRO-ESTAGIARIOS-3.JPG>

Estagiários (as) do IFRO em cerimônia de comemoração de encerramento de estágio de turma, no CENSIPAM/Porto Velho, em 2018.

Logo, convidamos você que está iniciando agora a sua participação no estágio supervisionado do IFRO a ser o (a) próximo (a) a ilustrar, com sua história e realizações, esta cartilha



Fonte: <https://www.gettyimages.com/photos/1491308566?i=20267367&i=1>

Prosseguindo, para a fase de finalização da cartilha, as páginas nº 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) da cartilha trazem os itens 12 (doze) e 13 (treze) da cartilha, sendo que o item 12 (doze) é o fale conosco, mais um espaço idealizado como elemento de estímulo para que o estagiário possa participar efetivamente do processo se comunicar com a instituição de ensino em relação ao estágio supervisionado.

Nesse contexto, a criação da sugestão do fale conosco surge da identificação de que o estagiário não encontrava orientações sobre a existência de uma estrutura formalizada sobre como fazer qualquer registro sobre o processo de estágio, seja no intuito de aprimorá-lo, seja no intuito de apresentar reclamação de eventuais irregularidades que ocorra no ambiente de trabalho ou mesmo na própria instituição de ensino.

Já com relação ao item 13 (treze) apresentamos sugestões de sítios eletrônicos para consulta, sendo sugerido o próprio portal do IFRO sobre estágio, a Cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego, com perguntas e respostas sobre a Lei do Estágio e, por fim, a própria Lei Federal que regulamenta a atividade de estágio supervisionado, sendo este um espaço propício para auxiliar o educando no conhecimento de toda a dinâmica documental e legislativa do processo de estágio e dos direitos e deveres inerentes a sua participação enquanto estagiário.

Imagem 15. Páginas com o item 12 (doze) fale conosco e item 13 (treze) sugestões de sites para consulta.

12 FALE CONOSCO



Prezado (a) estagiário (a), o estágio supervisionado é um ambiente propício para que você possa sugerir mudanças no mundo do trabalho e também no ambiente escolar.

Dessa forma, para o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, é necessário que haja o envolvimento e reflexão sobre as intervenções na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade em que está inserido. Representando em imagens teríamos:

- 
- 
- 
- 

Aqui no IFRO, além do apoio do (a) professor (a) orientador (a) e dos demais profissionais da instituição, você tem espaço no FALE CONOSCO, para registro de sugestões, elogios, reclamações e denúncias, inclusive em relação à própria instituição de ensino.

28

13 SUGESTÕES DE SITES PARA CONSULTA



Por fim, como sugestões para obtenção de mais informações sobre o estágio você pode recorrer ainda, dentre outros, aos seguintes endereços eletrônicos:

- portal.ifro.edu.br/estagio-nav
Espaço com informações, respostas a dúvidas frequentes, modelos de formulários, regulamento de estágio e termos de convênio do IFRO.
- confef.org.br/arquivos/cartilha-mte-estagio.pdf
Cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego com perguntas e respostas sobre estágio a partir da Lei de Estágio - Lei nº 11.788/2008.
- planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm
Lei que regulamenta o estágio - Lei nº 11.788/2008.

29

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Finalizando, colacionamos páginas nº 30 (trinta) e 31 (trinta e um) da cartilha que apresentam ilustração e referências, sendo que adotamos a metodologia de não elencar as referências no corpo da cartilha, remetendo-as ao artigo que descreve a pesquisa, pois a cartilha como conduzida é a síntese de várias premissas teóricas ordenadas criticamente conjugadas com a demanda dos educandos, a luz dos eixos conceitual, pedagógico e comunicacional.

Imagem 16. Páginas com ilustração e informações sobre as referências.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Por fim, a página nº 32 (trinta e dois) é a de encerramento da cartilha, conforme abaixo.

Imagem 17. Página de finalização da cartilha, após as referências.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

D) MATERIAIS UTILIZADOS

Os materiais utilizados para a realização da pesquisa foram livros, artigos e teses sobre estágio, currículo e trabalho conforme referenciado no artigo e neste encarte, legislação federal e do IFRO sobre estágio, relatórios e documentos sobre estágio supervisionado no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e 4 (quatro) similares, sendo 3 (três) similares sobre estágio supervisionado e 1 (um) similar com abordagem sobre trabalho como princípio educativo.

Como instrumento de coleta de dados na entrevista semiestruturada foi utilizado um formulário com as perguntas conforme consta nos anexos e um gravador de voz, sendo as entrevistas realizadas no gravador e após transcritas para um suporte escrito, visando facilitar a análise e tratamento dos dados.

Para a construção, sistematização e organização dos dados da pesquisa foram utilizadas 4 (quatro) cartolinas, coladas uma a outra como se fosse um mural, visando a organização lógica das tabelas apresentadas no desenvolvimento do trabalho e facilitando o processo de reflexão e tratamento dos dados.

A primeira versão do protótipo foi construída em arquivo tipo doc. pelos autores, com o texto e os requisitos e parâmetros, sendo enviado a profissional designer gráfico para desenvolvimento do projeto gráfico e diagramação.

O produto educacional Cartilha Estágio Supervisionado conta ainda com algumas imagens retiradas de publicações na internet, disponíveis mediante pesquisa no banco de dados Google Imagens e no banco de imagens gratuitas Canva, sendo creditada a fonte de origem da imagem e, por se tratar de material educativo, sem finalidade comercial, não havendo utilização de imagens em contexto depreciativo, inaplicável violação a direito de imagem, nos termos da legislação brasileira.

No tocante ao processo de avaliação do protótipo do produto educacional, foi utilizado um formulário desenvolvido com base na metodologia proposta por Ruiz et. al (2014) e Chisté Leite (2018) visando coletar as contribuições dos participantes quanto ao protótipo e eventuais melhorias a serem implementadas no produto em sua versão final e enviado a avaliadores mediante utilização do *googleforms*.

E) FORMAS DE UTILIZAÇÃO

O produto educacional foi produzido para utilização como cartilha impressa em tamanho 24 x 17 cm e também em formato eletrônico estilo páginas espelhadas, podendo ser utilizada pela instituição de ensino para levar aos estudantes, principalmente dos Cursos Técnicos em

Informática Integrado ao Ensino Médio (mas não só), um conhecimento efetivo sobre estágio e trabalho, a partir da concepção de trabalho como princípio educativo, com uma linguagem simples e acessível e exemplos que facilitem a compreensão, pelos estagiários, de conceitos caros para a EPT.

Além da versão impressa e da eletrônica conforme acima mencionada foi disponibilizada na versão eletrônica a cartilha no estilo página inteira, com tamanho e fontes maiores visando facilitar o acesso a estudantes que possuam baixa visão.

Assim, pode ser utilizada por meio de material impresso e distribuída aos estudantes, como também pode ser ofertada aos mesmos por meio eletrônico, bem como disponibilizada na página do IFRO dedicada a estágio, cabendo tal decisão aos gestores da instituição.

Acreditamos também que a cartilha pode ser utilizada pelos professores orientadores de estágio dos Cursos Técnicos em Informática Integrados ao Ensino Médio como suporte no processo de orientação de estagiários.

No mesmo sentido, a partir de uma análise dos PPCs dos cursos ofertados no IFRO, *Campus Porto Velho Calama*, acreditamos ainda que poderá ser utilizada pelos professores (as) do componente curricular Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa de cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio como material de apoio, considerando que a cartilha contempla diversos conceitos apresentados no PPC dos cursos e constantes do ementário deste componente curricular (Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa).

Nesse particular, a avaliação realizada do protótipo do produto educacional confirmou nossa percepção. Ao responderem a questão: Se você é professor (a) e leciona ou lecionou o componente curricular “Orientação Para a Prática Profissional e Pesquisa”, avalia que a cartilha pode ser útil também para utilização neste componente curricular?, constatamos que 100% dos avaliadores que lecionam ou lecionaram respectivo componente curricular responderam afirmativamente.

2. IMPACTO SOCIAL

Os mestrados profissionais, notadamente na área de educação e ensino, têm como exigência a elaboração de produtos educacionais que possam ser utilizados no contexto real das instituições educacionais como resposta a um problema concreto previamente identificado e sobre o qual os pesquisadores se debruçaram na busca de desvendar possíveis soluções.

Nesse contexto, em uma sociedade pautada em constantes e aceleradas mudanças socioeconômicas e culturais, que afeta particularmente o contexto educacional e o mundo do trabalho, para que o produto educacional desenvolvido pelo pesquisador possa ter sua utilidade

maximizada no processo de ensino aprendizagem é preciso superar alguns desafios desde a sua concepção conceitual até a sua efetiva concretização como produto educacional.

Para tanto é necessário que o processo de elaboração considere, de plano, alguns pontos básicos, como por exemplo, linguagem - nesta incluída a linguagem verbal e a visual, observação de imagens, formatos e cores a serem utilizadas, com uma interseção entre ambas em prol da efetividade na transmissão da mensagem ao destinatário do produto educacional.

De igual forma, é interessante considerar que a capacidade de transmissão da mensagem deve promover uma introdução de modo gradual e acessível ao público alvo, de conceitos utilizados e validados por teóricos da área de conhecimento, de maneira que o produto consiga proceder a transmissão, compreensão e assimilação desses conceitos pelos futuros usuários por meio de linguagem simples e acessível, para que a mensagem educativa não seja equivalente a um sermão impresso ou a uma chatice audiovisual (KAPLUN, 2002, 2003).

Pautados nesta perspectiva, acreditamos que o impacto social gerado pela presente cartilha, como produto educacional da pesquisa, manifesta-se sob diversas óticas. Nesse particular gostaríamos de destacar a possibilidade de que o estágio supervisionado passe a ser compreendido na EPT como um componente curricular efetivamente integrado ao currículo e que o ambiente de trabalho seja vivenciado sob uma perspectiva de formação integral do educando e não apenas como local em que o mesmo desenvolve atividades próprias da atividade profissional.

Nesse contexto, gostaríamos de salientar o enfoque na necessidade de que o estágio supervisionado seja adequadamente contextualizado no currículo, valorizando a perspectiva da formação humana integral e não apenas a formação voltada para atendimento as necessidades do mercado de trabalho e assim apresentamos a cartilha pautada nesta compreensão e com a ótica do trabalho como princípio educativo orientando todo o material.

Nesse particular, acreditamos que a cartilha contribui para promover um alinhamento conceitual entre os atores envolvidos na concepção e execução do estágio supervisionado afastando a visão de que o estágio é um complemento do curso, um local em que a teoria aprendida é colocada em prática, para concebê-lo como um processo de ensino aprendizagem de suma importância para o processo educativo, notadamente na EPT.

Assim pensamos que o estágio supervisionado como retratado na cartilha se afasta da valorização de um perfil estritamente tecnicista, como descrito no PPC do curso (item 1.1.6 do PPC, p. 25), para apresentar um perfil com uma compreensão ampla de formação humana integral do educando.

Nessa perspectiva, a cartilha apresentada como produto tem uma ótica distinta de outras de mesma temática disponíveis no âmbito das instituições de ensino, como por exemplo, os similares utilizados como suporte da pesquisa, que praticamente concentram-se em replicar conceitos da legislação federal sobre estágio, deixando de avançar no aspecto da contextualização curricular para descrever o estágio como um componente curricular que assegure a formação ampla do educando numa perspectiva integral.

Então, sob a ótica pragmática, procuramos apresentar uma cartilha que possibilite ao educando que busque informações sobre estágio e trabalho e pretenda iniciar o primeiro contato com um ambiente laboral, por meio do componente curricular estágio supervisionado, acesso a um material didático pedagógico que lhe transmita informações sobre estágio e trabalho, direitos, deveres, funcionamento do estágio, do ambiente de trabalho, diálogo entre estágio e trabalho e compreensão do trabalho como princípio educativo, a partir de exemplos práticos de fácil compreensão.

Nesse contexto, cuidamos ainda de apresentar no produto educacional elementos de formação integral, como por exemplo, a necessidade de que o educando conheça os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU e a realidade local do contexto amazônico, com presença forte de comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais, quase sempre ignoradas ou silenciadas no contexto socioeconômico e cultural da nossa sociedade.

Tal perspectiva, como todas as outras contidas no material, não foram incluídas aleatoriamente por opção política ou ideológica dos autores, mas pautada em um referencial teórico consistente conjugado com os demais elementos da pesquisa e alinhado aos objetivos institucionais dos Institutos Federais (BRASIL, 2008).

De igual modo, procuramos inovar ao dedicar um espaço para que o educando possa ser o ator principal do processo de ensino aprendizagem, valorizando assim a participação ativa do aluno, procurando motivá-los a se tornarem atores principais em um componente curricular em que foram quase sempre historicamente relegados ao papel de coadjuvantes, bem como possibilitar a instituição de ensino a dispor de uma “cartilha viva”, que poderá ser constantemente atualizada para retratar a participação dos estagiários no processo de ensino aprendizagem, bem como dos egressos no mundo do trabalho.

Ainda acreditamos que o impacto social do produto pode se refletir de maneira direta na instituição de ensino - ao apresentar as concedentes, um educando mais preparado conceitualmente para atuar no ambiente corporativo do mundo do trabalho.

No mesmo sentido, pode ter impacto no âmbito das instituições concedentes, com estas recebendo um estagiário mais consciente de seus direitos, deveres e do funcionamento de um ambiente de trabalho, a partir de informações básicas do mundo corporativo recebidas previamente na instituição de ensino.

Assim procuramos apresentar um produto que não se presta somente a utilização no componente curricular estágio supervisionado, mas também no componente Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa, do curso técnico em Informática e de outros cursos técnicos ofertados pela instituição, maximizando assim sua utilidade e aplicabilidade na EPT.

Nessa perspectiva a cartilha como material didático é aquela produção que tem a finalidade de proporcionar a aprendizagem de determinado conteúdo, bem como servir de apoio ao professor (e no caso da instituição de ensino por meio da CIEEC, por exemplo) no processo de ensino aprendizagem (SOUZA et al, 2015).

Por fim destacamos que a contribuição trazida pela cartilha no espaço formativo - educação e trabalho, pode ensejar uma mudança de mentalidade de todos os envolvidos com a temática do estágio supervisionado, com a conseqüente valorização do trabalho enquanto elemento educativo, com o ensino oportunizando o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas da produção e não apenas treinamento em técnicas produtivas, ou seja, o trabalhador deve ter o domínio dos fundamentos científicos do processo de trabalho moderno e não ser mero executor de tarefas a serem realizadas (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003; SAVIANI, 2007)).

REFERÊNCIAS:

ALFONSIN, Everton. **Cartilhas pela Natureza**. Disponível em:

<http://www.ecoharmonia.com/2011/11/cartilhas-pela-natureza.html>. Acesso em 30 de mai. de 2020.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica, 2010.

FRANZIN, Sérgio Francisco Loss. **Modelo de gestão, tecnologias e políticas públicas: o IFRO e o desenvolvimento Regional em Rondônia**. /Sérgio Francisco LossFranzin. Porto Velho, RO, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas integradas**. São Paulo: Summus, 2003.

SOUZA, Marta João Francisco Souza, et al. **Análise dos produtos de programas de mestrado profissional: um recorte envolvendo o Ensino de Matemática na Região Sul do Brasil**. X

Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X ENPEC, Águas de Lindóia SP – 24ª 27 de novembro de 2015.



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Campus Porto Velho Calama

Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação

Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Apêndice B - Encarte do Produto Educacional

Plano de Estágio para a Educação Profissional

Autor: Eudes Neves da Silva Santana

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Santos de Oliveira

1. DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A) INTRODUÇÃO

O produto educacional apresentado neste encarte como resultado da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, por meio de um estudo de caso no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO, *Campus* Porto Velho Calama é uma proposta de intervenção no PPC, em formato eletrônico, denominada Plano de Estágio para a Educação Profissional no qual procuramos discutir a necessidade da instituição de ensino promover mudanças no PPC do curso contextualizando o estágio no currículo do curso.

Nesse sentido apresentamos o presente produto a título de proposta para discussões futuras, mas já com uma base teórica e exemplos concretos de grande valia para uma vivência curricular do estágio supervisionado em cursos técnicos de informática integrado ao ensino médio.

B) OBJETIVOS

A partir da incursão que fizemos na pesquisa sobre currículo e trabalho como elemento de compreensão da temática do estágio supervisionado no currículo encontramos questões importantes que compreendemos não contempladas no PPC do curso objeto da pesquisa, o que foi reforçado pelo conteúdo das entrevistas realizadas.

Dentro dessa perspectiva idealizamos a construção do Plano de Estágio para a Educação Profissional apresentando o problema identificado, a contextualização do estágio na EPT e as perspectivas de ampliação da visão que atualmente é retratada no PPC do curso como um instrumento de contribuição para promover a formação integral do aluno/estagiário.

Assim nosso objetivo é apresentar um material que possa provocar reflexões no ambiente da instituição de ensino e mudanças que julgamos relevantes para aprimoramento institucional e integração educacional de um componente de suma importância na relação educação e trabalho.

C) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos para construção do produto tal como apresentamos estão descritos, ainda que sinteticamente, no artigo que o referencia. Neste espaço nos dedicamos a apresentar o produto Plano de Estágio para a Educação Profissional colacionando-o como concebido, por meio de imagens do mesmo, conforme abaixo.

Imagem 1. Capa do produto.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Imagem 2. Contracapa do produto.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Imagem 3. Página com a descrição do produto.



PLANO DE ESTÁGIO
PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Imagem 4. Ilustração entre a página com descrição do produto e o sumário.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Imagem 5. Página com a apresentação do sumário do produto.

SUMÁRIO

Problema identificado 6

O Estágio Supervisionado contextualizado na
Educação Profissional e Tecnológica 6

O contexto curricular 7

Estágio e currículo prescrito 8

Educação profissional, currículo e estágio 8

O estágio supervisionado retratado em PPCs 9

O estágio supervisionado no currículo 12

Ampliando a perspectiva do estágio no currículo 15

Proposta de plano de estágio 17

Referências 20

Imagem 6. Página inicial com apresentação textual, página de nº 6 (seis) do produto, apresenta o problema identificado.

Problema identificado

“componente curricular estágio supervisionado não condizente com sua importância”

Constatamos, durante a realização da pesquisa, que o PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO Campus Porto Velho Calama apresenta um tratamento ao componente curricular estágio supervisionado não condizente com sua importância no processo de ensino aprendizagem, deixando de contextualizá-lo na perspectiva de promover a formação integral do aluno/estagiário e de promover a compreensão, por parte do educando, da concepção de trabalho como princípio educativo.

O Estágio Supervisionado contextualizado na Educação Profissional e Tecnológica

A Lei do Estágio - Lei 11.788/2008, o define como sendo ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

Nessa esteira, a legislação preconiza que o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do

educando e visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008).

Apesar da legislação de estágio ser um importante instrumento de regência da atividade e trazer a concepção de que o objetivo do estágio é a formação do educando para a vida cidadã e para o trabalho, há uma ênfase legislativa na perspectiva da preparação para o trabalho produtivo de educandos e no aprendizado de competências próprias da atividade profissional, sendo assegurando ainda à contextualização curricular.

Imagem 7. Página com apresentação textual e imagem, trazendo informações sobre o contexto curricular, página nº 7 (sete) do produto.

O contexto curricular

Nesse contexto, a contextualização curricular deveria ser o espaço usado pelas instituições de ensino para, em contraponto à ênfase no aprendizado de competências próprias da atividade profissional - que restringe a atividade do estágio ao campo profissional, apresentá-lo como um espaço de ensino aprendizagem que objetiva a formação de trabalhadores para atuarem como dirigentes e cidadãos.

Todavia, um recorte de alguns PPCs na área de Informática Integrado ao Ensino Médio, inclusive do curso objeto da pesquisa, demonstra que as instituições de ensino apresentam o estágio tal como é descrito na legislação ou, quando conceituado de maneira diversa, sempre enfoca a perspectiva de trabalho produtivo e desenvolvimento de vivências concretas do mundo do trabalho, deixando de evidenciar que o estágio visa o desenvolvimento das potencialidades do educando como ser humano e profissional.

Assim, essa negligência expositiva, com a ausência de uma contextualização curricular que venha a apresentar o estágio como uma atividade de ensino aprendizagem, em nosso entender, acaba contrariando a perspectiva de uma formação integral e corroborando com a dualidade estrutural que historicamente tem marcado a condução da educação profissionalizante no Brasil.

Nessa perspectiva, compreendemos que a questão é agravada quando, mesmo aqueles Institutos Federais que apresentam o estágio supervisionado no PPC do curso sob uma perspectiva de formação integral, aproveitando-se do espaço da contextualização curricular, não dispõem de um material pedagógico, como uma cartilha, manual didático ou aplicativo, que contemple a concepção de trabalho como princípio educativo e que facilite a compreensão do aluno/estagiário sobre conceitos caros para a EPT.

Fonte: https://www.canva.com/pt_br/aprenda/banco-de-imagens-gratis/. Foto de Natalya Kriazeva



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Imagem 8. Página com considerações sobre estágio e currículo prescrito e educação profissional, currículo e estágio, bem como apresentando imagem de estudante em atividade de estágio, página nº 8 (oito) do produto.

8

PLANO DE ESTÁGIO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Estágio e currículo prescrito

Portanto, o que se nota é que, apesar da legislação assegurar um espaço para contextualização curricular, este ou não é aproveitado na vertente do currículo prescrito ou, quando é, acaba entrando em contradição com outros instrumentos disponíveis na instituição de ensino para materializar o processo de ensino aprendizagem, bem como também não evidencia a perspectiva do trabalho como princípio educativo de uma maneira facilmente assimilável pelo aluno/estagiário.

Nesse contexto, a história da educação profissional e tecnológica acompanha as transformações do mundo do trabalho e por muito tempo seu foco esteve voltado para a formação profissionalizante visando atender às demandas do capital. Porém, com mudanças a partir de 2004 e, com a criação em 2008 dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e a expansão da rede de ensino, um novo paradigma vem sendo lapidado sobre o ensino profissional e tecnológico, sendo então necessário adequar os conceitos e valores a esta nova perspectiva formativa.

Por certo que este novo paradigma propõe uma formação contextualizada, que possibilite ao sujeito a compreensão de sua história e a autonomia para transformar sua realidade, potencializando a ação humana na busca por melhores meios de vida, tanto sob a perspectiva individual quanto coletiva.

Educação profissional, currículo e estágio

Nesse cenário, a EPT capitaneada pelos Institutos Federais foca na oferta de uma educação profissional gratuita e de qualidade e, para tanto, tem como concepção pedagógica uma formação humana integral, com uma escola politécnica, contribuindo para a formação de trabalhadores críticos e conscientes de sua participação no processo produtivo e na sociedade.



Fonte: <https://portal.ifsc.edu.br/ultimas-noticias/1103-estagio-estudantes-do-ifsc-destacam-no-mundo-do-trabalho-com-no-mundo-do-trabalho>

Imagem 9. Página com texto em continuidade a temática educação profissional, currículo e estágio e apresentação do estágio supervisionado retratado em PPCs, com uma imagem representando uma atividade de estudo, página nº 9 (nove) do produto:

De acordo com Ramos (2008), essa concepção de escola consagra o princípio da educação como direito de todos, uma educação de qualidade que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos até então pela humanidade. Esta é a escola descrita exatamente no artigo 205 da Constituição Federal brasileira, *ipsis litteris*:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (negritou-se, destacou-se).

Essa proposta, que considera a perspectiva de uma formação integral, está prevista nas DCNEPTNM, nas quais se afirma que esta deve se orientar por alguns princípios, destacando-se:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político pedagógica e do desenvolvimento curricular;(...)

IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo (BRASIL, 2012).

Assim, quando não contextualizado adequadamente no currículo prescrito, o estágio supervisionado

acaba sendo visto como um complemento, uma atividade na qual a teoria aprendida é colocada em prática, implicando em não reconhecimento deste importante componente curricular como uma atividade de ensino e aprendizagem e espaço privilegiado para que o educando compreenda a concepção de trabalho como princípio educativo.

O estágio supervisionado retratado em PPCs



Fonte: <https://www.carya.com.br/aprenda/banco-de-imagens-gratis/>
Foto de Oleg Magn

Grande parte das instituições de ensino tem simplesmente repetido a legislação sobre o conceito de estágio, sem aproveitar o espaço de contextualização curricular assegurado pela Lei para apresentar o estágio como um importante componente de ensino aprendizagem.

Nesse sentido, colocamos abaixo uma tabela que sintetiza a apresentação do estágio nos PPCs dos Cursos Técnicos em Informática Integrado ao Ensino Médio, em alguns Institutos Federais, das 5 (cinco) regiões do Brasil. Vejamos:

Página com quadro descrevendo PPCs de cursos e como o estágio é apresentado nestes PPCs, página nº 10 do produto:

10

PLANO DE ESTÁGIO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

	PPC - Institutos	Conceito - Definição - Descrição de Estágio
1	<p>Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - IFRO Campus Porto Velho Calama. Resolução nº 18/REIT - CEPEX/IFRO, DE 23 DE JUNHO DE 2017.</p> <p>Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/images/Campi/Calama/Documentos/Cursos/Informatica/ppc-informatica-integrado-2017.pdf</p>	<p>A modalidade Estágio supervisionado justifica-se pela necessidade de vivências intensivas dos estudantes com o seu futuro campo de atuação profissional.</p> <p>De acordo com o artigo 1º da Lei 11.788/2008, "[...] Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do educando [...]".</p>
2	<p>Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - IFTO Campus Paraíso do Tocantins, 2012.</p> <p>Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/images/Campi/Calama/Documentos/Cursos/Informatica/ppc-informatica-integrado-2017.pdf</p>	<p>O estágio profissional terá como objetivo preparar o estudante para o exercício profissional competente, por meio da vivência de situações concretas de trabalho e poderá ser realizado: (...)</p>
3	<p>Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - IFPA Campus Castanhal, 2017.</p> <p>Disponível em: http://antigo.castanhal.ifpa.edu.br/images/sampledata/PDF/PPC/04-PPC-Tec-Infomatica.pdf</p>	<p>O estágio, como ato educativo, visa à preparação para o trabalho produtivo do educando, para tal, no sentido de atender as exigências legais, será norteado pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.</p>
4	<p>Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - IFMT Campus Pontes e Lacerda, 2015.</p> <p>Disponível em: http://plc.ifmt.edu.br/media/finder_public/84/1a/841a1315-69ac-4ef8-8349-67165e906077/ppc_-_informatica_integrado_ao_ensino_medio_-_pontes_e_lacerda_-_2015_-_consup.pdf</p>	<p>Estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.</p>
5	<p>Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - IFGO Campus Uruaçu, 2015.</p> <p>Disponível em: http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint/ctinf3/CP-URUACU</p>	<p>O estágio curricular enquanto prática profissional supervisionada desenvolvida pelo educando em situação real de trabalho é componente curricular obrigatório e será autorizado somente aos alunos regularmente matriculados que estejam cursando o último período/ano do curso, tenham idade mínima exigida pela legislação e mediante a verificação de compatibilidade das atividades a serem exercidas pelo discente/estagiário, considerando o perfil de formação profissional do curso e a integralização dos conteúdos básicos necessários ao seu desenvolvimento.</p>

Imagem 10. Página com quadro em continuidade da página anterior descrevendo PPCs de cursos e como o estágio é apresentado nestes PPCs, página nº 11 (onze) do produto.

	PPC - Institutos	Conceito - Definição - Descrição de Estágio
6	<p>Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - IFPR, Campus Capanema, 2016</p> <p>Disponível em: https://capanema.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/03/PPC-Curso-Tecnico-Informatica-2017.pdf</p>	<p>O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFPR Campus Capanema requer, em caráter obrigatório, a realização do estágio supervisionado, dada a natureza da atividade profissional do egresso, bem como a metodologia utilizada para o desenvolvimento e aplicação da organização curricular do curso, estruturada para o desenvolvimento das competências profissionais.</p>
7	<p>Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - IFSP, Campus São Paulo, 2015.</p> <p>Disponível em: https://spo.ifsp.edu.br/tec-int-informatica</p>	<p>O Estágio Curricular Supervisionado é considerado o ato educativo envolvendo diferentes atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do educando, relacionado ao curso que estiver frequentando regularmente. Assim, o estágio objetiva o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.</p>
8	<p>Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - IFBA, Campus Governador Mangabeira, 2016.</p> <p>Disponível em: https://www.ifbalano.edu.br/unidades/gmb/tecnico-integrado-em-informatica/</p>	<p>O estágio é ato educativo escolar supervisionado, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos, conforme preconiza a legislação vigente.</p>
9	<p>Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - IFPE, Campus Afogados da Ingazeira, 2013.</p> <p>Disponível em: https://portal.ifpe.edu.br/campus/afogados/cursos/tecnicos/integrados/informatica/projeto-pedagogico/ppc-informatica-afogados-v3.pdf</p>	<p>O Estágio Supervisionado tem por objetivo oportunizar experiências profissionais através de atividades relacionadas com a área de Informática. Esta é uma atividade curricular que compreende o desenvolvimento teórico-prático, podendo ser realizado na própria instituição de ensino ou em empresas de caráter público ou privado conveniadas ao IFPE.</p>

Quadro 1. Descrição de como o estágio é apresentado no PPC dos Cursos. Elaboração própria dos autores.

Imagem 11. Página com considerações sobre o estágio supervisionado no currículo e imagem ilustrativa de uma atividade de estudo, página nº 12 (doze) do produto.

Como fica evidente pelo quadro acima, a apresentação do estágio no PPC dos cursos, apenas repete a conceituação trazida pela Lei ou não apresenta uma concepção que valorize este componente curricular como um processo de ensino aprendizagem, de suma importância para a formação integral do educando.

O estágio supervisionado no currículo

Por outro lado, embora em menor número, alguns Institutos Federais tem, a despeito do conceito legislativo de estágio, aproveitado a parte que assegura à contextualização curricular para apresentarem o estágio com uma visão mais ampla, alinhada a perspectiva de uma formação integral e a uma concepção de currículo progressista. Vejamos:



Fonte: <https://www.cam.ac.uk/pt-br/aprenda/banco-de-imagens-gratis/> Foto de Christina Morillo

Imagem 12. Página com quadro descrevendo PPCs de cursos nos quais o estágio é apresentado com uma perspectiva mais abrangente, aproveitando o espaço de contextualização curricular para demonstrar o estágio como uma atividade de ensino aprendizagem voltada a formação humana integral, página nº 13 (treze) do produto.

	PPC - Institutos	Conceito - Definição - Descrição de Estágio
1	<p>Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio - IFRS Campus Bento Gonçalves, 2018.</p> <p>Disponível: https://ifrs.edu.br/bento/wp-content/uploads/sites/13/2019/02/ppc-info-2019.pdf</p>	<p>Partindo do pressuposto que o conhecimento é construído e reconstruído na interação entre a teoria e prática, o Curso Técnico em Informática para a Internet prevê a realização de Estágio Curricular Obrigatório...</p> <p>“que as dimensões do trabalho não se restringem apenas às atividades materiais e produtivas e, portanto, representam as constituições históricas, acredita-se que a experiência do trabalho possibilita a criação e recriação do cotidiano dos trabalhadores, transformando-os em atores sujeitos dos processos produtivos”.</p> <p>tem por finalidade oferecer ao estudante a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, bem como as relações sociais que se estabelecem no mundo de trabalho e na atividade profissional, possibilitando-lhe o desenvolvimento da visão crítica sobre o sentido social do exercício de sua futura profissão.</p> <p>Nesse sentido a prática do estágio está alicerçada numa perspectiva construtiva de saberes e fazeres na qual o aluno terá maior proximidade com a realidade das atividades que competem a ele realizar como futuro profissional, adequando com os aprendizados adquiridos no decorrer de sua formação, na instituição. Além disso, a prática do estágio proporcionará ao aluno conviver em um ambiente profissional em contato direto com atividades da área, colegas de trabalho e com a sociedade, possibilitando assim, além do aperfeiçoamento técnico, a formação de um cidadão crítico perante a realidade regional, auxiliando no desenvolvimento da mesma.</p>
2	<p>Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - IFMG Campus São João Evangelista, 2017.</p> <p>Disponível em: https://www.sje.ifmg.edu.br/portal/index.php/tecnico/informatica</p>	<p>O estágio tem por finalidade oferecer ao estudante oportunidade de aplicar conhecimentos adquiridos no decorrer do curso e familiarizar-se com o ambiente de trabalho, melhorando seu relacionamento humano e evidenciando seu potencial para o crescente desenvolvimento profissional.</p>

Imagem 13. Página em continuidade à anterior, com quadro descrevendo PPCs de cursos nos quais o estágio é apresentado com uma perspectiva mais abrangente, aproveitando o espaço de contextualização curricular para demonstrar o estágio como uma atividade de ensino aprendizagem voltada a formação humana integral, página nº 14 (quatorze) do produto.

	PPC - Institutos	Conceito - Definição - Descrição de Estágio
3	<p>Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - IFMG Campus Bambuí, 2015.</p> <p>Disponível em: https://www.bambui.ifmg.edu.br/portal/tecnico-em-informatica</p>	<p>O estágio curricular obrigatório tem por objetivo operacionalizar os conhecimentos específicos de cada componente curricular do curso com a prática organizacional, acadêmica, pedagógica e científica, promovendo a capacidade pessoal de articular, mobilizar e colocar em prática os conhecimentos, atitudes, habilidades e valores necessários ao desempenho das atividades requeridas.</p> <p>Nessa perspectiva, o estágio curricular obrigatório é uma metodologia contemplada no âmbito de componentes curriculares previamente definidos, na modalidade presencial, e se efetivará por meio de convênios, possibilitando o relacionamento entre os conhecimentos teóricos e a prática profissional. Caracteriza-se, ainda, como uma atividade de promoção e desenvolvimento de iniciação científica que visa desenvolver a interdisciplinaridade, estabelecendo a integração dos conhecimentos adquiridos, de forma integrada aos demais componentes curriculares constantes na Matriz Curricular do Curso.</p>

Quadro 2. Descrição de como o estágio é apresentado no PPC dos Cursos. Elaboração própria dos autores.

Todavia, mesmo estes Institutos Federais não conseguiram, em nossa avaliação, unificar o discurso institucional em torno do estágio, de maneira a transferir esta concepção curricular constante no PPC para o processo de estágio e para as outras dimensões curriculares descritas por Sacristán (2000).

Nesse contexto, alguns dos Institutos Federais não dispõem de

materiais explicativos didáticos, objetivando transmitir para os alunos esta compreensão retratada nos PPCs constantes do quadro 2, enquanto alguns possuem materiais de comunicação com o aluno que não acompanham o avanço descrito no PPC. Outros apresentam material que trazem conceituação que conflita com esta visão contida no currículo prescrito.

Imagem 14. Página com consideração sobre ampliação da perspectiva do estágio no currículo e imagem ilustrativa de ampliação, página nº 15 (quinze) do produto.



Ampliando a perspectiva do estágio no currículo

Portanto, o que se nota é que, apesar da legislação assegurar um espaço para contextualização curricular, este ou não é aproveitado na vertente do currículo prescrito ou, quando é, acaba entrando em contradição com outros instrumentos disponíveis na instituição de ensino para materializar o processo de ensino aprendizagem, bem como também não evidencia a perspectiva do trabalho como princípio educativo de uma maneira facilmente assimilável pelo aluno/estagiário.

Nesse contexto, a história da educação profissional e tecnológica acompanha as transformações do mundo do trabalho e por muito tempo seu foco esteve voltado para a formação profissionalizante visando atender às demandas do capital. Porém, com mudanças a partir de 2004 e, com a criação em 2008 dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e a expansão da rede de ensino, um novo para-

digma vem sendo lapidado sobre o ensino profissional e tecnológico, sendo então necessário adequar os conceitos e valores a esta nova perspectiva formativa.

Entretanto, como nosso objetivo aqui é a apresentação de um produto da pesquisa, materializado em uma proposta para discutir uma intervenção no PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO, Campus Porto Velho Calama, inclusive com a inserção de um Plano de Estágio, não iremos detalhar como se dá o processo em cada um dos institutos mencionados nas tabelas acima, mas apenas focar na abordagem deste componente no PPC do curso técnico citado (Campus Porto Velho Calama).

Nesse contexto, o PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO, Campus Porto Velho Calama, além de praticamente repetir o que consta na Lei do Estágio, apresenta para a sociedade o seguinte perfil do egresso:

Imagem 15. Página com apresentação do perfil do egresso descrito no PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, com uma descrição de perfil de egresso eminentemente tecnicista, página nº 16 (dezesseis) do produto.

1.1.6. Perfil do egresso

Em consonância com os objetivos gerais e específicos do curso, bem com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (2016), o Técnico em Informática do Campus Porto Velho Calama, ao final de sua formação, deve apresentar o seguinte perfil:

- Instala sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para desktop e servidores.
- Desenvolve e documenta aplicações para desktop com acesso à web e banco de dados.
- Realiza manutenção de computadores de uso geral.
- Instala e configura redes de computadores locais de pequeno porte, (MEC, 2016).

Quadro 3. Perfil do Egresso descrito no PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO - Campus Porto Velho Calama, contido no item 1.1.6 do PPC do Curso, p. 25. Elaboração própria dos autores.

Logo, ainda que façamos a leitura desse perfil do egresso, conjugado com os objetivos gerais (item 1.1.4) e específicos (item 1.1.5) do PPC, a impressão transmitida é que o perfil do egresso é eminentemente tecnicista. Se for feita a leitura do perfil do egresso isoladamente, esta impressão não deixa margem para dúvidas.

E, nessa perspectiva, o perfil do egresso passaria a ser descrito com uma concepção mais abrangente, com a apresentação de um profissional que alie conhecimentos técnicos a conhecimentos gerais, como o exemplificado no item 9 do produto educacional cartilha estágio supervisionado, sobre

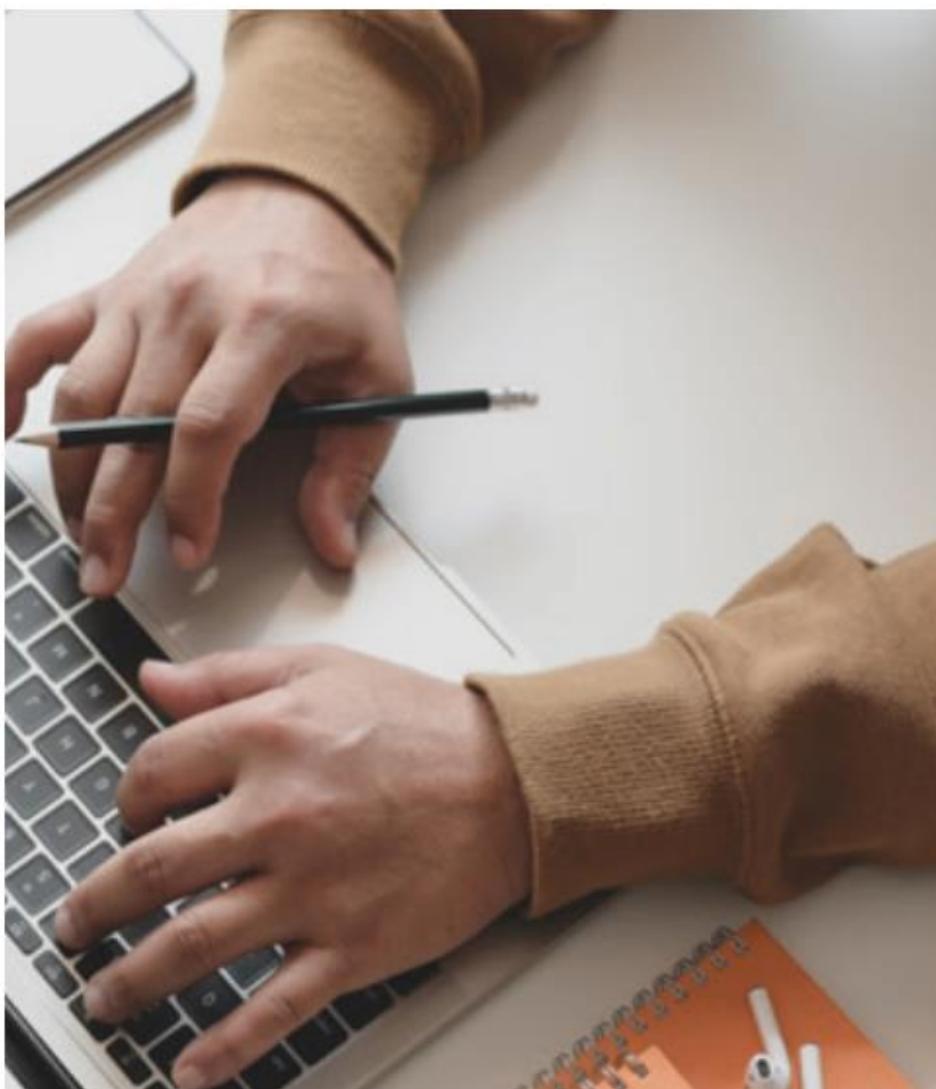
os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU e o conhecimento sobre povos indígenas e comunidades tradicionais, tão presentes na realidade local.

Além disso, apresentamos como sugestão a inserção no PPC do Curso de um Plano de Estágio, que poderá ser importante para orientação dos professores no momento de transmitir conhecimentos sobre estágio aos educandos, como ao lecionar o componente curricular Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa e também no período de orientação de estágio, pelos professores orientadores, durante a participação dos educandos no estágio supervisionado junto as concedentes.

Imagem 16. Página na qual iniciamos a apresentação de uma proposta de Plano de Estágio, com uma imagem demonstrativa de atividade de estudo, página nº 17 (dezesete) do produto.

Proposta de plano de estágio

Assim, sugerimos como parâmetro para discussão inicial de inserção de um Plano de Estágio no PPC do Curso, a seguinte sugestão, que certamente pode ser aprimorada quando da deliberação específica para tanto:



Fonte: https://www.canva.com/pt_br/objetos/banco-de-imagens-gratis/

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Imagem 17. Página com uma estrutura em que poderia desenvolver a proposta, por meio de um projeto de atualização do PPC do Curso, página nº 18 (dezoito) do produto.

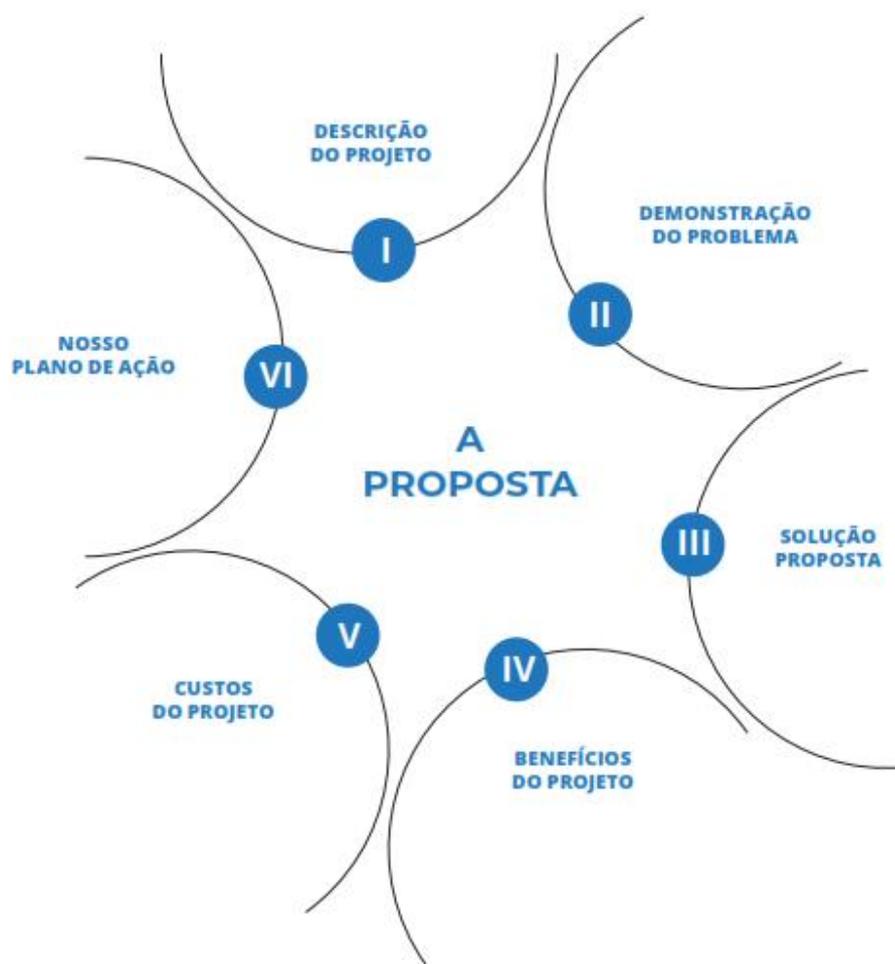


Imagem 17. Página na qual apresentamos uma proposta de Plano de Estágio, com a inserção no PPC do Curso de um plano com objetivo geral, objetivos específicos, ementário e referencial bibliográfico de apoio a atividade de estágio supervisionado, página nº 19 (dezenove) do produto.

PLANO DE ESTÁGIO
CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO
Curso: TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO
Componente curricular: Estágio Curricular Supervisionado
Carga horária total: 192 Horas-aula, no mínimo
Objetivo geral: Oportunizar ao (a) educando (a) a compreensão do trabalho como princípio educativo, ou seja, compreendendo que a atividade de estágio não é apenas um complemento do curso técnico, mas um componente curricular de ensino aprendizagem que pode lhe assegurar uma formação profissional em que esteja preparado para o exercício da vida cidadã e para o trabalho, sendo agente capaz de atuar e modificar a sociedade e o contexto no qual está imediatamente inserido.
Objetivos específicos: 1. Inserir o (a) educando (a) no contexto do mundo do trabalho, possibilitando uma inter-relação de conhecimentos teóricos e práticos, propiciando ao (a) educando (a) condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e se necessário, propor mudanças no ambiente de trabalho/estágio; 2. Proporcionar uma vivência de campo e da realidade da profissão na qual estão se formando; 3. Promover a aprendizagem de resolução de problemas do cotidiano de uma organização (empresa, organização pública); 4. Contribuir para uma formação técnica qualificada do (a) educando (a), consolidando o processo de ensino aprendizagem por meio da conscientização das deficiências individuais, bem como das potencialidades pessoais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional; 5. Contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, incentivando o desenvolvimento das potencialidades individuais, favorecendo o surgimento de profissionais inovadores e conscientes; 6. Proporcionar a experiência do relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho, contribuindo para uma formação humana integral, com desenvolvimento de habilidades e relações que vão além da aprendizagem estritamente laboral; 7. Contribuir para proporcionar ao (a) estagiário (a) o aprendizado social, profissional e cultural, tendo como resultado uma reflexão real e inovadora dos emergentes cenários socioeconômicos, principalmente em um mundo laboral em constante mutação e pautado na inovação tecnológica; 8. Propiciar benefícios para os três atores envolvidos no processo: estudantes, instituição de ensino e empresas/organizações públicas, com a constante troca de experiência entre as partes envolvidas na atividade de estágio; 9. Possibilitar que, no processo de ensino aprendizagem, haja atualização constante e aplicação dos conteúdos disciplinares e das inovações tecnológicas ao ambiente de desenvolvimento político, social e econômico no qual os (as) educandos (as) estão imediatamente inseridos (as).
Ementa: Conceito de estágio. Direitos e deveres do estagiário. Educação e trabalho. Trabalho como princípio educativo. Correlação entre teoria e prática. Relacionamento interpessoal em ambiente de trabalho. Cabe destacar que os temas aqui expostos são meramente exemplificativos, sendo que trata de uma proposta e uma eventual discussão específica sobre o PPC pode trazer instrumentos didáticos metodológicos e conceituais para compor o ementário.
Bibliografia básica: De plano podemos indicar a Lei 11.788/2008; a Resolução nº 79/2016 - IFRO; Parecer CNE/CEB 11/2012; Parecer CNE/CEB 35/2003. Outros instrumentos legislativos, bem como materiais didático pedagógicos que podem dar suporte a disciplina de estágio curricular supervisionado, nestes inserido a cartilha Estágio Supervisionado produzida como produto da pesquisa.

Figura. Criação dos autores, de caráter exemplificativo.

Imagem 18. Página com finalização da apresentação e referências utilizadas como suporte, página nº 20 (vinte) do produto.

Enfim, são estas as sugestões que apresentamos no intuito de provocar discussões futuras no âmbito da instituição de ensino, objetivando o aprimoramento do processo de ensino aprendizagem do estágio supervisionado enquanto importante componente curricular para a promoção da formação do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 15 de mar. de 2020.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. PPC doCurso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFBA, Campus Governador Mangabeira, 2016. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/gmb/tecnico-integrado-em-informatica/> .

Acesso em 23 de janeiro de 2020.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. PPC doCurso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFGO Campus Uruaçu, 2015. Disponível em: <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint/ctinf3/CP-URUACU> .

Acesso em 22 de janeiro de 2020.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. PPC doCurso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFMT Campus Pontes e Lacerda, 2015. Disponível em: http://plc.ifmt.edu.br/media/filer_public/84/1a/841a1315-69ac-4ef8-8349-67165e906077/ppc_-_informatica_integrado_ao_ensino_medio_-_pontes_e_lacerda_-_2015_-_consup.pdf. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. PPC doCurso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFMG Campus Bambuí, 2015. Disponível em: <https://www.bambui.ifmg.edu.br/portal/tecnico-em-informatica>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. PPC doCurso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFMG Campus São João Evangelista, 2017. Disponível em: <https://www.sje.ifmg.edu.br/portal/index.php/tecnico/informatica>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. PPC doCurso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFPA Campus Castanhal, 2017. Disponível em: <http://antigo.castanhal.ifpa.edu.br/images/sampled/PDF/PPC/04-PPC-Tec-Informatica.pdf>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. PPC doCurso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFPR, Campus Capanema, 2016. Disponível em: <https://capanema.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/03/PPC-Curso-Tecnico-Informatica-2017.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2020.

Imagem 19. Página continuidade de referências, página nº 21 (vinte e um) do produto.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFPE, Campus Afogados da Ingazeira, 2013. Disponível em:

<https://portal.ifpe.edu.br/campus/afogados/cursos/tecnicos/integrados/informatica/projeto-pedagogico/ppc-informatica-afogados-v5.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. PPC do Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio – IFRS Campus Bento Gonçalves, 2018. Disponível em:

<https://ifrs.edu.br/bento/wp-content/uploads/sites/13/2019/02/ppc-info-2019.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Resolução nº 79/CONSUP/IFRO/2016, de 27 de Dezembro de 2016 do IFRO que trata sobre o estágio supervisionado no IFRO. Disponível em:

https://portal.ifro.edu.br/images/Pro-reitorias/Proex/Regulamento_de_Est%C3%A1gio/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA_79_2016_-_Regulamento_de_Est%C3%A1gio_do_IFRO_-_SEI.pdf. Acesso em 15 de set. de 2018.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Resolução nº 18/REIT – CEPEX/IFRO, DE 23 DE JUNHO DE 2017 – Projeto Pedagógico do Curso em Informática Integrado ao Ensino Médio – Campus Porto Velho Calama. Disponível em:

<https://portal.ifro.edu.br/images/Campi/Calama/Documentos/Cursos/Informatica/ppc-informatica-integrado-2017.pdf>. Acesso em 27 de set. de 2018.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFSP, Campus São Paulo, 2015. Disponível em:

<https://spo.ifsp.edu.br/tec-int-informatica>. Acesso em 23 de janeiro de 2020.

..... Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFTO Campus Paraíso do Tocantins, 2012. Disponível em:

<http://www.ifto.edu.br/iftocolegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-paraiso-do-tocantins/tecnico-em-informatica/ppc-tecnico-em-informatica-integrado-ensino-medio-campus-paraiso-tocantins.pdf/view>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

..... Lei 11.788/2008 de 25 de setembro de 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em 15 de set. 2018.

..... Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 9 de junho de 2019.

..... Ministério da Educação/SETEC. Parecer CNE/CEB nº 35/2003. Institui normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional. Aprovado em 05/11/2003, Publicado no D.O.U em 20/01/2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb35_03.pdf. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

..... Ministério da Educação/SETEC. Parecer CNE/CEB nº 11/2012. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Aprovado em 09 de maio de 2012. Publicado no D.O.U em 04/09/2012, seção 1 pág. 98.

RAMOS, M. N. Concepção do Ensino médio integrado. Disponível em: <

<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensinomedio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2019.

SACRISTÁN, J.G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da F. Rosa – 3ª ed. – Porto Alegre: ArtMed, 2000.

Imagem 20. Página final, de fechamento do produto, página nº 22 (vinte e dois) do produto.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

D) MATERIAIS UTILIZADOS

De igual forma ao descrito no apêndice A, que apresenta o produto educacional Cartilha Estágio Supervisionado, os materiais utilizados foram os mesmos, a saber livros, artigos e teses sobre estágio, currículo e trabalho conforme referenciado no artigo e neste encarte, legislação federal e do IFRO sobre estágio, relatórios e documentos sobre estágio supervisionado no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e 4 (quatro) similares, sendo 3 (três) similares sobre estágio supervisionado e 1 (um) similar com abordagem sobre trabalho como princípio educativo.

Para a concretização do produto específico Plano de Estágio para a Educação Profissional idealizamos a construção de um material eletrônico em arquivo *pdf* para fins de registro e possível utilização por parte da instituição de ensino em eventual discussão futura sobre o PPC do curso.

Como é apresentado a título de proposta, com oportunidade para estudos futuros, não fizemos nenhum procedimento de validação com o produto, compreendendo-o como um suporte educacional a partir do qual novas discussões podem ser iniciadas e sobre as quais se poderá definir a utilização ou não da contribuição que compreendemos trazer para o debate público.

E) FORMAS DE UTILIZAÇÃO

O produto educacional foi produzido como arquivo digital em formato eletrônico podendo ser utilizado pela instituição de ensino como suporte em discussões sobre o PPC do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.

Assim, sugerimos que a Coordenação do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO – Campus Porto Velho Calama, bem como os gestores da instituição utilizem o material elaborado para promoção de mudanças no PPC do curso técnico, com a incorporação dos pontos apresentados no material como capazes de colaborar com a execução do estágio supervisionado.

Nesse contexto, em nossa compreensão já apresentamos no produto, fruto dos elementos colhidos, analisados, percebidos e apropriados, uma estrutura pronta para ser assimilada pelo PPC do curso. No entanto, deixamos questões em aberto e o apresentamos como proposta no intuito exatamente de estimular novas visões e percepções sobre a temática a partir do material já produzido, o que poderá levar a mudanças estruturais na percepção e vivência do estágio supervisionado no currículo do curso.

2. IMPACTO SOCIAL

Acreditamos que o impacto social trazido pelo presente material se encontra presente na perspectiva de que as instituições de ensino, notadamente na educação profissional e tecnológica, possam iniciar um processo de rediscussão de suas estruturas curriculares e não apenas reproduzam, acriticamente, conceitos e conteúdo que representem valores contrários a perspectiva de formação humana integral que os Institutos Federais representam.

Assim, o material apresentado como Plano de Estágio para a Educação Profissional pode representar uma oportunidade de fomentar discussões no âmbito da instituição escolar para que haja uma contextualização curricular que não apenas reproduza acriticamente conceitos traçados e formulados pela estrutura dominante que dita as instâncias curriculares, mas para que haja uma representatividade daqueles que vivenciam, de fato, o currículo, rompendo barreiras que são impeditivas para que os coletivos historicamente dominados se vejam representados (ARROYO, 2011).

Nesse particular, vislumbramos que a Lei de Estágio representa uma oportunidade para que a instituição de ensino reproduza na dinâmica curricular valores representativos e significativos das comunidades locais, pois o próprio texto legal assegura expressamente o espaço de contextualização curricular, o que já vem sendo feito por algumas instituições de ensino, conforme demonstrado no Plano de Estágio, com a apresentação do estágio sob uma ótica mais progressista e voltada ao aspecto do desenvolvimento humano e não somente valorizando o aspecto da vivência profissional e da perspectiva do cidadão produtivo.

Compreendendo o grau de importância do papel do currículo escolar para a construção do pensamento crítico sobre as formas de constituição do mundo e das relações de poder que se dão entre os componentes desse mundo, é preciso considerar a centralidade do papel do currículo no contexto educacional (SILVA, 2001).

Então, tendo a premissa de que “a tradição crítica compreendeu, há muito, que o currículo está no centro da relação educativa, que o currículo corporifica os nexos entre saber, poder e identidade” (SILVA, 2001, p. 10) é preciso então aproveitar-se do espaço assegurado para contextualização curricular para que o ensinar e o aprender estejam conectados com as vivências e reais aspirações e valores culturais daqueles que vivenciam efetivamente o currículo em todas as dimensões que nos apresenta Sacristán (2000).

Logo, a partir dessa perspectiva vemos um exemplo que sinaliza uma das vertentes da contextualização que estamos defendendo, a apresentação do estágio supervisionado considerando que as dimensões do trabalho não se restringem apenas às atividades materiais e produtivas e, portanto, representam as constituições históricas, acredita-se que a experiência do

trabalho possibilita a criação e recriação do cotidiano dos trabalhadores, transformando-os em atores sujeitos dos processos produtivos (BRASIL, 2018).

No mesmo sentido a visão de que o estágio tem por finalidade oferecer ao estudante a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, bem como as relações sociais que se estabelecem no mundo de trabalho e na atividade profissional, possibilitando-lhe o desenvolvimento da visão crítica sobre o sentido social do exercício de sua futura profissão (BRASIL, 2018).

De igual forma, trabalhamos com a visão de que a prática do estágio está alicerçada numa perspectiva construtiva de saberes e fazeres na qual o aluno terá maior proximidade com a realidade das atividades que competem a ele realizar como futuro profissional, adequando com os aprendizados adquiridos no decorrer de sua formação, na instituição. Além disso, a prática do estágio supervisionado proporcionará ao aluno conviver em um ambiente profissional em contato direto com atividades da área, colegas de trabalho e com a sociedade, possibilitando assim, além do aperfeiçoamento técnico, a formação de um cidadão crítico perante a realidade regional, auxiliando no desenvolvimento da mesma (BRASIL, 2018).

Enfim, a instituição de ensino poderá não só melhor contextualizar o estágio supervisionado, alinhando-o a uma perspectiva de formação integral, cumprindo os objetivos institucionais dos Institutos Federais, mas também apresentar à sociedade o perfil de um educando e um egresso mais consciente de seus direitos, deveres e da sua participação efetiva no mundo do trabalho, afastando uma concepção tecnicista em prol da apresentação de um profissional crítico, reflexivo e criativo.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **PPC do Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio - IFRS Campus Bento Gonçalves, 2018**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/bento/wp-content/uploads/sites/13/2019/02/ppc-info-2019.pdf>. Acesso em 25 de mai. de 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL - PROFEPT**

APÊNDICE C – FORMULÁRIOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTAGIÁRIOS (AS)

I - Identificação:

Sexo/Idade: _____

Data do Nascimento: _____

Quando começou a realizar o estágio supervisionado: _____

II-Roteiro:

1. Para você o que é estágio supervisionado?
2. Você sabe que tem uma lei que disciplina o estágio? Sabe qual é esta lei? Já leu ou já obteve esclarecimentos sobre a mesma?
3. Você sabe quais são seus direitos como estagiário? E seus deveres?
4. Como foi o processo para você iniciar seu estágio?
5. Você sabe o que é CIEEC e qual sua função?
6. Na relação de estágio, você sabe o que é concedente?
7. Os documentos que são necessários para formalizar um estágio são fáceis de compreensão ou não? Em caso de dificuldades, quais seriam as principais?
8. Antes do início do estágio, você obteve orientações sobre o estágio? O que estas orientações traziam? Quem repassou estas orientações?
9. Quando você ingressou na empresa/organização que está estagiando as orientações repassadas no IFRO eram condizentes com a realidade vivenciada no ambiente de estágio?

10. Quando você ingressou na empresa/organização que está estagiando, obteve orientações da empresa/organização? O que estas orientações traziam e quem as repassou?
11. Quais suas atribuições, como estagiário, na empresa/organização que está estagiando?
12. O que você executa na empresa/organização que está estagiando é compatível com o que é/foi ensinado no curso técnico em Informática?
13. Você encara o estágio como uma atividade de ensino/aprendizagem ou como uma atividade profissional? Há esclarecimentos sobre isso por parte do IFRO ou da concedente?
14. Há aprendizagem no ambiente de estágio da empresa/organização em que você está estagiando? Essa aprendizagem é compatível com o que você aprendeu em sala? Há diferenças e quais seriam?
15. Você já teve problemas na empresa/organização de ser designado para realizar atividades que estão fora da sua área de atuação? Isso ocorre com frequência ou ocasionalmente?
16. Você já teve qualquer outro problema na empresa/organização que estagia? Quais?
17. Você sabe identificar um caso em que a relação deixaria de ser de estágio e estaria configurado uma relação de emprego com a concedente?
18. Como é o acompanhamento do professor orientador de estágio? Você e ele se reúnem durante o estágio, discutem problemas e dificuldades ou somente ao fim, com a entrega dos relatórios exigidos?
19. O professor orientador do estágio ou representante da CIEEC visitam a empresa/organização que você estagia durante o ato de estágio supervisionado?
20. Como você avalia a ficha de autoavaliação de estágio? Seria interessante se esta ficha tivesse espaço para você fazer observações e não somente para marcar x?
21. No relatório final de avaliação de estágio consta o seguinte alerta: "Atenção! **Nãodivulgar dados confidenciais da empresa (se tiver acesso), nem fazer qualquer tipo de crítica.** A organização na qual você estagiou propiciou que a teoria aprendida fosse colocada em prática. Portanto, é importante ter postura ética em relação à mesma". Obviamente que dados confidenciais não podem ser divulgados, mas como você encara o alerta "nem fazer qualquer tipo de crítica"?
22. Se você tiver críticas a empresa/organização na qual estagia como repassá-la ao IFRO?
23. Se você fosse o gestor de estágio, o que sugere como alternativas para melhorar o processo de estágio supervisionado?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INTEGRANTE CIEEC

I- Identificação:

Sexo/Idade: _____

Data do Nascimento: _____

Curso de formação/ano: _____

Nível de escolaridade: _____

Tempo de trabalho na instituição: _____

Tempo na CIEEC: _____

II-Roteiro:

1. Qual a sua concepção de estágio supervisionado?
2. Como funciona a dinâmica de trabalho no CIEEC em relação ao processo de estágio supervisionado para obtenção de vagas e formalização de convênios?
3. Com o aluno já estagiando como funciona a dinâmica de trabalho no CIEEC em relação ao processo de estágio supervisionado para atendimento e assistência ao aluno, resolução de problemas, apontamento de soluções?
4. Quais as principais dificuldades que vocês enfrentam no CIEEC (internas, externas, com os estagiários)?
5. Com relação a documentação para formalização de um estágio supervisionado, vocês tem dificuldade com questões técnicas/jurídicas? Em caso positivo, qual o suporte que contam para auxiliar as funções do CIEEC?
6. Com relação aos estagiários, qual avaliação que vocês fazem no tocante a evolução do aprendizado antes, durante a após o estágio? Tem algum mecanismo formal para registrar esta questão?
7. A CIEEC possui relação de egressos? Possui uma relação com aqueles estagiários que se saíram bem no estágio? Algum setor do instituto possui tais dados?
8. Se um aluno que pretende estagiar procurar explicações ou esclarecimentos sobre o estágio aqui na CIEEC, vocês tem algum material explicativo sintetizando o processo de estágio, de fácil compreensão, ou somente aqueles expostos no sítio eletrônico da instituição?
9. As informações sobre dúvidas frequentes dispostas no sítio eletrônico da instituição <https://www.ifro.edu.br/estagio>, encontram-se dispostas aos estagiários em material impresso? Encontram-se dispostas em algum material com passo a passo, linguagem acessível?
10. No AVA há uma disciplina Estágio Supervisionado, no qual o aluno possa obter orientações sobre o estágio, postar os relatórios, postar dúvidas ou não há esse espaço?

11. A instituição repassa aos alunos, antes do início do estágio, orientações sobre o estágio? Quem repassa e o que é repassado? São repassadas noções gerais sobre o ambiente de trabalho nas empresas e organizações concedentes?
12. A CIEEC realiza ou articula reunião, simpósio, seminário ou qualquer evento entre a instituição de ensino, os estagiários e as concedentes?
13. A CIEEC realiza ou articula a presença do professor orientador de estágio nas atividades de campo ou o acompanhamento é somente mediante os relatórios formais?
14. Houve reclamações na CIEEC sobre a designação para estagiário realizar atividades que estão fora da sua área de atuação? Isso ocorre com frequência ou ocasionalmente? Se ocorre com frequência quais são as providências adotadas pela instituição?
15. Já aconteceu de chegar ao conhecimento da instituição problemas envolvendo estagiários e a empresa concedente? De que natureza eram tais problemas?
16. No relatório final de avaliação de estágio consta o seguinte alerta: "Atenção! **Nãodivulgar dados confidenciais da empresa (se tiver acesso), nem fazer qualquer tipo de crítica.** A organização na qual você estagiou propiciou que a teoria aprendida fosse colocada em prática. Portanto, é importante ter postura ética em relação à mesma". Obviamente que dados confidenciais não podem ser divulgados, mas você não encara o alerta "nem fazer qualquer tipo de crítica" como censura? Como o estagiário faria para registrar críticas a empresa/organização na qual estagia e repassá-las ao IFRO?
17. A expressão constante no relatório final de avaliação de estágio "A organização na qual você estagiou propiciou que a teoria aprendida fosse colocada em prática" não passa a impressão de cisão entre teoria e prática?
18. Se você fosse o gestor de estágio, tivesse amplos poderes para organizar todo o processo de estágio, o que sugere como alternativas para melhorar o processo de estágio supervisionado?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SUPERVISOR NA CONCEDENTE

I-Identificação:

Sexo/Idade: _____

Data do Nascimento: _____

Curso de formação/ano: _____

Nível de escolaridade: _____

Tempo de trabalho na instituição: _____

Tempo como supervisor de estágio: _____

Quantidade de estagiários sob sua supervisão: _____

II-Roteiro:

1. Qual a sua concepção de estágio supervisionado?
2. Como funciona a relação entre você supervisor de estágio e o estagiário? Você repassa trabalho e ensina como executar? Você executa juntamente com o estagiário? Você dá liberdade para que ele execute de acordo com os conhecimentos que ele já dispõe?
3. Quando o estagiário inicia suas atividades aqui, ele é orientado sobre a política da empresa/organização, as normativas internas, o comportamento que se espera dele? Como é repassada esta orientação (verbal ou formal) ?
4. Há uma relação direta entre você supervisor de estágio e o professor orientador do estagiário no IFRO?
5. Com relação aos estagiários que você tem recebido aqui na empresa, advindos do curso técnico em Informática do IFRO, qual avaliação que você faz dos mesmos no tocante a conhecimentos, habilidades e competências?
6. Ao final do estágio você percebe que os estagiários demonstram mais conhecimentos do que quando ingressaram? Como é verificado isso?
7. Você compreende o estágio como um período de aprendizagem? Acredita que o estágio é importante? Sob que aspecto?
8. Se o estagiário apresenta problemas que o atrapalham, mas não está ligado a falta de conhecimento técnico, por exemplo, é muito tímido ou excessivamente extrovertido, você orienta o comportamento dele na empresa, visando que ele se torne um bom profissional?
9. Além dos ensinamentos técnicos, você costuma indicar livros, documentários, filmes, palestras, relacionados a estágio e estagiários, como forma de estímulo aos estagiários sob sua supervisão?

10. Você acha que os relatórios de avaliação dos estagiários atendem os objetivos ou são muito engessados?
11. Já teve problemas com estagiários aqui na empresa? Que tipo de problemas e que providências foram tomadas?
12. Há, por parte da empresa, uma política de valorização daquele estagiário que se destaca no período de estágio, como por exemplo a formalização de uma moção de elogio? Ou um cadastro que permite aproveitar o estagiário em uma vaga que surja ou mesmo indicá-lo para outras empresas/organizações?
13. Se você fosse o gestor de estágio, tivesse amplos poderes para organizar todo o processo de estágio, o que sugere como alternativas para melhorar o processo de estágio supervisionado?

AVALIAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL CARTILHA ESTÁGIO SUPERVISIONADO

*** Enviado por meio de Formulário do Google docs.**

I- Identificação:

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: _____

Categoria profissional:

() Professor (a)

() Aluno (a) estagiário (a)

() Egresso

() Outro profissional da instituição IFRO

() Supervisor (a) na concedente

Observe a cartilha por meio das imagens expostas abaixo para então responder ao questionário de avaliação após as imagens da cartilha. A primeira imagem é a da capa da cartilha.

(Espaço em que foram colocadas as imagens da cartilha da capa ao encerramento).

Pensando em cada um dos pontos a seguir, gostaria que você avaliasse a Cartilha Estágio Supervisionado. Atribua uma nota de 1 a 10 onde, quanto mais perto de 1 mais insatisfeito e quanto mais perto de 10, mais satisfeito.

1. Atratividade da Cartilha

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

2. Formato

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

3. Cores utilizadas

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

4. Imagens constantes na cartilha

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

5. O texto e sua compreensão

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

6. Relação entre o texto verbal e o visual

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

7. Mensagem central da Cartilha

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

8. Palavras e termos utilizados na cartilha

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

9. Quantidade de informações presentes na Cartilha

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

10. Você acredita que este material foi elaborado para pessoas com meu perfil

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

11. Você recomendaria este material para outras pessoas?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

12. Como você avalia a utilidade deste material?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

13. A Cartilha Estágio Supervisionado permite a sua compreensão sobre o fluxo do Estágio Supervisionado

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

14. A Cartilha traz novos conhecimentos sobre o processo do Estágio?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

15. Contribuição do material para o processo educacional

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

16. O que chama mais a atenção na Cartilha? Por quê?

R: _____

17. O que menos gostou? Por quê?

R: _____

18. O que mudaria para melhorar o que não gostou?

R: _____

19. Quais as dificuldades que você observou na cartilha?

R: _____

20. O material apresenta de modo correto, contextualizado e atualizado, conceitos, princípios, informações e procedimentos?

R: _____

21. Utiliza de modo correto, contextualizado e atualizado esses mesmos conceitos e informações, em textos, exercícios, atividades, ilustrações ou imagens?

R: _____

22. Contém atividades que articulem diferentes componentes curriculares, aprofundando as possibilidades de abordagem e compreensão de questões relevantes por meio de linguagem

simples e compreensível a um aluno do nível escolar que se propõe a atender (ensino médio técnico)?

R: _____

23. Se você é professor (a) e leciona ou lecionou o componente curricular "Orientação Para a Prática Profissional e Pesquisa", avalia que a cartilha pode ser útil também para utilização neste componente curricular?

- () Não se aplica, não sou professor, não leciono ou já lecionei o componente curricular citado.
() Sim, pelo conteúdo avalio que pode ser usada como material educativo para este componente curricular.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL - PROFEPT**

APÊNDICE D – TABELAS USADAS NA PARTE METODOLÓGICA

Tabela 1. Inicial de desenvolvimento da pesquisa.

PROBLEMA DE PESQUISA	
OBJETIVO GERAL	
HIPÓTESE	

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tabela 2. Tabela aposta a frente da tabela 1, em continuidade para desenvolvimento da pesquisa.

Referencial teórico	Documental			Entrevista		
	Legislação	PPC	Relatórios de estágio	Estagiário	Instituição - CIEEC	Concedente - supervisor
	Lei estágio 11.788/08	Regulamento do IFRO				

Fonte: Elaboração própria, 2020.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA**
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL - PROFEPT

**APÊNDICE E – TABELAS COM OS RESULTADOS DO PROCESSO DE
AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO**

Tabela 1. Tabela com registro do processo de validação, seção 1, com as notas atribuídas pelos participantes e médias destas notas.

Seção 1 - design e comunicação visual							
Questões/parâmetros	Notas atribuídas pelos participantes						
	5	6	7	8	9	10	Média
1. Atratividade da cartilha	-	7,7% partic.	7,7% partic.	7,7% partic.	7,7% partic.	69,2% partic.	92,3
2. Formato	-	-	15,4% partic.	-	-	84,6% partic.	95,3
3. Cores utilizadas	-	15,4% partic.	7,7% partic.	-	23,1% partic.	53,8% partic.	89,2
4. Imagens constantes na cartilha	7,7% partic.	-	-	15,4% partic.	23,1% partic.	53,8% partic.	90,7
Média geral das notas da seção 1							91,8

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tabela 2. Tabela com Registro do processo de validação, seção 1 com as notas atribuídas pelos participantes estagiários e egressos e médias destas notas.

Seção 1 - design e comunicação visual	
Questões/parâmetros	Média de notas somente estagiários e egressos
1.	85
2.	92,5
3.	75
4.	85
Média geral das notas da seção 1	84,3

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tabela 3. Tabela com registro do processo de validação, seção 2, com as notas atribuídas pelos participantes e médias destas notas.

Seção 2 - comunicação escrita e compreensão textual				
Questões/parâmetros	Notas atribuídas pelos participantes			
	8	9	10	Média notas
5. O texto e sua compreensão	23,1% partic.	7,7% partic.	69,2% partic.	94,6
7. Mensagem central da cartilha	-	30,8% partic.	69,2% partic.	96,9
8. Palavras e termos utilizados na cartilha	7,7% partic.	23,1% partic.	69,2% partic.	96,1
9. Quantidade de informações presentes na cartilha	7,7% partic.	23,1% partic.	69,2% partic.	96,1
Média geral das notas na seção 2 – comunicação escrita e compreensão textual				95,9

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tabela 4. Tabela com Registro do processo de validação, seção 2, com as notas atribuídas pelos participantes estagiários e egressos e médias destas notas.

Seção 2 - comunicação escrita e compreensão textual	
Questões/parâmetros	Média de notas – somente estagiários e egressos
5.	95
7.	97,5
8.	92,5
9.	92,5
Média geral das notas na seção 2	94,3

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tabela 5. Tabela com registro do processo de validação, seção 3, com as notas atribuídas pelos participantes e médias destas notas.

Seção 3 – seção de convergência, promove a ligação entre as seções 1 e 2				
Questão/parâmetros	Notas atribuídas pelos participantes			
	8	9	10	Média de notas
6. Relação entre o texto verbal e o visual	15,4% partic.	7,7% partic.	76,9% partic.	96,1
Média geral das notas na seção 3				96,1

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tabela 6. Tabela com Registro do processo de validação, seção 3, com as notas atribuídas pelos participantes estagiários e egressos e médias destas notas.

Seção 3 - seção de convergência, promove a ligação entre as seções 1 e 2	
Questão/parâmetros	Média de notas – somente estagiários e egressos
6.	92,5
Média geral das notas na seção 3	92,5

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tabela 7. Tabela com registro do processo de validação, seção 4 com as notas atribuídas pelos participantes e médias destas notas.

Seção 4 - utilidade, contribuição e criticidade do material							
Questões/parâmetros	Notas atribuídas pelos participantes						Média
	1	6	7	8	9	10	
10. Você acredita que este material foi elaborado para pessoas com meu perfil?	-	7,7% partic.	7,7% partic.	7,7% partic.	7,7% partic.	69,2% partic.	92,3
11. Você recomendaria este material para outras pessoas?	-	-	-	-	15,4% partic.	84,6% partic.	98,4
12. Como você avalia a utilidade deste material?	-	-	-	8,3% partic.	8,3% partic.	83,4% partic.	97,5
13. A cartilha estágio supervisionado permite a sua compreensão sobre o fluxo do Estágio Supervisionado?	7,7% partic ⁴ .	-	-	7,7% partic.	30,8% partic.	53,8% partic.	88,4
14. A cartilha traz novos conhecimentos sobre o processo do estágio?	-	-	-	30,8% partic.	15,4% partic.	53,8% partic.	92,3
15. Contribuição do material para o processo educacional	-	-	-	23,1% partic.	7,7% partic.	69,2% partic.	94,6
Média geral das notas na seção 4 - utilidade, contribuição e criticidade do material							93,9

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tabela 8. Tabela com registro do processo de validação, seção 4, com as notas atribuídas pelos participantes estagiários e egressos e médias destas notas.

Seção 4 - utilidade, contribuição e criticidade do material	
Questões/parâmetros	Média de notas – somente estagiários e egressos
10.	97,5
11.	97,5
12.	97,5
13.	95
14.	87,5
15.	92,5
Média geral de notas na seção 4	94,5

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tabela 9. Tabela com o demonstrativo da média de notas obtidas pela cartilha no processo de validação.

MÉDIA DE NOTAS OBTIDAS PELA CARTILHA	
Média global de notas da cartilha - somatório das notas de todas as seções, considerando o universo total de avaliadores, dividido pelo número de seções.	94,4
Média global de notas da cartilha - somatório das notas de todas as seções, considerando somente estagiários e egressos como avaliadores, dividido pelo número de seções.	91,4

Fonte: Elaboração própria, 2020.

4. Esta avaliação não veio de estagiário e/ou egresso e a avaliação considerou que a descrição do processo de estágio não estaria completo, no item 4, o que nos levou inclusive a rever a redação do item 4, conforme explicado na parte de ajustes do protótipo. Foi retratado a fase de acesso a estágio pois a pesquisa identificou que esta era a maior dificuldade dos alunos, o que foi inclusive confirmado agora no processo de validação em que um avaliador ao mencionar o que mais chama atenção na cartilha destacou: As etapas de informação para iniciar o estágio. É a dúvida maior dos alunos, quais documentos? Onde ir? Quem procurar?



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA**

CAMPUS PORTO VELHO CALAMA

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL - PROFEPT**

APÊNDICE F – TERMO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO PELA COMUNIDADE



Termo de Validação do Produto pela Comunidade

Pelo presente Termo eu, Monnike Yasmin Rodrigues do Vale, CPF: 036.361.811-22, Função: Chefe do Departamento de Extensão do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, declaro, para que surta seus efeitos legais, que recebi uma cópia da Dissertação de Mestrado do acadêmico Eudes Neves da Silva Santana, do produto educacional intitulado “Cartilha Estágio Supervisionado” e “Plano de Estágio para a Educação Profissional”, elaborado por ele, sob a supervisão de seu orientador, professor Dr.º Alexandre Santos de Oliveira.

Após avaliar o produto atesto que o mesmo tem caráter educativo e potencial em contribuir com as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade para a operacionalização do estágio supervisionado, cabendo a este Departamento de Extensão decidir, de forma autônoma, se deseja aplicar o produto.

Porto Velho, 14 de julho de 2020.

Chefe do Departamento de Extensão
Campus Porto Velho Calama
Portaria nº 610/REIT - CGAB/IFRO, de 31/03/2020